

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC - SP**

**ANDREA PAULA DOS SANTOS LARA**

**Trabalho e Luta por Reconhecimento:  
A Identidade do Trabalhador com deficiência**

**MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**SÃO PAULO**

**2011**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC - SP**

**ANDREA PAULA DOS SANTOS LARA**

**Trabalho e Luta por Reconhecimento:  
A Identidade do Trabalhador com deficiência**

**MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, sob a orientação do Prof. Doutor Antonio da Costa Ciampa.

**BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

## Dedicatória

Este trabalho é dedicado a todos os trabalhadores, com ou sem deficiência, que lutam cotidianamente pelo reconhecimento e pela justiça social.

## Agradecimentos

Esta pesquisa foi um grande desafio, que não seria possível realizar sem o apoio de algumas pessoas queridas, às quais gostaria de agradecer:

Ao Nadir, meu companheiro, amante, amigo, pela paciência, dedicação, disponibilidade e principalmente pelo amor que me ofereceu durante todo esse tempo de forma incansável, mesmo nos momentos mais difíceis, não me deixou esquecer minha capacidade...

Ao José Luis e à Joana, meus pais queridos, que sempre estiveram presentes de alguma forma em cada etapa de minha vida.

Aos meus amigos e familiares queridos... Quanto tempo fiquei ausente!... Obrigada por continuarem sempre presentes!

Um agradecimento muito especial aos amigos Marlon e Gisele por dividirem comigo sua luta cotidiana e assim tornarem possível que eu enxergasse por meio de seus olhos...

Ao "Vito", pela generosidade com que dividiu comigo a história de sua vida.

A todas as pessoas que entrevistei durante esta pesquisa e que gentilmente colaboraram com meu trabalho.

Ao Professor Antonio da Costa Ciampa, querido mestre e orientador, por dividir generosamente comigo sua experiência e saber, durante os últimos anos. Muito obrigada pelo privilégio de sua orientação!

Aos professores Bader Sawaia e José Roberto Heloani, pela grande contribuição no exame de qualificação. Suas observações foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Aos professores do programa de Psicologia Social da PUC-SP, pelas ricas discussões que me proporcionaram reflexões fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa

Ao Banco do Brasil, pelo incentivo ao viabilizar minha frequência às aulas diurnas na PUC.

Aos meus colegas de trabalho no Banco do Brasil pelo apoio em compreensão diante de minhas ausências durante o horário de expediente.

À CAPES, por disponibilizar a bolsa que tornou possível meu acesso ao estudo e à pesquisa.

SANTOS LARA, A. P. Trabalho e Luta por Reconhecimento: A identidade do trabalhador com deficiência. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2010.

## **RESUMO**

O presente trabalho visa identificar os impactos do reconhecimento e das situações de desrespeito do mercado de trabalho na constituição da identidade do trabalhador com deficiência e os sentidos das metamorfoses provocadas em meio a essa forma de relacionamento, bem como avaliar possíveis alternativas de movimentos emancipatórios de trabalhadores com deficiência diante dessa situação. Nosso principal referencial teórico foram as teorias: da Identidade como Metamorfose, de Antonio da Costa Ciampa; de Reconhecimento e desrespeito, de Axel Honneth; e de emancipação social de Jürgen Habermas. Usamos a método da história de vida, pois nos permitiu verificar na singularidade de um sujeito, aspectos ligados a questões pertencentes à grande maioria das pessoas com deficiência em nossa sociedade; Por fim, esse material nos permitiu perceber que, tanto as situações de reconhecimento quanto de desrespeito vivenciadas pelo indivíduo, podem potencializar rompimentos importantes com personagens fetichizadas e que situações em que ocorre o reconhecimento favorecem o surgimento de recursos internos capazes de direcionar as metamorfoses do indivíduo à emancipação, sem, no entanto, serem suficientes quando falamos em luta por reconhecimento, pois tal luta somente é efetiva quando ocorre o compartilhamento do sentimento de desrespeito e é gerada, conseqüentemente, uma movimentação coletiva no sentido de modificar a realidade social.

*Palavras e expressões-chave: Identidade, Reconhecimento, Emancipação, Psicologia Social Deficiência física, Mercado de trabalho.*

SANTOS LARA, A. P. Work and struggle for recognition: The identity of the disabled worker. Master's Degree Dissertation on Social Psychology. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2010.

## **ABSTRACT**

This study aims to identify the impacts of recognition and situations of disrespect of the labor market in the constitution of the identity of the disabled worker and the meanings of metamorphosis caused in the midst of this form of relationship, and to evaluate possible alternatives for emancipatory movements of workers with disabilities in this situation. Our main theoretical theories were: Identity and Metamorphosis, by Antonio da Costa Ciampa; Recognition and disrespect, by Axel Honneth, and the concept of social empowerment of Jurgen Habermas. We use the method of the life history, as allowed us to verify the uniqueness of an individual and the aspects related to issues pertaining to the vast majority of people with disabilities in our society; finally, this material has enabled us to realize that both the recognition of situations how much disrespect experienced by the individual, can leverage significant disruptions with characters and fetishistic situations in which recognition occurs favoring the emergence of internal resources capable of directing the metamorphosis of individual emancipation, without, however, be sufficient when it comes to fighting for recognition, because this fight is only effective when there is sharing the feeling of disrespect and is generated, thus a collective movement towards changing the social reality.

Key words and phrases: Identity, Recognition, Empowerment, Social Psychology Physical Disabilities, Job Market.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>1. METODOLOGIA</b> .....	<b>17</b>
1.1 Procedimentos adotados.....	21
<b>2. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO AO LONGO DA HISTÓRIA</b> .....	<b>23</b>
<b>3. CONQUISTAS POLÍTICAS E SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA</b> .....	<b>38</b>
3.1 De quem estamos falando? Panorama atual das pessoas com deficiência no Brasil .....	41
3.2 A Situação atual da pessoa com deficiência frente ao trabalho no Brasil .....	44
<b>4. O TRABALHO NO CAPITALISMO</b> .....	<b>49</b>
<b>5. DISCUSSÃO TEÓRICA</b> .....	<b>63</b>
5.1 Sociabilidade, Identidade e Reconhecimento.....	64
5.2 A luta por reconhecimento: A gramática dos conflitos sociais .....	78
5.3 Estigma, Políticas de identidade e Identidade Política .....	93
<b>6. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS</b> .....	<b>100</b>
6.1 A História de Vito .....	101
6.1.1 O menino que nasceu sem enxergar .....	101
6.1.2 O menino incompreendido .....	103
6.1.3 O aluno desacreditado x o aluno querido.....	106
6.1.4 O desbravador .....	108
6.1.5 O estudante que deseja ser profissional .....	110
6.1.6 A identidade de trabalhador construindo-se com a tecnologia.....	113
6.1.7 Um trabalhador empregado, mas sem trabalho .....	115
6.1.8 O profissional que busca um emprego com trabalho .....	119
6.1.9 O trabalhador que deseja produzir.....	120
6.1.10 O deficiente é reconhecido como trabalhador.....	122
6.1.11 O trabalhador cego .....	125
6.1.12 Futuro: ser um referencial de vida, não de resultados .....	132
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>142</b>

## **ÍNDICE DE TABELAS**

Tabela 1: **DISTRIBUIÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS NO BRASIL**.....41

Tabela 2: **TABELA RAIS**.....42

## INTRODUÇÃO

Um homem se humilha  
Se castram seu sonho  
Seu sonho é sua vida  
E vida é trabalho...  
E sem o seu trabalho  
O homem não tem honra  
E sem a sua honra  
Se morre, se mata...  
Não dá pra ser feliz

(Gonzaguinha)

O mercado de trabalho na atualidade é regido por normas e valores muito particulares ditadas pelo que Sennett (1998) chamou de “capitalismo flexível”, ou seja, um modelo de capitalismo que ataca qualquer forma de burocracia ou rotina e valoriza trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças em curto prazo, assumam riscos continuamente e dependam cada vez menos de processos formais.

Há ainda diversas formas de responsabilização do indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso profissional; teorias que pregam a “meritocracia” e a valorização exacerbada das competências individuais são multiplicadas, divulgadas em livros de autoajuda, revistas especializadas que, na maioria das vezes, tratam o profissional como uma “miniempresa” individualizada, uma ilha em meio a um grande oceano.

O profissional, frequentemente, é bombardeado com a mensagem: “tudo depende somente de você”, de suas competências, de sua habilidade para lidar com as infindáveis mudanças que o mercado flexível impõe. Atualmente, para ser um bom profissional, é preciso ser perfeito, melhor que todos os outros a quem devemos ultrapassar o tempo todo.

As consequências desse “vale-tudo” profissional são diversas, mas destacamos aqui a tendência ao individualismo, à conduta do “cada um por si” e a ausência de solidariedade entre colegas de trabalho, o que inviabiliza qualquer forma de organização.

É nesse contexto onde imperam tais valores que trabalharemos a questão da relação entre a pessoa com deficiência e o mercado de trabalho. É importante lembrar que estamos vivendo um momento em que, no mundo empresarial, o discurso da responsabilidade social está em alta e junto com ele ações de “inclusão social”, por meio da inserção de indivíduos excluídos no mercado de trabalho, entre eles, projetos voltados às pessoas com deficiência. No entanto, como afirma Quintão (2005) é sabido que tais iniciativas, caso não estejam norteadas por uma ética, podem assumir um caráter perverso, atendendo estritamente a interesses econômicos do capitalismo.

Nesse sentido, entendemos que a questão da inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho foi tratada ao longo da história mais como uma necessidade da sociedade capitalista do que dos próprios indivíduos, já que as pessoas com deficiência foram inseridas em atividades produtivas quase sempre tendo suas habilidades subestimadas, apenas como meio de tirar da sociedade o peso de sustentá-los na condição de improdutivos

Há, portanto, um lugar definido para o trabalhador deficiente, com fronteiras claras sobre onde ele pode e deve transitar para garantir o “reconhecimento” da sociedade.

Embora determinados termos como aleijado, idiota, incapaz, defeituoso, etc., atualmente sejam considerados inadequados e pejorativos, algumas atitudes com relação às pessoas com deficiência, muitas vezes, ainda trazem

essas conotações de forma velada, não declarada, mas embutida cinicamente em várias ações “caridosas” que levam à inclusão perversa dessas pessoas.

Pode-se afirmar que, na sociedade brasileira, um dos maiores marcos da questão da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho foi a Lei de Cotas (8.213/91, art. 93) que define que as instituições privadas com mais de 100 funcionários devem contratar um percentual de trabalhadores com deficiência que varia de 2% a 5% do total de funcionários de cada corporação. Esse decreto é muito relevante por tratar-se de uma mudança institucional com relação à condição da pessoa com deficiência no Brasil, no entanto, como veremos no decorrer desse trabalho, apenas o aspecto institucional não é suficiente para que possamos considerar que, de fato, ocorra o reconhecimento social dessas pessoas.

Entendemos que o aspecto legal é de suma importância nessa situação, porém pensamos que não é possível garantir a inclusão social de pessoas com deficiência no trabalho “por decreto”. Para que esse reconhecimento possa existir, é necessário ir além do reconhecimento legal, pois, sem outras esferas de reconhecimento, ligadas diretamente às relações sociais, o trabalhador com deficiência é submetido a uma lógica perversa de reconhecimento que implica em inseri-lo no mercado de trabalho, mas deixando claro que sua deficiência é uma necessária limitação e evidenciando que, por ser deficiente, ele jamais terá as mesmas competências que as pessoas “normais” e, portanto, não terá as mesmas oportunidades.

Como exemplo de ações dotadas desse caráter perverso de falsa inclusão social e falso respeito à diversidade, podemos citar diversos anúncios veiculados em *sites* da internet e em classificados de empregos de jornais,

onde empresas procuram antes de qualquer coisa preencher “vagas para deficientes” ou “oportunidades para deficientes”, ao mesmo tempo que para todos os outros profissionais são anunciadas vagas para determinado cargo ou função (ex.: gerente, vendedor, supervisor, etc.). É possível verificar essa diferença comparando os dois anúncios abaixo:

#### 800 vagas para Deficientes no Grupo Pão de Açúcar

O Grupo Pão de Açúcar está com 800 vagas abertas para portadores de necessidades especiais para as lojas do grupo (Extra, Pão de Açúcar, Sendas e CompreBem), em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Bahia e Piauí. Os candidatos não precisam ter experiência. As vagas são para candidatos portadores de deficiência física, auditiva, visual ou intelectual. Para se candidatar, basta enviar currículo para xxxx@xxxx.

*Fonte: WWW.agenciaempregos.net*

#### Foram abertas pelo Grupo Pão de Açúcar 73 vagas efetivas'

Os interessados nas vagas deverão ir entre os dias 12/01, 13/01 e 14/01, às 8h ao Centro de Apoio ao Trabalho (CAT), na Rua Galvão Bueno, 782, bairro da Liberdade, Centro de São Paulo, e procurar por Edvan, no balcão azul, e dizer que estão interessados nas vagas do Grupo Pão de Açúcar.(...)

Exigências: ter no mínimo 18 anos e ensino médio completo para os cargos de operador de supermercado e fiscal de caixa, e ensino fundamental completo para cargos técnicos, como padeiro, peixeiro, cozinheiro, confeitiro, açougueiro e auxiliares de cozinha e padaria.

Ter fácil acesso à Zona Norte e disponibilidade de horário são fatores desejáveis.

As oportunidades são para atuação na frente de caixa, mercearia, FLV (seção de frutas, verduras e legumes), carnes e aves, padaria, frios & laticínios, *rotisserie* e eletro.

Os cargos são: de operador de supermercado, cozinheiro, cargos técnicos (açougueiro, padeiro, etc...) e auxiliar de padaria e cozinha.

Alguns dos benefícios são: convênio médico, seguro de vida, alimentação no local e vale-transporte.”

*Fonte: WWW.mundodastribos.com/empregos*

Diante disso, perguntamos: afinal, o que são “vagas para deficientes?”

Não seria relevante para o profissional com deficiência saber a qual cargo ou função está concorrendo? Qualquer coisa serve para esse profissional, que

deve disponibilizar seus dados curriculares para uma vaga qualquer reservada para deficientes?

Também observamos que, salvo raras exceções, após ingressar na empresa, o profissional com deficiência não é contemplado com um plano de carreira que garanta condições reais de ascensão profissional, muitas vezes, ele permanece na dita “vaga para deficiente” durante anos, e as mudanças em sua carreira somente ocorrem se ele mudar de emprego, buscando outra “oportunidade para deficiente” em outra empresa.

Verificamos ainda a existência de empresas que contratam funcionários com deficiência para evitar a multa referente ao não cumprimento da cota estabelecida por lei, mas, por considerarem que não são profissionais produtivos, permitem que os mesmos permaneçam em casa sem trabalhar, apenas recebendo um salário mínimo. É claro que, diante da situação social desfavorável, muitas pessoas assumem esse lugar de trabalhador-que-não-trabalha, partindo de uma lógica instrumental, pois, afinal, vão receber um salário sem trabalhar.

Pensamos que, para que exista de fato um reconhecimento social das pessoas com deficiência, é preciso ir além da legislação que garante direito ao trabalho e educação, pois essa garantia legal sem a garantia de outros aspectos relacionados à convivência social e ao reconhecimento dessas pessoas pode gerar uma inserção social perversa

A legislação vigente garante legalmente a inserção de pessoas com deficiência nas empresas, no entanto, entendemos que a mera inserção das pessoas dentro das empresas não é suficiente para que possamos considerar que elas são reconhecidas socialmente.

Podemos pensar ainda no conceito de integração, que é muito utilizado dentro dos ambientes empresariais, em especial quando falamos em diversidade, modos de ser e agir diferenciados. A integração diz respeito a juntar, reunir; nesse sentido, pode parecer inclusão, no entanto, dentro desse conceito, o diferente deve adequar-se para ser recebido pelo grupo, ou seja, é a pessoa que *destoa* da maioria e que tem a responsabilidade de adaptar-se. Nesse caso, o meio permanece indiferente à presença do indivíduo diferente, o qual deve buscar sua própria integração ao aproximar-se da maneira de ser e agir da maioria. Nessa forma de integração do indivíduo “excluído”, podemos identificar um movimento de inclusão perversa.

Nesse sentido, Sawaia (1999) afirma que a exclusão é marcada pela contraditoriedade, dado que contém em si sua negação, ou seja, o que muitos chamam de “inclusão” social pode ser compreendido como uma faceta da própria exclusão e, portanto, trata-se de uma inserção social perversa.

Embora existam garantias legais para a “inclusão social” da pessoa com deficiência por meio do direito ao trabalho, suas necessidades como cidadãos não são devidamente atendidas, portanto, entendemos que há uma situação clara de desrespeito social com relação a essa população.

Nosso principal desafio nessa pesquisa será a identificação das possibilidades de emancipação de um indivíduo que vivencia essa situação, considerando que, como qualquer trabalhador situado no contexto do capitalismo, nosso sujeito vive em uma lógica perversa no que diz respeito às questões relacionadas à exploração de sua força de trabalho e aos apelos exagerados ao consumo.

Além disso, a pessoa que possui uma deficiência vivencia situações ainda mais marcadas pela desumanidade da lógica do sistema capitalista. Ao mesmo tempo em que está cada vez mais em alta em nossa sociedade o apelo por uma “sociedade inclusiva”, na qual as diferenças seriam aceitas, respeitadas, valorizadas e as ações e relações necessitam enquadrar-se no que é “politicamente correto”, há também o favorecimento de uma negação cínica dos preconceitos ainda muito presentes nessa mesma sociedade.

Nosso interesse pelo tema surgiu a partir de nossa experiência profissional em uma grande empresa do ramo financeiro, especificamente com os processos de recrutamento e seleção, assim como de orientação de carreira para funcionários com algum tipo de deficiência. Nosso questionamento sempre foi no sentido de pensar as reais condições de inclusão e reconhecimento dessas pessoas como profissionais dentro da lógica predominante no ambiente de trabalho, em especial nos ambientes empresariais.

Nossa pesquisa tem como principal objetivo identificar os impactos do reconhecimento e das situações de desrespeito do mercado de trabalho na constituição da identidade do trabalhador com deficiência e os sentidos das metamorfoses provocadas em meio a essa forma de relacionamento. Buscaremos ainda avaliar possíveis alternativas de movimentos emancipatórios de trabalhadores com deficiência diante dessa situação.

O primeiro capítulo apresenta nosso referencial teórico-metodológico, bem como nossas justificativas para a escolha dos sujeitos pesquisados e nossos procedimentos metodológicos, que foram basicamente a análise de história de vida.

No segundo capítulo apresentamos um apanhado histórico, que tem por objetivo contextualizar a forma como a questão do trabalho da pessoa com deficiência foi se desenvolvendo nas diversas sociedades, frequentemente em função do papel do indivíduo com deficiência nos modos de produção de cada uma delas.

O terceiro capítulo apresenta dados referentes às principais conquistas políticas e sociais das pessoas com deficiência no Brasil, bem como um panorama da situação atual das pessoas com deficiência frente ao mercado de trabalho no país.

No quarto capítulo, discutimos o conceito de trabalho com o qual iremos fundamentar nossa pesquisa: o trabalho contextualizado no capitalismo flexível, cada vez mais impactado pela lógica instrumental e, portanto, distanciado das esferas do “mundo da vida” descrito por Jurgên Habermas.

Seguimos com o quinto capítulo apresentando a discussão teórica acerca das ideias dos principais autores que fundamentam nossa pesquisa: George Mead, Antonio da Costa Ciampa, Erving Goffman e Axel Honneth.

O sexto capítulo é composto pela análise da história de vida de um trabalhador com deficiência visual, por meio das qual e com base em nosso referencial teórico-metodológico, buscamos identificar as situações de reconhecimento e de desrespeito ao profissional com deficiência oferecidas pelo ambiente de trabalho bem como os impactos provocados na constituição de sua identidade. Buscamos ainda compreender os sentidos das metamorfoses provocadas diante dessa forma de relacionamento, avaliando os movimentos emancipatórios desse trabalhador diante das situações vivenciadas em função do trabalho.

## 1. METODOLOGIA

Nosso principal referencial teórico-metodológico toma como base autores cujas origens teóricas remetem à chamada Teoria Crítica, que buscam, em contraponto com a teoria tradicional, unir teoria e prática, incorporando os conflitos sociais ao pensamento filosófico.

A chamada primeira fase da teoria crítica, também conhecida como Escola de Frankfurt, tem como expoentes os autores Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse. Esse movimento nas ciências sociais e na filosofia considera o fenômeno estudado a partir de suas determinações histórico-sociais e sua orientação para a emancipação humana, que é apresentada por esses autores como algo, ao mesmo tempo, possível e impedida pela lógica própria do sistema social vigente.

Segundo Morrow e Torres (1997), as teorias críticas são influenciadas tanto pela corrente neomarxista quanto pela teoria do conflito e distinguem-se da tradição neomarxista pela rejeição da teoria da ditadura do proletariado e do primado dos determinantes econômicos e de classe em última instância, considerando também outras fontes de potencial dominação e ou exploração como relacionadas às lutas sociais.

Em um segundo momento da Escola de Frankfurt, aparece como o expoente o autor Jürgen Habermas que, a partir da herança recebida de seus precursores insiste no comprometimento com uma teoria social orientada por uma práxis emancipatória. Em busca de uma teoria que possa dar conta de um processo de emancipação universal, Habermas cria a Teoria da Ação Comunicativa.

Habermas foi posteriormente criticado por muitos pensadores, inclusive por membros da Escola de Frankfurt, entre eles Axel Honneth, representante da geração seguinte da Teoria Crítica, que, ao retomar o pensamento do jovem Hegel sobre as teorias do reconhecimento, contribui para a compreensão dos conflitos sociais, abandonados por Habermas.

Nossa pesquisa tem como principal objetivo identificar os impactos do reconhecimento e das situações de desrespeito do mercado de trabalho na constituição da identidade do trabalhador com deficiência e os sentidos das metamorfoses provocadas em meio a essa forma de relacionamento. Buscaremos ainda avaliar possíveis alternativas de movimentos emancipatórios de trabalhadores com deficiência diante dessa situação.

Nesse sentido, trabalhamos com as teorias: da Identidade como Metamorfose, de Antonio da Costa Ciampa; de Sociabilidade de George H. Mead e traremos ainda os conceitos de Reconhecimento e desrespeito apresentado por Axel Honneth e de emancipação social apresentado por Jürgen Habermas.

É por meio dos escritos de Ciampa que situamos a questão da identidade do trabalhador com deficiência; pretendemos ainda fazer uso dos escritos desse autor para identificar as metamorfoses existentes nas histórias de nossos sujeitos, bem como as influências de seu personagem “trabalhador” nessas metamorfoses.

A análise do contexto social e das condições em que ocorre a inserção no mercado de trabalho bem como as possibilidades de emancipação presentes em tal situação foi verificada por meio dos escritos de Jürgen

Habermas, que nos auxiliarão a compreender a estrutura da sociedade moderna e os caminhos possíveis para a emancipação.

Axel Honneth e sua teoria do Reconhecimento Social, baseada nos escritos do jovem Hegel, foram utilizados para viabilizar nossa análise sobre as condições reais de reconhecimento presentes na inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Discutimos também a ideia de estigma, desenvolvida por Irving Goffman, para melhor compreensão da relação social do indivíduo com deficiência.

Para contextualizar questões relacionadas ao trabalho no capitalismo, realizamos uma revisão bibliográfica com a utilização, além dos autores já citados, de outros importantes pensadores acerca desse tema, tais como Ricardo Antunes, André Goorz e Roberto Heloani.

Escolhemos a narrativa de história de vida como instrumento para viabilizar a busca de dados em nossa pesquisa. Consideramos que, para ser adequada a uma pesquisa científica, a coleta de histórias de vida precisa garantir um relato fiel de experiência, interpretação, sentimentos e atribuição de sentidos às experiências vividas.

A história de vida viabiliza ao pesquisador maior proximidade à noção de processo, de movimento, e permite que os temas abordados sejam compreendidos a partir do ponto de vista de quem vivencia a história; nesse sentido, Becker (1997) acrescenta que na história de vida são os narradores que dão forma e conteúdo às narrativas, à medida em que interpretam suas próprias experiências e o mundo no qual elas são vividas. O mesmo autor

acrescenta que esse recurso pode ser muito útil no sentido de fornecer ao pesquisador uma visão dos aspectos subjetivos dos processos institucionais.

Chizzotti (1998) afirma que a história de vida pode ter ainda diferentes formas literárias, tais como memórias, crônicas ou retratos de homens ilustres, ou pode ter formato autobiográfico – onde o autor relata suas percepções pessoais e sentimentos íntimos que marcaram a sua experiência ou acontecimentos vividos.

O mesmo autor afirma ainda que o uso da história de vida como meio de pesquisa tem uma evolução crescente e que, embora tenha sido preterida pelas técnicas quantitativas, a partir dos anos 1960, a história de vida é retomada atualmente como instrumento de pesquisa:

A partir dos anos 60 a história de vida procura superar o subjetivismo impressionista e formular o estatuto epistemológico, estabelecer as estratégias de análise do vivido e constituir-se em método de coleta de dados do homem concreto. No contexto da pesquisa, tende a romper com a ideologia da biografia modelar de outras vidas para trabalhar os trajetos pessoais no contexto das relações pessoais e definir-se como relatos práticos das relações sociais.

Nessa pesquisa, buscamos concentrar nosso foco na avaliação qualitativa do material, no qual a preocupação principal esteve relacionada mais com o aprofundamento e a abrangência da compreensão do que com a generalização.

Segundo Minayo (1996), o processo de pesquisa incorpora a compreensão do particular no geral e vice-versa:

Metodologicamente significa compreender as diferenças numa unidade ou totalidade parcial, compreender o modo de relacionamento entre as várias instâncias da realidade e processo de constituição da totalidade

parcial e entender, na totalidade parcial, as determinações essenciais e as contradições e efeitos de sua manifestação” (Minayo, 1996, p. 70).

Para concretizar essa pesquisa buscamos entrevistar profissionais com deficiência que tivessem formação e experiência profissional, para que pudéssemos alcançar os objetivos propostos. A seguir serão especificados os procedimentos utilizados.

### **1.1 Procedimentos adotados**

A realização dessa pesquisa ocorreu ao longo de dois anos, nos quais realizamos uma análise bibliográfica e as entrevistas que contemplavam relatos de histórias de vida.

A análise bibliográfica teve como principal foco contextualizar a situação da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, as principais conquistas políticas e sociais das pessoas com deficiência, o contexto do trabalho no capitalismo e principalmente realizar uma discussão acerca das teorias propostas pelos principais autores que fundamentam nossa pesquisa.

A busca pelos sujeitos de nossa pesquisa iniciou-se de forma abrangente, pois decidimos entrevistar indivíduos com qualificação e experiência profissional, já que nosso foco principal era apreender a história da vida do indivíduo no papel de trabalhador, e para tanto seria necessário que houvesse de fato uma trajetória profissional.

Inicialmente havíamos decidido entrevistar indivíduos com diferentes deficiências (visual, auditiva, física, etc.); no entanto, ao longo da pesquisa

essa opção mostrou-se inviável para a realidade do mercado de trabalho, pois tivemos dificuldades em localizar profissionais com qualificação e experiência profissionais com deficiência auditiva.

Analisamos os dados estatísticos acerca das pessoas com deficiência no Brasil e verificamos que, embora o número de indivíduos com deficiência visual seja o maior contingente entre as deficiências declaradas ao IBGE no último CENSO, os dados da RAIS demonstram que apenas 4,99% dos trabalhadores formais com alguma deficiência possuem esse tipo de limitação, e, com base nesses dados, optamos por direcionar nossas entrevistas aos trabalhadores com deficiência visual total.

Optamos pela análise de uma única história de vida, a qual julgamos representativa, pois entendemos tratar-se de um sujeito emblemático e cuja trajetória de vida, em especial de sua vida profissional, é capaz de exprimir em sua individualidade aspectos ligados à questões relacionadas à grande maioria das pessoas pertencentes ao mesmo grupo, no caso, dos trabalhadores com deficiência no Brasil. O sujeito escolhido para nossa análise é um trabalhador que nasceu com deficiência visual e é atualmente um trabalhador formal beneficiado pela “lei de cotas”.

A fim de preservar o sigilo, os nomes de todas as pessoas e das empresas/instituições envolvidas foram alterados.

## 2. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO AO LONGO DA HISTÓRIA

“De cada um segundo as suas capacidades.  
A cada um segundo as suas necessidades.”  
*Karl Marx*

Entendemos que o contexto histórico torna-se especialmente importante diante da necessidade de ilustrar ao leitor que o próprio conceito de deficiência foi construído de acordo com a época e com a sociedade em que a pessoa com deficiência vivia. Nessa perspectiva, não é difícil verificar, na História, que o movimento das diversas sociedades com relação ao lugar reservado à pessoa com deficiência foi sempre definido de acordo com as necessidades das demais pessoas e nunca considerando as necessidades do indivíduo considerado deficiente.

Essa mesma lógica se aplica ao analisarmos ao longo da História o movimento de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho. Verificamos que tal movimento sempre atende de alguma forma à sociedade à qual o indivíduo pertence e conseqüentemente ao modo de produção vigente, ou seja, de uma forma ou de outra, o esforço da sociedade pela “inclusão” dessas pessoas somente ocorreu em lugares restritos e por motivos muito específicos, como veremos neste capítulo.

A primeira dificuldade que encontramos, em nossa análise histórica das pessoas com deficiência e o mercado de trabalho, foi localizar bibliografia sobre este assunto, pois poucos autores se dedicam a abordar essa temática ao longo da História. Diante dessa constatação, resta-nos a pergunta: Por que os pesquisadores produziram tão pouco material a respeito desse assunto?

Para responder a esta pergunta, precisamos insistir nesta pesquisa histórica da pessoa com deficiência, pois consideramos de suma importância para uma pesquisa sobre identidade o apoio de um contexto histórico para que seja possível situar nossa personagem e sua trajetória, assim poderemos compreender a situação atual de nosso sujeito.

Para isso, pensamos que a análise da história de algumas sociedades pode nos trazer elementos muito importantes na compreensão das relações de trabalho estabelecidas nessas sociedades e como esses fatos podem também explicar o modo como eram tratadas as pessoas com deficiência.

Em muitas culturas primitivas, a presença de pessoas com deficiência era quase inexistente, pois era muito comum que elas fossem mortas quando nasciam ou abandonadas, caso adquirissem alguma deficiência ao longo da vida. Existem várias versões para explicar tal atitude, mas entendemos que a principal argumentação para esse extermínio ou abandono das pessoas com deficiência está relacionada ao fato de que as bases produtivas de tais sociedades (caça, pesca e abrigo), bem como a sobrevivência dos homens, estavam diretamente ligadas à dependência da natureza, além disso, a vida era predominantemente nômade.

Nesse tipo de economia tipicamente de subsistência, cada indivíduo deveria ser capaz de prover seu próprio sustento e defesa, ou naturalmente se tornaria um “peso” para o restante do grupo; portanto, o abandono de velhos e crianças com algum tipo de deficiência era comum nesse contexto, em especial para povos nômades, pois, além de não poderem produzir, essas pessoas, em geral, eram mais frágeis e demandavam cuidados.

Segundo Turek (2003),

A eliminação desses indivíduos era quase natural, legitimada pelo processo de vida presente nas sociedades tribais, pois as condições concretas de sua existência estavam ainda na relação direta com a natureza.

Nos períodos escravistas, a condição de existência dos escravos estava diretamente ligada à forma de produzir meios de vida, portanto lhes era exigido um biótipo que lhes permitissem executar as tarefas que lhe eram impostas. Desta forma, àqueles que nasciam com algum tipo de deformidade não restava outra sorte que a de serem sacrificados, abandonados ou, na melhor das hipóteses, serem objeto de ações assistencialistas de origem religiosa.

A sociedade grega era um exemplo dessa situação: nela, o atendimento às necessidades básicas era garantido pelos escravos, porque o trabalho era reservado apenas a eles, enquanto os homens livres estavam liberados para o ócio e podiam dedicar-se ao pensamento de forma sistematizada. Essa forma de organização da sociedade grega possibilitou o surgimento da filosofia e, naquele momento histórico, iniciaram-se as dicotomias entre corpo X mente e trabalho intelectual X trabalho braçal, que formaram a base da justificativa para muitas condutas de abandono e extermínio de pessoas de corpo imperfeito.

Em Esparta, verifica-se a valorização dos atributos físicos necessários à ginástica, dança e estética. Os homens livres preparavam-se para guerrear, Segundo Rosseto et al. (2006, p.103-108), os homens dos 7 aos 37 anos deveriam estar a serviço do exército e, devido a isso, havia uma exigência por pessoas saudáveis; portanto, aqueles que não eram bem dotados fisicamente ou apresentavam algum tipo de deformidade eram sacrificados. A partir desse raciocínio, os recém-nascidos com alguma deficiência eram abandonados ou eliminados após uma avaliação realizada por uma comissão especial formada

por anciãos, que reconhecia a criança e lhe dava ou não o direito de viver, conforme relato de Plutarco, historiador do período greco-romano antigo:

Se lhes parecia feia, disforme e franzina, como se refere Plutarco, esses mesmos anciãos, em nome do estado e da linhagem de famílias que representavam, ficavam com a criança. Tomavam-na logo a seguir e a levavam a um local chamado Apothetai, que significa depósito. Tratava-se de um abismo situado na cadeia de montanhas Tahgetos, perto de Esparta, onde a criança era lançada e encontraria a morte, pois tinham a opinião de que não era bom nem para a criança nem para a república que ela vivesse, visto como desde o nascimento não se mostrava bem constituída para ser forte, sã e rija durante toda a vida. (Silva, 1986, p.42)

Segundo Neres & Correa (2008), em Atenas, com o homem ligado à *pólis*, as maiores virtudes consistiam na capacidade de governar, na boa argumentação, na filosofia e na contemplação, portanto, só poderiam sobreviver aqueles que se ajustassem a essas condições ou tivessem condições físicas para trabalhar como escravos. Dessa forma, aqueles que não eram bem dotados fisicamente e apresentavam algum tipo de deformidade ou deficiência, a exemplo do que acontecia em Esparta, também eram sacrificados – a diferença com relação ao procedimento espartano era que a decisão pelo abandono ou eliminação da criança cabia aos pais.

Até mesmo os maiores filósofos da época estavam de acordo com tal costume. Nesse sentido, Tessaro (2006) afirma que Platão defendia que os nascidos com alguma deficiência física fossem abandonados no alto de uma montanha, logo após o nascimento. Na opinião de Platão e Aristóteles, a morte dos bebês deformados deveria ser imposta pelo Estado. É importante ressaltar que Aristóteles justificou sua argumentação em defesa do abandono de pessoas com deficiência em nome do equilíbrio demográfico, e tal argumento

tinha como foco especial os casos em que implicassem dependência econômica:

Quanto a rejeitar ou criar recém-nascidos terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada, com vistas a evitar o excesso de crianças (...).(Neres & Correa, 2008, p. 18).

Em Roma, o procedimento mais comum também era a eliminação. Os pais tinham a permissão de matar as crianças que nasciam com deformidades físicas, pela prática de afogamento, mas há relatos que fazem menção ao abandono de crianças em cestos no rio Tibre. Também os sobreviventes passavam a fazer parte de circos para entretenimento ou pediam esmolas nas cidades.

Com o declínio do Império Romano e as conquistas dos povos bárbaros nesse território, as bases do processo produtivo foram alteradas, o que deu origem à propriedade feudal, na qual a classe produtiva direta era composta de pequenos camponeses servos que estavam estabelecidos no campo. A nobreza, classe dominante, governava os feudos. A Igreja Católica participava ativamente desse sistema, pois o papa, além de líder religioso, era o líder político que controlava os feudos.

Dada a forte influência da Igreja Católica, no feudalismo tornou-se hegemônico o pensamento cristão, que altera a visão a respeito das pessoas com deficiência, pois a teologia católica resgatou a dicotomia da filosofia grega corpo X mente e propõe uma nova ordenação dicotômica: corpo X alma. A Igreja condenou o extermínio dos deficientes, mas continuou abominando o corpo defeituoso, suportando-o apenas por ser considerado “templo da alma”.

Esta abominação passou pela visão de que a deficiência é resultado do pecado ou da possessão demoníaca, e também instrumento do divino para oportunizar o exercício da caridade dos homens, sendo entregue aos cegos, por exemplo, os átrios das igrejas onde exerciam a mendicância. (Turek, 2003, p.5).

O aspecto religioso dominante, aliado ao modo de produção feudal tornou incomum a prática de eliminação das pessoas com algum tipo de deficiência, pois a produção era familiarizada e realizada totalmente dentro da gleba, onde a própria família organizava os papéis de cada membro.

Nesse momento histórico, percebemos uma mudança significativa em relação às etapas anteriores, porque, embora a serviço do senhor feudal, o servo tinha a posse das terras nas quais ele e sua família trabalhavam, portanto, o familiar com deficiência podia ser sustentado pela família ou mesmo trabalhar em alguma função para as quais suas condições físicas permitissem.

Ao longo da Idade Média ocorreram diversas transformações no modo de produção, as quais trouxeram mudanças significativas nas relações entre as pessoas. O aumento da capacidade de produção, e conseqüentemente de excedentes, deu origem aos centros comerciais nas cidades, os chamados burgos, onde, além do comércio de produtos rurais, havia espaço para os artesãos, que fabricavam e comercializavam seus produtos.

A evolução técnica na agricultura, com a criação de novos maquinários para realização de trabalhos na lavoura, permitiu a liberação cada vez maior de trabalhadores rurais para atividades artesanais e, com isso, a produção foi aumentando, assim como a demanda pelos produtos. Foram criadas organizações de artesãos, as corporações de ofício, que eram unidades de

produção marcadas pela hierarquia e pelo controle da técnica de produção pelo próprio produtor.

Devido ao aumento constante da demanda advinda principalmente dos burgos e a evolução das tecnologias de produção, surgiram as manufaturas, que eram pequenas oficinas já com produção seriada, porém, com trabalho praticamente manual. Nesse momento, é iniciada a hierarquização das forças de trabalho em: mais qualificadas e menos qualificadas.

Houve, então, a criação da máquina a vapor e o investimento em novas tecnologias fatores que deram origem à Revolução Industrial, que teve como principal característica a transformação do homem em um apêndice da máquina, situação que retirou das mãos do homem o controle sobre o produto de seu trabalho, pois, a partir desse momento, o controle sobre a produção passou a ser do dono das máquinas, enquanto o trabalhador passou a vender-lhe sua força de trabalho.

Essas modificações nos modos de produção provocaram grandes mudanças nas relações do ser humano com a natureza e com seus semelhantes:

Com o gradativo predomínio de uma produção voltada ao mercado, a possibilidade de acumulação e o desenvolvimento da ciência que garantiu o domínio do homem sobre a natureza foram os principais fatores de contribuição para o estabelecimento de novas relações entre os homens, inaugurando outro momento histórico. Esses passam a ser entendidos como seres naturais, centros do universo: isso significa novas formas de pensamento (religioso, político e moral) e nova forma de vida. (Franco & Dias, 2009, p 43).

Com a substituição dos senhores feudais pelos burgueses (donos das fábricas), a expansão da ciência e da tecnologia e o enfraquecimento da Igreja Católica, as explicações sobrenaturais ou míticas predominantes foram

gradativamente dando lugar às explicações científicas e racionais. Em função disso, as deficiências congênitas deixaram de ser explicadas pelas interferências divinas (castigo, benção, etc.) e passaram a ser explicadas pela ciência como problemas médicos, dignos de tratamento.

Além das novas explicações para as deficiências, com o início do sistema capitalista veio à tona a idéia de que as pessoas com deficiência deveriam ser engajadas no sistema de produção, ou assistidas pela sociedade, que contribuía compulsoriamente para tanto.

A evolução da medicina e das tecnologias em diversas áreas foi gradativamente permitindo maior autonomia para os indivíduos com algum tipo de deficiência. Vários aspectos para a melhoria das condições de vida e de socialização dessas pessoas foram desenvolvidos, tais como: métodos de comunicação para pessoas surdas, métodos cirúrgicos na ortopedia, próteses, desenvolvimento de equipamentos para reabilitação, etc.

Em 1819, Louis Braille, um aluno do Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris, criou um sistema de escrita adaptado às pessoas cegas, usado até os dias de hoje e que permite a perfeita integração dos deficientes visuais ao mundo da linguagem escrita.

Segundo Fonseca (2000, p.481-486), foi com o Renascimento que a visão predominantemente assistencialista abriu espaço à postura profissionalizante e integrativa das pessoas portadoras de deficiência. Segundo o mesmo autor:

(...) a maneira científica da percepção da realidade daquela época derrubou o estigma social que influenciava o tratamento para com as pessoas com deficiência, e a busca racional da sua integração se fez por várias leis que passaram a ser promulgadas.

Entendemos que, embora tenha havido uma mudança de paradigma com relação ao tratamento da pessoa com deficiência na sociedade, a postura profissionalizante e integrativa à qual o autor faz referência bem como as leis que passaram a ser promulgadas dizem respeito mais aos interesses econômicos predominantes no capitalismo do que propriamente à derrubada do estigma social.

Xavier (2004) ilustra bem essa nossa afirmação ao citar a *Lei dos pobres*, promulgada na Inglaterra em 1597, na qual o Estado determinava às freguesias, que eram as unidades locais de administração pública, que arrecadassem impostos para ajudar os pobres; que conseguissem trabalho para os fisicamente capazes; que punissem os indolentes; que fizessem caridade aos idosos, doentes e pessoas consideradas incapazes por deficiência ou doença.

Em decorrência dessa lei, houve conflitos envolvendo diversas freguesias que alegavam que lhes cabia assistir apenas os *seus* pobres, e não os que vinham de outros lugares, pois estes representavam uma sobrecarga fiscal, havendo necessidade de arrecadação de impostos extras para custear os indigentes excedentes; como consequência, esse conflito deu origem à outra legislação, a *lei de assentamento e remoção*. Essa lei organizava territorialmente os mecanismos da *lei dos pobres*, permitindo à freguesia a expulsão de pobres cuja residência fosse em outra região, e, em função disso, muitos cidadãos pobres que buscavam trabalho em regiões diferentes da sua residência ficaram prejudicados, pois a limitação de permanência em uma só

freguesia tornava difícil a busca por emprego, o qual, em muitos casos, era inexistente em seu local de moradia.

Por outro lado, naquele momento histórico, a *Lei dos pobres* punia àqueles assistidos que não trabalhassem, sob formas severas: com açoitamento e envio a uma casa de correção, na primeira ocorrência; e açoitamento e marca a ferro em brasa, na reincidência (Xavier, 2004).

E qual a relação da lei dos pobres com o novo modo de tratamento social das pessoas com deficiência? Em decorrência da necessidade de punir o não-trabalho, as freguesias criaram as “workhouses” (casas de trabalho), que, segundo Xavier (2004), tratava-se de um modelo de concentração disciplinar da vida reduzida ao labor, já que eram asilos de trabalho forçado onde os pobres deveriam “aprender a se sustentar”.

Inicialmente as “workhouses” eram destinadas aos indigentes válidos, posteriormente os deficientes físicos e sensoriais também passaram a ser “detidos” nas “workhouses” e a realizar trabalhos forçados, dentre eles, a trituração de enormes blocos de pedra para produzir pedregulhos usados na construção de estradas e a trituração de ossos de animais para uso posterior como fertilizantes.

A exploração do trabalho dos pobres e dos deficientes pobres nas “workhouses” é um exemplo de intolerância e condenação da ociosidade dos pobres por parte da sociedade burguesa incipiente, que, ao mesmo tempo, rejeitava os que não podiam produzir por alguma incapacidade ou mesmo pela falta de oportunidades de emprego, mas era incapaz de criar mecanismos eficientes de distribuição de renda para redução da miséria.

As pessoas com deficiência, assim como os pobres, ociosos e delinquentes tornaram-se um peso e uma ameaça à sociedade que buscava meios de tornar a inevitável convivência com esses sujeitos menos “pesada”. Uma das maneiras encontradas foi a criação da “Educação Especial”, inicialmente destinada aos deficientes mentais e que, para Pessotti (1984, p.5) surgiu com o objetivo de tornar a *idiotia* menos pesada e mais suportável à sociedade.

Esse autor afirma que há registros desde 1824 de asilos e hospícios que, para garantir a manutenção de sua economia doméstica, procuravam instruir os *idiotas* e *imbecis* na execução de tarefas manuais. Essa origem da educação para deficientes mentais tem como um de seus objetivos torná-los úteis à sociedade, fazendo-os produtivos.

Neres & Correa (2008) relatam que existiam no século XVIII asilos-escola que abrigavam deficientes, surdos e cegos que, em troca de moradia e alimentação, deveriam exercer trabalho obrigatório. Um exemplo desse tipo de atendimento foi a abertura do Instituto para Cegos de Nascimento, em Paris (1791), que somente aceitava cegos capazes de trabalhar. Em 1795 esse mesmo estabelecimento recebeu o nome de Instituto dos Trabalhadores Cegos, transformando-se em escola industrial e asilo, combinados.

Além dessa instituição, as autoras fazem referência também à Escola de Surdos, fundada em 1760 também em Paris, caracterizada como internato e que também se preocupava com a liberação do surdo para o trabalho. Em geral, todas as instituições ligadas à educação de pessoas com deficiência no século XVIII surgiram com esse mesmo objetivo: capacitar as pessoas a responder, mesmo que minimamente, às exigências do processo produtivo.

Ainda no século XVIII, com o advento da Revolução Industrial e o surgimento das fábricas na Inglaterra, o trabalhador passou a ser inserido em ambientes precários, com o objetivo de operar maquinários para produção massificada de diversos produtos industrializados. Esse modo de trabalho passou a “produzir” pessoas deficientes, já que os corpos dos trabalhadores eram tratados como mera peça da máquina que estavam operando e as condições de segurança eram insuficientes, fatores que provocavam frequentes mutilações nos trabalhadores.

Havia ainda questões relacionadas aos movimentos repetitivos e em condições ergometricamente desfavoráveis, que provocavam lesões nos membros e na coluna dos operários, fatores que produziram um exército de deficientes, conforme relata Engels, *apud* Xavier (2004, p.100), sobre suas observações nas ruas de Manchester:

Juntamente com as pessoas deformadas, um grande número de mutilados pode ser visto perambulando por Manchester; este perdeu um braço ou parte dele, aquele ali um pé, o terceiro, metade de uma perna; é como viver no meio de um exército que acaba de retornar de um campo de batalha.

Portanto, além da capacitação técnica para o trabalho destinada às pessoas com algum tipo de deficiência, a Revolução Industrial tornou necessária a criação de diversos recursos para a reabilitação de incapacitados para o trabalho em decorrência de acidentes nas fábricas. Assim, as guerras, epidemias e anomalias genéticas deixaram de ser as únicas causas das deficiências, tornando-se necessária a criação de um sistema de seguridade social para reabilitação dos acidentados a fim de viabilizar seu retorno à atividade produtiva.

Nos Estados Unidos, no início do século XX, surgiu o modelo de administração científica da produção e do trabalho operário, orientado para a eficiência dos processos e o aumento da produção. Esse modelo foi

implementado por Henry Ford em suas empresas e tornou-se, desde então, um paradigma dos processos produtivos. Com base nesse paradigma, Ford implantou um modelo de linha de montagem para carros e, a partir disso, definiu, entre outras coisas, as regras para admissão de funcionários em suas fábricas, inclusive para a inserção de pessoas com deficiência na linha de produção.

Tal modelo alicerçava-se na perspectiva de que, na linha de montagem, um homem não deveria dar mais do que um passo e deveria permanecer na mesma posição o maior tempo possível, a fim de potencializar sua capacidade de produção. Foi a partir da repetição de um mesmo movimento que Ford dividiu a montagem de um motor, que antes era realizada por um só homem, em oitenta e quatro operações diferentes.

Segundo Xavier (2004), em 1914, entrou em vigor nas fábricas de Ford uma norma que estabelecia o salário mínimo de cinco dólares e a jornada de oito horas, além de uma cláusula adicional que determinava que ninguém deveria ser demitido em razão de condição física, exceto no caso de doenças contagiosas. Essa determinação inseriu o trabalhador com deficiência no mesmo regime assalariado vigente para todos os outros e impôs que ele fosse tão produtivo e eficiente quanto os demais, sendo que tal exigência só se tornou possível por meio da análise realizada por Ford acerca da subdivisão do trabalho, a qual poderia contemplar de forma igualitária homens sãos e *aleijados*:

(...) estou seguro de que se o trabalho fosse suficientemente subdividido, subdividido até o ponto da mais alta economia, não haveria falta de vagas nas quais os fisicamente incapacitados pudessem fazer o trabalho de um homem e ganhar o salário de um homem. É economicamente mais danoso aceitar os homens aleijados como

cargas e então ensinar-lhes tarefas banais como fazer cestos ou alguma outra forma de trabalho manual não remunerado, na esperança não de ajudá-lo a obter um sustento, mas de prevenir a dependência. (Ford, *apud* Xavier, 2004, p. 34).

A partir da premissa da fragmentação do trabalho em partes, no qual o operário poderia funcionar como um apêndice do maquinário, Ford definiu funções onde o corpo do trabalhador com deficiência pudesse ser inserido eficientemente no processo de produção. Baseado em suas análises, Henry Ford definiu os seguintes números:

(...) Havia 7.882 empregos diferentes na fábrica, desses, 949 foram classificados como trabalho pesado, que requeria homens fortes, bem constituídos e fisicamente perfeitos; 3.338 requeriam homens de compleição e força física medianos. Os restantes 3.595 empregos mostraram não requerer nenhum esforço físico e poderiam ser desempenhados pelo mais frágil e fraco dos homens. Na verdade, a maioria deles poderia ser preenchida satisfatoriamente por mulheres ou crianças mais velhas. Os trabalhos mais leves foram novamente classificados para descobrir se requeriam o uso de faculdades completas, e descobrimos que 670 poderiam ser preenchidos por homens sem perna, 2.637 por homens de uma perna só, 2 por homens sem braço, 715 por homens com um braço e 10 por homens cegos(...) (Ford, *apud* Xavier, *ibid.*).

Esse tipo de administração permitiu que a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho atendesse às necessidades do processo produtivo vigente. O Fordismo e a implementação de suas linhas de produção tiveram, efetivamente, um grande impacto na economia mundial e nas relações de trabalho em geral, pois o trabalhador passou a ser considerado como uma peça do maquinário na linha de produção.

Uma das resultantes desses novos procedimentos foi o fato de que, diante da fragmentação das atividades do trabalhador, todos os operários encontravam-se nas mesmas condições (ruins) de trabalho, todos tinham seus corpos submetidos às necessidades do capital; no entanto, o que diferenciava

o trabalhador com deficiência naquele contexto era o fato de que, para ele, naquele momento foram reservadas tarefas específicas – ou seja, trabalho de deficiente.

Havia ainda outro interesse na inserção de pessoas com deficiência nos processos produtivos: para a manutenção da lógica capitalista, todos devem consumir, e o trabalho, portanto, deve ser visto, essencialmente, como possibilidade de inserção no circuito de produção e consumo.

Entende-se, portanto, que o discurso atual da inclusão social da pessoa com deficiência, por meio da garantia legal de acesso ao trabalho, apresenta como objetivo principal a viabilização da condição de consumidores a essa parcela considerável da população. Afinal, são pessoas que, como todas as outras, são afetadas pela lógica do consumo e desejam também consumir para participar da sociedade.

Não podemos deixar de considerar ainda que, com a inclusão dessas pessoas no mundo do trabalho formal, há também uma redução considerável do ônus da previdência social, que deixa de ter obrigações para com o sustento desses cidadãos.

Entendemos, portanto, que a relação entre a pessoa com deficiência e o trabalho não é um fenômeno atual, como pudemos verificar, pois, ao longo de toda a história da humanidade o tratamento das sociedades para com essas pessoas de alguma forma esteve relacionado também com os modos de produção vigentes.

### 3. CONQUISTAS POLÍTICAS E SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

“A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualem. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade... Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real.”

Rui Barbosa

Como pudemos verificar no capítulo anterior, durante muitos anos, as pessoas com deficiência foram excluídas e segregadas nas sociedades; no entanto, no Brasil, a partir de 1979, as pessoas com deficiência começaram a se organizar politicamente e formaram o primeiro movimento específico de pessoas com deficiência: o Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes – MDPD –, que tinha como objetivo propor soluções para os problemas enfrentados por esse público. A criação do MDPD marcou historicamente o momento em que as pessoas com deficiência passaram a falar politicamente por si mesmas, sem intermediações e/ou representações.

O ano de 1981 foi proclamado pela Assembléia Geral da ONU de 1971 como o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” e, a partir de então, surgiu uma preocupação mundial em discutir a questão das necessidades das pessoas deficientes. Segundo Figueira (2009), aqui, no Brasil, um dos primeiros momentos de preparação para o Ano Internacional aconteceu em maio de 1980, em São Paulo, quando a “Coalizão de Pessoas Deficientes” discutiu proposições nacionais. Ainda no ano de 1980, o Presidente da República criou a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas

Deficientes, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura. A partir daí, surgiram muitos comitês estaduais e municipais, abrindo espaço para outras iniciativas no Brasil.

Como consequência, principalmente da organização política das pessoas com deficiência no Brasil e no mundo, muitas conquistas legais foram surgindo e ao longo das últimas décadas ocorreram marcos importantes para a consolidação dos direitos atuais das pessoas com deficiência.

Em 1986, foi instituída a Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE)<sup>1</sup>, órgão responsável pela gestão de políticas voltadas para a integração da pessoa com deficiência. Em 1988 foi promulgada a Nova Carta Constitucional Brasileira, que garante o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”<sup>2</sup>, legitimando o atendimento educacional especializado no Brasil, reforçado mais tarde pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990<sup>3</sup>.

Em 1989, a Lei nº 7.853<sup>4</sup>, que estabelecia “normas gerais para o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de

---

<sup>1</sup> A Coordenadoria para Integração da Pessoa com deficiência era um órgão com autonomia administrativa e financeira e com destinação de recursos orçamentários específicos, ligado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e tinha como eixo focal a defesa de direitos e a promoção da cidadania.

<sup>2</sup> Constituição Federal de 1988, Título VIII, Da Ordem Social, Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, Art. 208, Inciso III.

<sup>3</sup> O Estatuto da Criança e do Adolescente foi estabelecido pela Lei nº 8069 de 13 de Julho de 1990 – Capítulo IV, Art. 53.

<sup>4</sup> A lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 – Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE –, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.

deficiência e sua efetiva integração social”, em seu artigo 2º “estabelece que ao poder público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos”.

No que diz respeito às conquistas sociais das pessoas com deficiência, podemos afirmar que na década de 1990, em função do fortalecimento de movimentos sociais específicos, houve muitos avanços na área da Educação voltada para as pessoas com deficiência; nesse sentido, destacamos a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que normatiza em seu capítulo V a Educação Especial<sup>5</sup>, conceito que ainda no início da década de 1990 passou a ser questionado pela própria área da educação que o conceito de Educação Inclusiva<sup>6</sup> como alternativa a esse modelo.

Em 1991 surge a lei 8.213, conhecida como “Lei de Cotas”, que torna obrigatória a contratação de um percentual de pessoas com deficiência em empresas com mais de 100 funcionários; no entanto, como veremos a seguir, embora essa lei tão importante esteja prestes a completar 20 anos, ainda não é totalmente respeitada pelas empresas na atualidade.

---

<sup>5</sup> Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Capítulo V, Da Educação Especial.

<sup>6</sup> Segundo Figueira (2009), a proposta da Educação Inclusiva tem duas definições básicas Internacionais: “Educação inclusiva significa provisão de oportunidades equitativas a todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências severas, para que recebam serviços educacionais eficazes, com os necessários serviços suplementares de auxílios e apoios, em classe adequada à idade em escolas da vizinhança, a fim de prepará-los para uma vida produtiva como membros plenos da sociedade.”. Ou ainda: “Educação Inclusiva é uma atitude de aceitação das diferenças, não uma simples colocação em sala de aula.”.

### **3.1 De quem estamos falando? Panorama atual das pessoas com deficiência no Brasil**

Como pudemos perceber, em decorrência de uma maior organização política das pessoas com deficiência, nas últimas décadas os assuntos relacionados aos direitos das pessoas com deficiência mudaram e passaram a fazer parte das pautas de discussões internacionais. No Brasil, também podemos perceber avanços nesse sentido e entendemos que é fundamental a manutenção e evolução dessas conquistas, pois a parcela de pessoas com deficiência no em nosso país é bastante significativa.

Nesse sentido, as estatísticas demonstram um elevado número de pessoas com deficiência no Brasil e no mundo. As causas das deficiências são diversas, como doenças, acidentes, violência urbana, etc.; no entanto, o avanço da medicina tem garantido cada vez mais a sobrevivência de pessoas acidentadas – porém, em muitos casos, com sequelas inevitáveis.

O último censo demográfico, realizado pelo IBGE<sup>7</sup> em 2000, foi o primeiro a contemplar questões específicas para pessoas com deficiência, e pela primeira vez foi possível contar com um panorama estatístico sobre essa população. A pesquisa revelou que 14,5% da população brasileira possuem algum tipo de deficiência, que a maior proporção (16,8%) encontra-se na região nordeste e a menor no sudeste (13,1%). Esse percentual, em 2000, representava que mais de 24,5 milhões de brasileiros tinham algum tipo de deficiência.

---

<sup>7</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Abaixo (tabela1), listamos a distribuição dos tipos de deficiência identificados na população no censo de 2000:

<b>TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS NO BRASIL</b>	
População total	169.872.856
Pelo menos uma deficiência	24.600.256
Deficiência mental permanente	2.844.937
Tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente	937.463
Falta de membro ou parte dele	478.597
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir	5.735.099
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de enxergar	16.644.842
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas	7.939.784
<b>Fonte: IBGE - Censo demográfico de 2000</b>	

Esses números ajudam a demonstrar a abrangência do conceito de deficiência, pois abarcam desde quem teve algum membro amputado até pessoas com dificuldades para se locomover, ouvir ou enxergar.

Segundo o IBGE, o conceito utilizado no Censo 2000 é compatível com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) divulgada em 2001 pela Organização Mundial de Saúde; no entanto, é importante ressaltar que diversas organizações representativas de pessoas com deficiência discordam dos números apresentados pelo Censo 2000, em função da metodologia utilizada.

Além dos dados sobre a população com deficiência, verificamos ainda, com os dados da RAIS/2009<sup>8</sup>, a atual situação dos trabalhadores com algum tipo de deficiência (tabela 2):

<b>TABELA 2: TABELA RAIS</b>			
Ano	Trabalhadores Formais	Com deficiência	Porcentagem
2007	37.607.430	348.818	0,93% do total

<sup>8</sup> RAIS – Relação Anual de Informações sociais – apresentada anualmente ao Ministério do Trabalho e Emprego. A RAIS reflete a situação apenas dos trabalhadores formais, com carteira de trabalho registrada.

2008	39.441.566	323.210	0,82% do total
2009	41.207.546	288.593	0,70% do total

Fonte: RAIS - Relatório Anual de Informações Sociais – ano 2009.- Ministério do Trabalho e Emprego

In: <http://portal.mte.gov.br/rais/resultados-definitivos.htm>

A tabela acima mostra um crescimento anual do total de trabalhadores formais, no entanto, aponta também uma redução do total de trabalhadores com deficiência. Enfatizamos ainda o fato de que o Censo demográfico em 2000 apontava para um total de 14,5% da população com algum tipo de deficiência, e os dados da RAIS 2009 informam que apenas 0,7% da população estão contemplados com empregos formais atualmente.

Com relação ao tipo de deficiência apresentada pelos trabalhadores formais, verificamos que os com deficiência física representam 45,68% do total; com deficiência auditiva, 22,74%; com deficiência visual, 4,99%; com deficiência mental, 4,55%; com deficiência múltipla, 1,21%; e os reabilitados são 11,84%.

É importante lembrar que, embora as pessoas com deficiência no Brasil ainda enfrentem muitas barreiras para o acesso à educação, dados da RAIS 2008 demonstraram que 55,4% dos trabalhadores com deficiência tinham níveis de escolaridade entre ensino médio e doutorado, demonstrando um aumento significativo com relação a outros anos.

Esses dados demonstram alguns paradoxos na realidade do trabalhador com deficiência no Brasil. É preciso refletir e buscar respostas para a redução no número de contratações de pessoas com deficiência frente ao aumento da escolaridade delas. Também entendemos necessário buscar respostas para justificar os motivos pelos quais os deficientes visuais, que representam o

maior contingente de pessoas com deficiência segundo o Censo demográfico de 2000, são as pessoas que representam o menor índice de trabalhadores empregados, segundo os dados da RAIS 2009.

### **3.2 A Situação atual da pessoa com deficiência frente ao trabalho no Brasil**

Como verificamos anteriormente, em função da necessidade de minimizar os prejuízos históricos ocasionados às pessoas com deficiência e para viabilizar a participação delas no mercado de trabalho, foi instituída uma lei que torna obrigatória a contratação de pessoas com deficiência em empresas com mais de 100 funcionários. Sancionada em 1991, mas apenas regulamentada em 1999, a chamada Lei de Cotas (8.213/91, art. 93), diz que a cota varia de 2% até 5% do número de funcionários da instituição, (conforme segue):

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiências habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados: ...2%;

II - de 201 a 500: .....3%;

III - de 501 a 1.000: .....4%;

IV - de 1.001 em diante: ..5%.” (Lei 8213 de 24/07/91).

Embora a referida lei esteja às vésperas de completar 20 anos, os dados já citados mostram que ainda estamos muito longe do atendimento satisfatório a tais exigências, pois o preenchimento das vagas destinadas às pessoas com

deficiência no Brasil em 2009 era de apenas 21%<sup>9</sup>, ou seja, nem um quarto das vagas está preenchido no país até o momento, talvez pelo fato de que a fiscalização junto às empresas no sentido da exigência do cumprimento da lei foi iniciada há pouco tempo e ainda não é suficiente para garantir o cumprimento das cotas por parte da maioria delas., Clemente (2008) nos apresenta de forma clara esse panorama:

(...) a lei 8213/91, conhecida como lei de Cotas, produzida para abrir possibilidades de ingresso de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho, chegou aos 17 anos como um barco a deriva. Há desconhecimento de sua aplicação por órgãos fiscalizadores; resistência tanto no setor privado como na administração pública (por ignorância ou preconceito) em aceitar seu cumprimento; prestação de informações incorretas à sociedade, que colocam em dúvida a existência de pessoas com deficiência em quantidade suficiente para suprir as cotas legais e a sua qualificação para ocupar os cargos que existem nas empresas com cem ou mais funcionários.

Embora o cenário ainda não seja muito favorável, existem ações exemplares de fiscalização e de práticas empresariais nessa área, mas a maioria das empresas só busca a contratação de pessoas com deficiência quando são notificadas pelos órgãos competentes, para evitar o pagamento de multas. Há uma imensa falta de conhecimento por parte de muitas empresas e também por parte da população em geral acerca desse assunto, já que muitos gestores de empresas e profissionais responsáveis pela contratação de funcionários desconhecem as capacidades de pessoas que possuem algum

---

<sup>9</sup> Projeção do Espaço Cidadania a partir das seguinte fonte: RAIS 2009, Resultados acumulados das inserções de pessoas com deficiência obtidos por meio de ação fiscal entre janeiro de 2000 e junho de 2010, divulgados pelo TEM, e resultados divulgados pela SRTE São Paulo para o mesmo período.

tipo de deficiência e, com base no senso comum, em mitos e também em muitos preconceitos difundidos socialmente, mantêm atitudes resistentes à obrigatoriedade de contratação dessas pessoas.

Ao analisarmos o contexto que envolve a contratação de pessoas com deficiência no Brasil, podemos perceber inúmeros entraves ao cumprimento efetivo da lei, que se iniciam com as barreiras arquitetônicas nas empresas – as quais impedem o acesso das pessoas com deficiência ao local de trabalho, como, por exemplo, a ausência de rampas de acesso para cadeirantes, até problemas de acessibilidade nas ruas, calçadas, no transporte público, etc. No entanto, em nossa análise, as principais barreiras, não só ao cumprimento da lei mas à inclusão de fato dessas pessoas nos ambientes de trabalho, são as relações sociais, e isso significa, na prática, que a barreira relacional é que se constitui num grande entrave, pois impede que o profissional com deficiência seja percebido como um profissional capaz e digno de respeito.

É fato que as empresas atualmente estão demandando a contratação de profissionais para cumprimento da lei de cotas, no entanto, a forma como essas contratações são conduzidas atualmente muitas vezes não atende à garantia básica de integridade e dignidade.

Nessa perspectiva, percebemos claramente essa situação das contratações ao entrevistar profissionais de ONGs, consultorias e associações envolvidas com a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Os relatos obtidos denunciam a prática de empresas que buscam contratar funcionários com apenas um tipo de deficiência, em geral aquelas que os empregadores julgam “dar menos trabalho”, ou seja, aquelas que são entendidas como pessoas que não demandarão qualquer esforço por parte da

empresa para viabilizar a acessibilidade dentro dos ambientes de trabalho; outras empresas buscam um profissional cuja deficiência seja um “potencializador” de melhor desempenho para alguma atividade, como por exemplo, profissionais com deficiência auditiva para trabalhar em linhas de montagem – pois supostamente seriam mais concentrados, porque além de não ouvirem o barulho das máquinas, também não conversariam com o colega ao lado –; ou cadeirantes para executar trabalhos que obrigam o profissional a ficar sentado por muitas horas sem se levantar.

Também é possível identificar ações discriminatórias e preconceituosas em muitos anúncios veiculados em jornais e *sites* da internet que procuram “profissionais com deficiência” ou anunciam “vagas para pessoas com deficiência”, de forma genérica e sem qualquer preocupação em explicitar o tipo de atividade para a qual estão demandando aquele profissional.

Essas ações são muitas vezes justificadas a partir de mitos fortemente difundidos em nossa sociedade, como a crença de que pessoas com deficiência auditiva são ideais para trabalhar em lugares barulhentos, ou a de que pessoas com deficiência visual trabalhariam bem em ambientes escuros, ou ainda a crença de que pessoas com deficiência intelectual gostariam de trabalhos repetitivos. Tais mitos reduzem o potencial do profissional à sua limitação, quando na realidade as empresas necessitam buscar a competência do profissional, que, na maioria das situações, não é afetada pela limitação imposta pela deficiência.

Clemente (2008) relata alguns casos que ilustram bem essa situação:

O centro de Solidariedade ao Trabalhador de Osasco (que funcionou entre julho de 1999 e dezembro de 2007) costumava receber exigências

absurdas, quando as empresas encaminhavam vagas para pessoas com deficiência (o que geralmente acontecia depois que a empresa sofria uma fiscalização do Ministério do Trabalho): deficiência só nos pés, mas não pode ser cadeirante; deficiência leve porque tem que atender público; deficiência só num dedo da mão, enfim, deficiência que não seja percebida pelo cliente (...) outra empresa solicitava um candidato para trabalhar de ajudante geral na coleta de resíduos (papelão) nas dependências de um *shopping* na capital – para isso exigia que a deficiência deveria consistir na ausência do primeiro dedo da mão ou perda auditiva moderada.

Esse tipo de postura é bastante comum por parte das empresas contratantes e demonstra um grande desrespeito a esses profissionais, pois coloca a deficiência como base para a avaliação do potencial, ignorando completamente sua trajetória individual na busca de qualificação, experiência profissional, potencialidades e competências desenvolvidas ao longo de sua história. No entanto, o trabalho de organizações não governamentais, movimentos sociais ligados à causa da pessoa com deficiência, e grupos voluntários em parceria com algumas empresas vêm contribuindo para a formação e inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e ajudando a sociedade a superar alguns mitos e preconceitos.

## 4. O TRABALHO NO CAPITALISMO

Para que possamos dar continuidade à contextualização de nossa pesquisa, entendemos que, além do histórico apresentado sobre a pessoa com deficiência, necessitamos também esclarecer ao leitor sobre nosso ponto de partida para falar sobre o trabalho e o trabalhador na atualidade.

Nesse sentido, Gorz (2007) afirma que a ideia contemporânea de trabalho só surgiu efetivamente com o capitalismo manufatureiro, pois, até então, o trabalho designava a labuta dos servos e dos trabalhadores por jornada em que produziam bens de consumo ou executavam serviços necessários à sobrevivência. Naquele contexto, o trabalho não era relacionado à mercadoria, pois cabia aos artesãos a produção de mercadorias, objetos duradouros e acumuláveis, que eram vendidos, mas a atividade dos artesãos era chamada de “obra”, já que eles não trabalhavam, mas, sim, realizavam obras e podiam inclusive utilizar labuta de homens para cumprir as tarefas mais árduas de suas obras.

Somente os trabalhadores manuais eram pagos por seu trabalho, os artesãos recebiam pela “obra” realizada, e os valores eram fixados pelos sindicatos profissionais, as corporações ou as guildas<sup>10</sup>; assim, podemos afirmar que o artesão era dono da sua atividade e, conseqüentemente, de si mesmo. Em contraponto, o trabalho era considerado algo menor, indecente, indigno ou ainda estava relacionado a algum tipo de punição.

---

<sup>10</sup> As guildas, corporações artesanais ou corporações de ofício, eram associações de artesãos de um mesmo ramo, isto é, pessoas que desenvolviam a mesma atividade profissional e que procuravam garantir os interesses de classe. Ocorreram na Europa, durante e mesmo após a Idade Média. Cada cidade tinha sua própria corporação de ofício. Essas corporações tinham como finalidade proteger seus integrantes.

Quanto a esse momento histórico da organização do trabalho, afirma Gorz (2007): “a produção material não era, ainda, em seu conjunto regida pela racionalidade econômica”. Tal racionalidade só passou a prevalecer com o surgimento das indústrias e a conseqüente transformação da força de trabalho em mercadoria.

Sob o domínio da racionalidade econômica, as relações entre os indivíduos tornaram-se predominantemente monetárias. O trabalhador passa a representar apenas sua “força de trabalho”,; o trabalho afasta-se do sentido da obra do artesão – *poiêsis*<sup>11</sup> –, deixa de ser uma atividade produtiva com sentido e com significação social de dignidade e aproxima-se exclusivamente do sentido do *tripalium* e do *labor*<sup>12</sup>, que eram designações ao trabalho dos servos e dos indignos.

O reducionismo unidimensional da racionalidade econômica própria do capitalismo faz tábua rasa de todos os valores e fins irracionais do ponto de vista econômico e só mantém, entre os indivíduos, relações monetárias entre as classes, relações de forças, entre o homem e a natureza uma relação instrumental, fazendo nascer com isso uma classe de operários-proletários totalmente despossuídos, reduzidos a nada mais que força de trabalho indefinidamente intercambiável, sem nenhum interesse particular a defender. O trabalho do proletário perdeu qualquer atrativo. O trabalhador torna-se simples acessório da máquina; dele se exige a operação mais simples, a mais rapidamente aprendida, a mais monótona(...) (*Idem*, p. 28).

O trabalho no mundo capitalista industrial, em especial após o surgimento da Teoria da Organização Científica do Trabalho, proposta por

---

<sup>11</sup> *Poiêsis* é uma palavra grega que era utilizada para designar o amplo universo ligado à produção artística, seus meios técnicos e expressivos, os materiais mobilizados nas construções dos produtos, o labor manual e intelectual vigentes nessa realidade.

<sup>12</sup> *Tripalium* é uma palavra latina – do latim tardio “*tri*” (três) e “*palus*” (pau): literalmente, “três paus” – que designava um instrumento de tortura de escravo além de um instrumento com que os agricultores bateriam o trigo e as espigas de milho, para rasgá-los ou esfiapá-los; de *tripalium* derivou-se no latim vulgar o verbo *tripaliare* (ou *trepaliare*), que significava. Inicialmente, torturar alguém no *tripalium*. É comumente aceito, na comunidade linguística, que esses termos vieram a dar origem, no português, às palavras “trabalho” e “trabalhar”. E *labor*, também do latim, significa um esforço penoso, dor, sofrimento e fadiga.

Frederick Taylor, inicia um distanciamento entre o trabalhador e o sentido de sua atividade, pois a organização científica do trabalho retira do trabalhador qualquer atributo humano e há, a partir de suas propostas, um esforço para mecanizar o trabalhador à medida que ele é considerado parte da engrenagem da máquina que opera. Dentro desse tipo de concepção mecanicista, o mundo do trabalho e o mundo do afeto passam a se desenvolver em universos distintos, a fábrica e o lar. Essa cisão, nos dias atuais, ainda é responsável por prejuízos na relação pessoa-trabalho.

Atualmente vivemos outro momento no que diz respeito à relação pessoa-trabalho. A existência de empresas no mundo capitalista moderno depende de um funcionamento que só é viável se houver compatibilidade em outras esferas da sociedade, ou seja, para que uma empresa possa existir e manter-se viável, é preciso que toda a sociedade funcione de forma previsível e calculável, ou seja, que a vida dos indivíduos se adapte em função do trabalho na empresa.

Gorz (2007, *Ibid.*) chama essa adaptação de “conduta funcional” e a define como “uma conduta racionalmente adaptada a um fim, independentemente da intenção que tem o agente de perseguir essa finalidade que, na prática, ele nem mesmo conhece”, ou seja, o indivíduo é levado a realizar ações com as quais não se identifica e nas quais não encontra qualquer sentido, apenas participa do jogo, mas não sabe qual é o real objetivo final, ou mesmo, de que lado ele está nesse jogo.

Disso resulta, para cada indivíduo em seu trabalho, uma retração do domínio de suas possíveis responsabilidades e iniciativas, e também uma ininteligibilidade crescente da coerência e dos fins da organização da qual consente, mais ou menos, em ser uma engrenagem. (Gorz, 2007, p. 39).

Sennet (1998) também ilustra essa ininteligibilidade do trabalho no novo capitalismo ao relatar a forma de trabalho de funcionários de uma padaria *high-tech* nos EUA, na qual os profissionais que antes eram padeiros e, portanto, faziam pães, com a implementação de modernas soluções tecnológicas, passaram a apenas apertar botões em uma tela do *Windows*, que gerencia o maquinário responsável por preparar os pães.

Como consequência de trabalhar dessa forma, os padeiros não mais sabem de fato fazer pão. O pão automatizado não é nenhuma maravilha de perfeição tecnológica(...) Os trabalhadores podem mexer na tela para corrigir um pouco tais defeitos; o que não podem fazer é consertar as máquinas ou, o mais importante, fazer de fato o pão por controle manual quando elas, demasiadas vezes, pifam. Trabalhadores dependentes de programas, eles também não podem ter o conhecimento prático. O trabalho não é mais legível para eles no sentido de entender o que estão fazendo (Sennet, 1998, p. 80).

Esse autor nos ajuda a perceber o quanto o trabalho atual pode ser desprovido de sentidos para quem o executa e como esse trabalho de características altamente flexíveis pode ser absolutamente confuso do ponto de vista do trabalhador, pois é um trabalho “operacionalmente muito claro, emocionalmente, muito ilegível” (Sennet, 1998, p.79).

Entendemos que é dessa forma – realizando um trabalho sem sentido e distante da compreensão da coerência e da finalidade de suas atividades – que o trabalhador é levado a aderir à conduta funcional descrita por Gorz anteriormente.

Em decorrência dessa conduta funcional, ocorre uma desvinculação entre a vida do trabalhador e seu trabalho, que aqui podemos associar ao que Jürgen Habermas chamou de “sistema” em oposição ao “mundo da vida”, Para

este autor, a sociedade deve ser discutida sob a ótica de duas razões<sup>13</sup>: a instrumental e a comunicativa, sendo que, com esta última, propõe um novo paradigma, que parte de uma crítica à razão instrumental weberiana<sup>14</sup> e diverge para uma racionalidade pautada na comunicação, em busca do consenso intersubjetivo.

Habermas concebe o mundo da vida como a dimensão na qual impera a razão comunicativa, espaço das sensações, dos sentimentos, da comunicação, da cultura e do entendimento entre os sujeitos. Para Habermas, “O mundo da vida é o ambiente cotidiano onde as pessoas agem e se defrontam com suas ações e reações, relações sociais, interpessoais e subjetivas” (Araújo & Cinelli, 2005, p. 7); em contraponto a esse mundo, o mundo sistêmico é a esfera do trabalho e do mercado, orienta-se pelas ações estratégicas e instrumentais, a razão instrumental é imperativa no mundo sistêmico.

---

<sup>13</sup> A racionalidade é um atributo variável da ação humana. Diz respeito a algum objetivo, interesse ou valor perseguido pelo sujeito em condições de: levar em conta o exame das alternativas possíveis na situação; individualizar as variáveis externas que possam influenciar os resultados da ação, calculando a alternativa mais provável; avaliar com método as consequências das diversas alternativas; ponderar de modo comparativo a utilidade e o valor de qualquer consequência; otimizar a utilidade e o valor máximo, não importa se econômico, afetivo, político ou outro e fazer disso objeto de critérios de decisão; encarar a ação como algo efetivo e conscientemente empreendido (GALLINO, 1993, P. 531-532).

<sup>14</sup> Max Weber foi o primeiro a relacionar o surgimento da modernidade ao predomínio, em todas as esferas da sociedade, da *ação racional com relação a fins* - isto é, aquela que ocorre quando o indivíduo *orienta sua ação pelos fins, meios e consequências secundárias, ponderando racionalmente tanto os meios em relação às consequências secundárias, como os diferentes fins possíveis entre si (Economia e sociedade)*. Esta seria, portanto, a marca do *desencantamento do mundo* característico dos tempos modernos. Ainda segundo Weber, em sua obra “A ética protestante e o Espírito do Capitalismo”, embora esse padrão de ação resulte em maior poder e domínio sobre a Natureza, também escraviza o Homem, reprimindo a sensibilidade, a afetividade, a emotividade e as demais formas sensíveis de conduta humana, gerando *especialistas sem espírito e sensualistas sem coração, nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado*.

Segundo Siebeneichler (2003), “Habermas procura reagir contra o que chama de irracionalidade dominante na sociedade atual, interpretando-a num quadro macroscópico como manifestação do predomínio de uma racionalidade técnica, instrumental”; o autor percebe a irracionalidade atual como uma colonização do interior do mundo da vida, e a partir dessa análise reformula o antigo problema da reificação ou coisificação, em termos de patologia do mundo da vida induzidas pelo sistema.

Nesse sentido, Freitag & Rouanet (1980) afirmam que Habermas descreve dois processos de transformação de conotação negativa: a dissociação e a racionalização. A dissociação implicou o “desengate” entre “mundo da vida” e sistema, que, segundo o autor, é quase irreversível em nossos tempos. A racionalização contaminou a economia e o Estado e se expandiu a diversas instituições do mundo da vida, isso leva Habermas a falar em “colonização” do mundo da vida pelo sistema.

Habermas atribui o que ele chama de “patologias da modernidade” a essa colonização, e a primeira patologia descrita pelo autor faz com que os homens modernos submetam suas vidas às leis do mercado e à burocracia estatal, como se fossem forças estranhas contra as quais não há nada a fazer. Essa apatia generalizada reforça as tendências da dissociação, permitindo que a economia e o Estado sejam controlados por uma minoria, que determina as regras, sem consultar a maioria. A segunda patologia decorre da primeira, porque, à medida que o sistema se fortalece em detrimento do mundo da vida, ele passa a impor sua própria lógica e suas regras do jogo.

A colonização, portanto, refere-se à penetração da racionalidade instrumental e dos mecanismos de integração do dinheiro e do poder no interior

das instituições culturais, ocupando, como tropas invasoras, os espaços privilegiados da razão comunicativa e substituindo-a pela razão instrumental.

Nesse sentido, Araújo & Cinalli (2005) afirmam que, para Habermas, o período no qual as tradições culturais, administrativas e produtivas reinavam era mais equilibrado que o momento onde a razão instrumental e econômica predomina, e o distanciamento do homem com relação aos mitos e às tradições faz com que se percam aspectos importantes como a espontaneidade e a criatividade.

No entanto, não podemos deixar de observar que sistema e mundo da vida não são passíveis de separação, não há uma maneira de excluir um ou outro da composição da sociedade; nesse sentido, Gorz (2007, p 34) afirma que

Habermas insiste sobre o fato de que a sociedade deve ser entendida como algo que diz respeito, ao mesmo tempo, ao “sistema” e ao “mundo da vida”, isto é, integrada social e funcionalmente, sem jamais poder ser inteiramente nem uma, nem outra coisa.

Podemos entender ainda que os seres humanos sejam influenciados em seu dia a dia por interferências dessas duas esferas, no entanto, o que Habermas aponta como a “colonização” do mundo da vida trata-se de uma anulação de aspectos referentes a esse mundo em decorrência do domínio da lógica sistêmica.

O reflexo dessa colonização do mundo da vida pelo sistema no mundo do trabalho é muito claro, sendo o já citado desvinculamento entre a vida do trabalhador e seu trabalho o principal aspecto dessa influência; dessa forma, há uma cisão entre a “vida pessoal” e a “vida profissional”, esfacelando-se os valores individuais, que são muitas vezes diversos e contraditórios com relação

aos valores do mundo do trabalho. Sennet (1998) ilustra claramente essa cisão ao afirmar que no mundo do trabalho flexível não há como manter o caráter das pessoas, pois os valores individuais são corroídos pela voracidade do mercado de trabalho.

Nesse mesmo sentido, Gorz (2007, p. 44) afirma que, em nome do êxito profissional, o trabalhador pode entrar em contradição com valores pessoais pertencentes ao “mundo da vida” de Habermas.

O amável colecionador de objetos de arte e protetor dos pássaros trabalhará indiferente na fabricação de pesticidas ou de armas químicas e, de uma maneira geral, o grande ou o pequeno executivo, após fornecer uma jornada de trabalho a serviço dos valores econômicos de competitividade, de rendimento e de eficácia técnica, quer encontrar depois de seu trabalho um ninho aconchegante onde os valores econômicos são substituídos pelo amor dos filhos, dos animais, das paisagens do hobby, etc.

Araújo & Cinalli (2005, p. 12) apontam claramente as consequências do domínio de forças sistêmicas sobre os sentimentos dos trabalhadores:

(...) quando uma nova meta de produção faz aumentar o ritmo de trabalho compromete não apenas a qualidade do produto, pois o trabalhador é cobrado por isso, como compromete suas condições físicas e mentais decorrentes do aumento do ritmo na produção.

É possível verificar claramente que as exigências pelo aumento da produção nos mais diversos ambientes de trabalho são devastadoras para o mundo da vida dos trabalhadores, gerando-lhes cansaço, sobrecarga, alteração de humor, estresse e muitas vezes o adoecimento do corpo e da mente.

Podemos perceber que o trabalho da atualidade, embora tecnologicamente bem diferente do trabalho concebido por Taylor ou Ford,

mantém muitos aspectos em comum com o contexto da Revolução Industrial, a saber: o trabalhador vivencia um trabalho extremamente fragmentado, agora não apenas no contexto da linha de montagem, mas em todos os contextos possíveis ao trabalhador; os processos de trabalho não são dominados pelo trabalhador – ao contrário disso, o trabalhador é invariavelmente dominado por seu trabalho e vive cotidianamente a insignificância e a falta de sentido de seu agir.

Assim como os trabalhadores ingleses da época da Revolução Industrial tinham seus corpos mutilados pelas máquinas, o trabalhador de hoje sofre uma espécie de mutilação psicológica ao vivenciar o domínio de sua vida pelo trabalho.

Podemos acrescentar a esses fatos que, além do distanciamento do trabalho do sentido da *poiêsis* na estrutura econômica capitalista contemporânea, o trabalho ganha um significado muito claro: é o meio de viabilizar o potencial de consumo ao trabalhador, porque é por meio do êxito profissional que o indivíduo bem sucedido torna viável sua condição de consumidor, daí “ocorre a sujeição do trabalhador à objetividade racional da vida social moderna exposta e perseguidora de interesses materiais e materialistas.” (Araújo & Cinelli, 2005, p. 8).

A busca pelo êxito profissional e consequente poder de consumo é uma forte característica do trabalhador atual. A desconexão entre o trabalho e o mundo da vida faz esmaecer qualquer satisfação pessoal que poderia estar ligada à atividade de trabalhar e, portanto, a satisfação pessoal necessita cada vez mais ser encontrada em outras esferas da vida, que não na do trabalho.

Assim, o trabalho torna-se cada vez mais uma atividade instrumental, cuja finalidade, na maioria dos casos, é proporcionar ao trabalhador um salário ou qualquer outra forma de retorno financeiro; dessa forma, vida e trabalho andam por caminhos independentes, pois a produção está ligada exclusivamente ao cálculo contábil, que, como afirma Gorz (2007, p. 109), é a forma por excelência da racionalização reificadora:

(...) ele mede em si mesma a quantidade de trabalho por unidade de produto, ignorando o vivido: o prazer ou o desprazer que esse trabalho me proporciona, o tipo de esforço que ele demanda minha relação afetiva e estética com a coisa produzida. Cultivarei cebola, repolho, alface, mais do que flores, se quero garantir tal ou qual ganho.

Além de todos esses aspectos comportamentais relacionados à relação pessoa-trabalho, com as crises econômicas mundiais das décadas de 1970 e 80 e a conseqüente ascensão de políticas neoliberais<sup>15</sup>, ocorrem diversas mudanças na relação entre empregadores e empregados, que, por sua vez, provocam novas mudanças comportamentais, conforme veremos a seguir.

No contexto neoliberal, diante do quadro de desemprego em massa e dentro de um sistema altamente competitivo e flexível, as empresas passam a estimular em seus funcionários comportamentos como “iniciativa”, “capacidade

---

<sup>1515</sup> Segundo Heloani (2003), nos anos 1970, devido à crise geral e aos significativos problemas de ajustes econômicos à crise do petróleo de 1973, o Welfare State, visto como benéfico pela grande maioria dos países europeus, passa a ser contestado. Os governos de Ronald Reagan, nos EUA (1980); Margaret Thatcher, na Inglaterra (1979); Yasuhiro Nakasone, no Japão (1982) e Helmut Kohl, na Alemanha (1982) começam a advogar o Estado Mínimo, objetivando garantir a “lógica do mercado”. Com a vitória desses governos neoliberais, o discurso da ampla reforma do Estado surge como um dos fundamentos das políticas públicas na década de 1980. Nas organizações privadas e públicas, termos como empregabilidade, desregulamentação, privatização, mercado, *downsizing*, terceirização, flexibilização dos contratos de trabalho e administração pública gerencial tornam-se recorrentes em todos os níveis hierárquicos. Na década de 80 e início da década de 90, o mundo capitalista viu-se novamente às voltas com problemas da época do entreguerras: desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem-teto e luxo abundante, em meio a rendas cada vez mais limitadas e despesas ilimitadas do Estado.

cognitiva”, “raciocínio lógico” e “potencial de criação”, assim como a buscar no mercado pessoas que reúnam essas características. A empresa propicia certa autonomia sobre seus empregados – vistos como “colaboradores” –, mas mantém um controle indireto sobre a atuação deles.

Essas políticas de gestão chamadas “participativas” são caracterizadas por certo obscurecimento da disciplina e do controle exercidos pela empresa. Surgem com a proposta de ser um instrumento de democratização dos ambientes laborais e buscam construir uma identidade de interesses entre o capital e o trabalho, ou seja, ocorre um processo de autocoção, que é uma forma inconsciente de dominação.

No mundo neoliberal, o trabalhador é levado a uma identificação pessoal com a organização, a qual, por sua vez, exerce seu poder sobre o indivíduo ao colocar à sua disposição diversas “vantagens”, as quais todos terão acesso desde que cooperem com os objetivos da empresa e que trabalhem como se fossem donos da empresa, “vestindo a camisa” e dedicando-se espontaneamente aos objetivos da equipe em que trabalha.

Nessa perspectiva, a empresa apresenta ainda um pacote de “restrições”, que estão implícitas: no controle exercido sobre o sujeito; nas pressões exercidas no dia a dia; e na exigência velada de submissão às normas e valores estabelecidos pela organização. Segundo Heloani (2003), a “manipulação do inconsciente” praticada por algumas empresas leva à excessiva competição entre os funcionários, que, submetidos à pressão contínua em seu trabalho, tendem a depender cada vez mais da organização, num processo de fusão afetiva.

Ditando novos mecanismos de controle, a formulação dessa forma inconsciente de dominação inicia-se com a substituição de ordens por regras. O capital adota, assim, uma visão mais sofisticada dos mecanismos de poder, apresentando sistemas de valores que devem ser utilizados pelo indivíduo no interior da empresa de tal maneira que as estruturas mentais dos trabalhadores sejam “objetivamente ajustadas às estruturas sociais” (Heloani, 2003, p. 106-107).

O ajustamento das estruturas mentais dos trabalhadores à lógica de funcionamento das empresas leva o indivíduo gradativamente a perceber a empresa como a “protetora” a quem ele deve fidelidade e competência. Segundo Heloani (2003, p. 108):

A sobrecarga de exigências sobre o indivíduo produz um aumento da angústia, o que reforça a recorrência “maternal”: protegida por uma imagem maternal que ela mesma criou, a empresa dilui o conflito trabalho-capital e reafirma a necessidade de submissão dos trabalhadores à lógica abstrata construída e uma forma inconsciente de dominação do capital.

Com a predominância do pensamento neoliberal nas organizações, o trabalhador é gradativamente convencido de que tem um papel de “colaborador” dentro da empresa; passa a ser considerado um “parceiro” do patrão e alguém que comunga com os interesses da empresa. A forte disseminação desses conceitos e a inevitável internalização do papel de parceiros dos donos da empresa para a qual trabalham, levam os trabalhadores a uma grande crise no que diz respeito à sua identidade de classe. Essa crise tende a enfraquecer ações coletivas, como o sindicalismo e as greves, uma vez que, ao assumir o lugar de “parceiro” do patrão, o sentido do conflito deflagrado pelo movimento sindical passa a não fazer mais sentido para o trabalhador.

Ao considerarmos o contexto apresentado sobre a situação do trabalho no capitalismo, pensamos que a inserção de pessoas com deficiências como profissionais nas empresas é uma questão bastante complexa. A exacerbação da competitividade e o distanciamento cada vez maior entre mundo do trabalho e mundo da vida dificultam muito as relações de solidariedade.

Como já afirmamos anteriormente, o indivíduo na atualidade é tratado como o único responsável por seu sucesso ou fracasso profissional, já que o mercado de trabalho busca os mais preparados, mais competentes, mais fortes e mais perfeitos profissionais, como em um verdadeiro darwinismo profissional – e essa verdadeira seleção “natural” muitas vezes inclui também a perfeição corporal. Diante dessa busca pela perfeição absoluta, o profissional que possui algum tipo de deficiência torna-se um “profissional deficiente”, que, portanto, é frequentemente tratado como um profissional imperfeito e incapaz.

Todos os fatores citados anteriormente como determinantes para o domínio dos corpos e mentes dos trabalhadores por parte das organizações são aplicados também às pessoas com deficiência, com o agravante de que, além de ter suas estruturas mentais submetidas à lógica do funcionamento das empresas, tais indivíduos tendem também a acreditar na benevolência das empresas que “gentilmente” contrataram um profissional deficiente e que, portanto, são merecedoras de sua fidelidade e submissão absolutas.

Diante disso e da tendência à valorização social das ações “sustentáveis”, muitas empresas contratam profissionais com algum tipo de deficiência em busca de uma imagem de “empresa socialmente responsável” e não medem esforços para divulgar essa imagem no mercado, em busca de retorno financeiro. É importante ressaltar que, em muitas organizações, a área

responsável pelos chamados “programas de inclusão” está ligada diretamente ao departamento de *marketing*, fato que demonstra que o verdadeiro foco está na imagem da empresa e não necessariamente nas ações de inclusão.

## 5. DISCUSSÃO TEÓRICA

Pudemos verificar nos capítulos iniciais que, ao longo da História, as pessoas com algum tipo de deficiência foram identificadas de diversas maneiras e que, somente após organizarem-se politicamente, obtiveram diversas conquistas. Apresentamos ainda o papel do trabalho na vida das pessoas dentro do sistema capitalista atual, e, assim, ficou evidente o fato de que o incremento da racionalidade econômica, sob a perspectiva predominantemente instrumental, fez com que o trabalho fosse perdendo seu significado de humanização e voltando-se mais para o desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais consumista. O trabalho, ao assumir um papel fundamentalmente instrumental na vida do trabalhador, em consequência disso, vai sofrendo uma gradativa cisão com os valores do mundo da vida.

A partir de agora, iremos apresentar alguns referenciais teóricos que irão viabilizar a identificação dos impactos do reconhecimento e das situações de desrespeito do mercado de trabalho na constituição da identidade do trabalhador com deficiência. Para tanto, faremos uma revisão teórica de autores como George Mead, Erving Goffman, Axel Honneth, entre outros. Apresentaremos também o conceito de identidade segundo a perspectiva de Antonio da Costa Ciampa, que nos auxiliará a compreender os sentidos das metamorfoses provocadas por essa forma de reconhecimento.

## 5.1 Sociabilidade, Identidade e Reconhecimento

Buscamos a contribuição de George Herbert Mead em nossa pesquisa porque entendemos que sua teoria é fundamental para que possamos compreender o conceito de reconhecimento que está diretamente ligado ao processo de sociabilidade, que, por sua vez, é um tema de considerável destaque na obra desse autor.

Para Mead (1973), há um tipo de atividade, socialmente realizada, que é exclusivamente humana. Esse autor pensava que a sociedade exerce poder sobre os indivíduos, que são obrigados a satisfazer as expectativas sociais que lhes são impostas em razão de seu gênero, idade, ou outras variáveis, no entanto, em sua análise, o indivíduo não ocupa um papel passivo diante desse poder, pois pode reagir, pensando em outras possibilidades e torná-las reais.

Mead (1973) elaborou um modelo de formação psíquica da individualidade, fundamentado na relação entre sujeitos mediatizada pela linguagem; ele também deu muita atenção ao estudo dos gestos, ao considerar que, do ponto de vista da linguagem, a função primordial do gesto é a da comunicação.

O autor realiza uma análise psicológica da comunicação que considera as formas da linguagem. Segundo Sass (2004), o autor apresenta a análise da linguagem em termos de conversação de gestos que levam a um ato. Mead (1973) divide os gestos em não significantes e significantes. O que nos interessa, neste momento, é a definição do gesto significativo, pois é aquele que permite ao indivíduo “adaptar-se” no sentido de que sua reação se trate de

uma resposta ao estímulo do outro e o conjunto de suas reações possa ser antecipado, isto é, ele controla, dentro do processo social da interação, os seus futuros gestos.

O uso de gestos e a capacidade de pensar possibilitam ao ser humano basear-se no papel do outro para regular sua própria conduta, na medida em que o gesto representa a ideia que existe por trás dele e provoca essa mesma ideia, que, assim, pode ser compreendida por outro indivíduo.

Para Mead (1973), a linguagem é um comportamento social, especificamente humano, porque o homem é o único que subverteu, histórica e socialmente, a natureza ao dispor simbolicamente desses signos, na sua experiência individual e segundo sua vontade, ao contrário dos outros animais, que vivem submersos em um mundo de “signos” que dirigem automaticamente seus comportamentos,.

A palavra é o gesto vocal humano em que podemos encontrar o símbolo com uma significação idêntica a outras pessoas, ou seja, é um símbolo compartilhado, e isto é o que confere importância especial ao gesto vocal: é um estímulo social que afeta quem o recebe, quando é produzido por outro; ou seja, escutamos o que falamos e nossa fala tem o mesmo sentido para o outro.

Mead (1973) se dedicou a compreender o processo de sociabilidade, as tramas sociais e a inserção do sujeito na comunidade a que pertence, porque segundo Souza (2006), para Mead o indivíduo socializado, integrado à realidade social, possui um *self* cuja manifestação se dá na afirmação de si ou na identificação do sujeito com o contexto coletivo. O *self* assegura a

incorporação das atitudes sociais e possibilita a sociabilidade do indivíduo e a constituição da sociedade.

Para o indivíduo pertencer a um grupo social, ele deverá reproduzir os gestos, valores e símbolos compartilhados, no entanto, ao mesmo tempo, também se afirma como indivíduo autônomo. Quando o sujeito se afirma no grupo, apresentando, além das atitudes generalizadas, novas ações, isso provoca uma série de reações no outro, contribuindo para a transformação das redes sociais.

Na concepção de Mead (1973), o *self*, que é uma dimensão da personalidade composta pela consciência que um sujeito tem de si mesmo, é constituído por dois componentes indissociáveis: o Eu e o Mim.

O Mim consiste na interiorização das reações socialmente construídas, das regras sociais e do outro generalizado. O Mim é a presença do outro na consciência do indivíduo. O sujeito para se conhecer (eu me conheço) precisa perceber a existência do outro em si. Esse componente exprime convencionalidade, tradição e adaptação. Segundo Silva (2007), “o Mim se refere ao *self* como objeto, na medida em que formamos uma imagem de nós mesmos nos olhando pelos outros”, ou seja, ele se constitui numa série de atitudes organizadas dos outros que alguém adota.

O Eu é a reação inusitada do sujeito às ações da sociedade, transformando-a; representa as atitudes novas assumidas pelo indivíduo diante das reações sociais formalizadas. É o novo, que resiste às atitudes coletivas

sendo capaz de modificar a teia social. O “eu” é a fase do *self* que exterioriza, reagindo à atitude dos outros.

O “eu” é a reação do organismo às atitudes dos outros; o “mim”, é o conjunto organizado das atitudes dos outros que o indivíduo adota para si mesmo. As atitudes dos outros constituem o “mim” organizado e então o indivíduo reage a elas como um “eu”. (Sass, 2004).

É importante ressaltar que, para Mead (1973), os dois componentes do *self* são igualmente essenciais para a estrutura da personalidade. O *self* não está presente desde o nascimento do indivíduo, ele surge nas experiências e nas atividades sociais. Em um primeiro momento, as crianças não são capazes de criar ou usar seus próprios símbolos e passam por uma etapa imitativa em que reproduzem ações de pessoas que consideram importantes, o “outro significativo”, assim sendo, nessa fase, suas ações não têm propósito, já que as crianças, na primeira fase de desenvolvimento infantil, estão simplesmente imitando.

Nessa etapa, ocorre o que o autor acima chama de *Activities of play*, atividades lúdicas que podem ser observadas nas diversas brincadeiras e jogos infantis, as quais proporcionam à criança a primeira organização de seu outro (*double*). Este é o primeiro passo para o homem se fazer um animal social. O jogo infantil, para o autor, é uma atividade social que propicia à criança a primeira organização do seu *self* e da consciência de si mesma.

O *play* propicia a primeira apropriação que a criança faz do papel do outro. São os jogos em que a criança brinca de alguma coisa, sem que os fins e os meios da atividade a dirijam.

Nos jogos infantis, prepondera o fato de que a criança utiliza suas próprias reações para formar o seu *self*. E esse é o modo mais simples de ser outro para a própria criança.

Aos poucos, a criança aprende jogos mais complexos, que consistem em colocar-se no lugar de várias outras pessoas, ocorre então outra maneira de apropriação do outro que é fundada nas regras e a que Mead (1973) chama de *Activities of game*, isto é, atividades de jogos em que o domínio de regras pelo indivíduo é imprescindível para a realização da atividade física e mental. Identificado também nas crianças de idade mais avançada, o jogo, tal como é realizado no esporte, exige um nível mais complexo de organização do *self* do que aquele exigível nas brincadeiras infantis (*play*).

O jogo (game) tem uma lógica, o que torna possível a organização do *self*: há um objetivo definido a ser atingido; as ações dos distintos indivíduos estão todas relacionadas umas com as outras com referência ao objetivo, de maneira a não entrarem em conflito; um jogador não fica em conflito consigo mesmo acerca da atitude de outro jogador do mesmo time. Se um jogador tem atitude da pessoa que arremessa a bola, ele também tem a resposta de apanhar a bola. Ambas estão relacionadas de maneira a contribuir pra o objetivo próprio do jogo. Estão inter-relacionadas de forma unitária e orgânica. (Mead, 1976, p. 159, *apud* Sass, 2004).

Nesse momento, o sujeito é capaz de ver a si mesmo a partir da perspectiva de várias outras pessoas, passa a ter conhecimento de normas e valores que são válidos para si mesmo e para o restante das pessoas da sociedade e incorpora essas normas e valores a seu *self*. Tais normas e valores foram chamados por Mead (1973) de "outro generalizado, que é uma espécie de influência da sociabilidade na constituição do *self*, ou seja, na

individuação”. Nesse sentido, Honneth (2003) ao analisar a obra de Mead, afirma que:

Ao aprender a generalizar em si mesmo as expectativas de um número cada vez maior de parceiros de interação, a ponto de chegar à representação das normas sociais de ação, o sujeito adquire a capacidade abstrata de poder participar nas interações normativamente reguladas de seu meio; pois aquelas normas interiorizadas lhe dizem quais são as expectativas que pode dirigir legitimamente todos os outros, assim como quais são as obrigações que ele tem de cumprir justificadamente em relação a eles. (p.135).

A consequência dessa capacidade de participação e interação com as normas sociais permite que o indivíduo aprenda a se conceber como membro em uma sociedade organizada ou grupo que, segundo Mead (1973), proporciona ao indivíduo sua unidade de *self* e por isso podem ser chamados de “outro generalizado”, enquanto a atitude do outro generalizado é a atitude de toda a comunidade. É o outro generalizado que proporciona a unidade do *self*, ou a luta racional entre o eu e o mim. O outro generalizado pode ser representado por um indivíduo que encarne uma função da sociedade (pai, professor, etc.), um grupamento social (família, equipe de futebol, partido político, etc.), ou ainda objetos físicos (imagens, totens, etc.).

O outro generalizado se constitui num elemento de mediação entre o indivíduo e a sociedade, a forma concreta com que a sociedade opera sobre o sujeito.

Honneth (2003) afirma que essa inserção do indivíduo na sociedade organizada dentro do domínio de experiências de cada indivíduo envolvido ou incluído nesse todo é a base para o desenvolvimento pleno da identidade do indivíduo. O autor afirma ainda que, ao aprender a assumir as normas sociais

de ação do “outro generalizado”, o sujeito pode alcançar a identidade de um membro socialmente aceito em sua coletividade.

Além de Mead, Antonio da Costa Ciampa, autor de grande importância para a psicologia social brasileira, demonstra concordar com a proposição de que a influência da interação social é determinante na construção da identidade.

Em sua obra “A estória do Severino e a História da Severina”<sup>16</sup>, Antonio da Costa Ciampa inaugura a forma de pensar a identidade humana como metamorfose, contrariando as teorias vigentes até a década de 1980, que entendiam a identidade como algo estático. Nessa obra, o autor apresenta a ideia de que o sujeito é uma representação de um momento histórico, é parte do tempo, do lugar, da família de origem e da vida que vive.

Ciampa (2001) considera a importância das relações sociais na sua concepção de identidade e afirma que compreender a identidade é compreender a relação do indivíduo com a sociedade. A partir da elaboração das ideias de Ciampa acerca da identidade como metamorfose humana, a identidade passou a ser entendida como um conceito central para a psicologia social, que, conforme afirma Lima (2010), “poderia ajudar a explicar tanto como se dava a construção das desigualdades e dos problemas sociais quanto entender como se formavam as resistências individuais aos processos de massificação e as buscas emancipatórias” (p. 138).

---

<sup>16</sup> CIAMPA, Antonio da Costa. **A Estória do Severino e a História da Severina: Um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

Em sua obra “A estória do Severino e a história da Severina”, ao analisar dois relatos, um pertencente à ficção – Severino é personagem do poema “Morte e Vida Severina”, de João Cabral de Melo Neto – e outro, pertencente à vida real, Ciampa consegue demonstrar que na singularidade está também a totalidade, como afirma Lane (1987, p. 10): “Chega à identidade como metamorfose desvendando a ideologia da não transformação do ser humano como condição da não transformação da sociedade.”

Ciampa afirma que a forma de expressão da identidade como metamorfose acontece por meio de personagens que cada um “representa” socialmente; nesse sentido “podemos dizer que as personagens são momentos da identidade, degraus que se sucedem, círculos que se voltam sobre si em um movimento, ao mesmo tempo, de progressão e de regressão (2001, p. 198).

Dessa forma, cada indivíduo apresenta-se como representante de si mesmo e ator de diferentes personagens, que se articulam e se revezam perante os outros, e a articulação dessas personagens é a expressão do Eu, sendo impossível que o indivíduo se apresente em sua totalidade, pois a cada momento está representando um personagem diferente, pertencente aos muitos personagens que compõe sua identidade.

Nesse aspecto, Lima (2010) afirma que “a concepção de personagem desenvolvida por Ciampa mostra-se muito próxima da ideia mediana de articulação do “eu” com vários “mim(s)” (p. 144), onde a relação entre o “eu” e o “mim” seria semelhante ao relacionamento entre parceiros de um diálogo.

Nessa perspectiva, estamos sempre representando a nós mesmos diante do outro e, ao contar uma história, precisamos sempre de personagens, ou seja, somos todos eternos personagens de nossa história, o outro com o

qual me relaciono também é um personagem, e juntos construímos outra história, e, quando não há mais personagens para representar, o ator caminha para a morte:

Como é obvio, as personagens são vividas pelos atores que as encarnam e que se transformam à medida que vivem suas personagens. Enquanto atores estamos sempre em busca de nossas personagens; quando novas não são possíveis, repetimos as mesmas; quando se tornam impossíveis tanto novas como velhas personagens, o ator caminha para a morte, simbólica ou biológica. (Ciampa, 2001, p. 157).

O autor acima define ainda que identidade seja, ao mesmo tempo, diferença e igualdade com relação aos outros, é ainda algo que une a subjetividade e a objetividade, pois, “sem essa unidade, a subjetividade é desejo que não se concretiza, e a objetividade é finalidade sem realização” (Ciampa, 2001, p. 145).

Além disso, há ainda o aspecto mais importante na definição de identidade apresentada por Ciampa (2001): a metamorfose – para ele, não é possível se referir à identidade sem considerar a metamorfose, um processo que ocorre desde o nascimento do indivíduo até o momento de sua morte, ou seja, o ser humano não é, ele está sendo, como o vir-a-ser descrito por Heráclito, que é um processo, algo que está se constituindo o tempo todo, como uma obra sempre inacabada.

O autor afirma também que não é possível dissociar o estudo da identidade do indivíduo do estudo da sociedade, pois o indivíduo não pode deixar de ser social e histórico. Se por um lado, o ser humano não está limitado em um vir-a-ser determinado (como uma semente, que tem como

destino ser árvore), por outro lado, o também não está liberado das condições históricas em que vive; desse modo, seu vir-a-ser não é uma indeterminação absoluta.

Para Ciampa, a identidade é movimento de transformação, é metamorfose. Esse movimento de transformação tem um sentido para o indivíduo que se apresenta por meio de seus diversos personagens, pois ele se apresenta sempre a outro do qual espera o reconhecimento de sua(s) personagem(s); nesse sentido, Almeida (2005) afirma:

Em cada contexto, o indivíduo expressa sua pretensão de ser reconhecido como determinada pessoa (que supõe ou procura ser) e é reconhecido ou não (conforme o que os outros pressupõem que ele seja). Em cada contexto, ele é o que está sendo para si e para os outros, ou seja, sua subjetividade incorpora (de modo conformista ou conflitivo a intersubjetividade, pois está agindo sempre levado em consideração as expectativas dos outros e as pretensões de si mesmo. ( p.85).

Nesse mesmo sentido, Lima (2010) afirma que, na tese de Ciampa, em que é proposta a ideia de que identidade como metamorfose, delineiam-se duas afirmações relacionadas à questão do reconhecimento: a primeira afirmação do autor é que o desenvolvimento da identidade trata-se de uma sequência de formas de reconhecimento, e a segunda proposição afirma que, quando esse reconhecimento é ausente ou feito de forma desumana, os indivíduos vivenciam a experiência do aprisionamento à “mesmice”, ao fetiche de uma personagem que impede a concretização do sentido emancipatório da identidade.

Essa pretensão de ser alguém frente aos outros é sempre confrontada com as pressuposições acerca de quem os outros (sociedade) esperam que o

indivíduo seja, há sempre uma identidade pressuposta, ou seja, uma determinação externa ao indivíduo sobre a qual ele pode agir no sentido de reproduzir ou modificar tal pressuposição.

Um exemplo de identidade pode clarear essa noção de identidade pressuposta. Antes de nascer, o nascituro já é representado como filho de alguém e essa representação prévia o constitui efetivamente, objetivamente como filho, membro de uma determinada família, personagem (preparada para um ator esperado) que entra na história familiar às vezes até mesmo antes da concepção do ator. Posteriormente essa representação é interiorizada pelo indivíduo, de tal forma que seu processo interno de representação é incorporado na sua objetividade social, como filho daquela família. (Ciampa, 2001, p. 161).

O indivíduo necessita repor sua identidade cotidianamente para que possa apresentar-se como o que está sendo, ele repõe no presente o que tem sido até então, confirmando sua imagem diante dos outros, ou, como afirma Almeida (2005), “ele re-apresenta sua identidade: aquilo que representa hoje é igual a aquilo que representou ontem e que se espera que represente amanhã”.

É o que Ciampa (2001, p.165) chama de aparência de não-transformação, mas é apenas aparência, pois, como o mesmo autor afirma, qualquer objeto mesmo mineral ou vegetal, deixado à sua própria natureza, transforma-se.

Na verdade, evitar a transformação – manter-se inalterado – é impossível; o possível, e que requer muito trabalho, é manter alguma aparência de inalterabilidade, por algum tempo, como resultado de muito esforço para conservar uma condição prévia, para manter a *mesmice*.

Esse trabalho de reposição na tentativa de evitar a transformação cria a aparência de uma identidade atemporal, imutável, fixa, que é chamada por Ciampa (2001) de “mesmice” e, embora seja frequente no convívio social, pode ter como consequência, em muitas situações, a paralisia da ocorrência de novas identificações e, assim, impedir processo emancipatório.

Esse movimento, que é decorrente da reposição da identidade, pode ocorrer como uma busca de estabilidade da identidade ou por compulsão à repetição. A mesmice coloca o indivíduo em uma condição aparentemente atemporal de repetir sempre o mesmo personagem, processo que é chamado por Ciampa de *fetichismo da personagem*.

O *fetichismo da personagem* é percebido como um aprisionamento no mundo da mesmice, ou seja, mesmo que a atividade que engendra a personagem deixe de ser desempenhada, a representação da personagem persiste. Podemos exemplificar isso com a afirmação presente na obra de Ciampa (2001) “Severino é lavrador, mas já não lavra”: a atividade continua determinando o personagem, mesmo não havendo mais o exercício dessa atividade.

No entanto, a mesmice não é necessariamente prejudicial ao indivíduo, Almeida (2005, p. 92) esclarece que a reposição também pode expressar nossas necessidades, servindo de base para lidar com a alteridade e sendo uma forma de resistência no mundo.

(...) Nem sempre o processo de re-posição da identidade expressa alienação e heteronomia. Com efeito, ele pode ser fruto de uma atitude positiva frente à vida específico, que se considera suficientemente válido e digno de manter. (...)O que se preconiza, então, é que os indivíduos não se transformem em prisioneiros do que estão sendo ou têm sido, de seus papéis ou das situações que vivenciam (...) Os papéis representados não podem ser tratados como uma realidade absoluta da pessoa. Ao contrário, admitida a identidade como metamorfose, os seres humanos devem ser considerados do ponto de vista de sua potência, seres capazes de ultrapassar limites, considerados esses limites não como um término.

Outra possibilidade de movimento da identidade é o que Ciampa (2001) chama de “mesmidade”, que é o processo de busca de transformação do indivíduo. Essa definição deriva da ideia do “Eu” proposta por Mead (1973) e já mencionada anteriormente. Essa é a parte da personalidade que possibilita a criação de novas alternativas de ação.

Em interação com suas diferentes personagens, a pessoa procura reproduzir valores e símbolos sociais a partir de sua análise interna e criar novas atitudes, crenças e ideias que podem dar origem a novos personagens. Esse movimento provoca a necessidade da busca de novas maneiras de se relacionar com o mundo e, em alguns casos, é capaz de modificar a teia social.

Segundo Lima (2009), o conceito de Identidade-metamorfose apresentado por Antonio da Costa Ciampa foi ampliado após 1999 quando o autor propõe o sintagma identidade-metamorfose-emancipação:

Mais do que simplesmente incorporar a palavra “emancipação” aos já associados identidade-metamorfose, essa proposição indica que o autor assume que pesquisar identidade é buscar compreendê-la em toda sua abrangência e complexidade (cognitivo, afetivo, estético, moral, sexual, corpóreo, motor, etc.). É considerar como pressuposto que o indivíduo, à medida que vai adquirindo a capacidade de agir e de falar, vai também passando a se reconhecer e a ser reconhecido como alguém que pode afirmar “eu” de si mesmo. Nessa guinada, incorpora-se a perspectiva habermasiana de que a constituição do humano, a subjetividade do indivíduo, é vista sempre articulada com a objetividade da natureza, a normatividade da sociedade e a intersubjetividade da linguagem. ( p. 136).

É com base nesse sintagma que buscamos compreender aspectos da identidade dos sujeitos de nossa pesquisa, identificando não somente seus principais personagens envolvidos com o tema pesquisado, mas também o sentido de suas metamorfoses, bem como suas possibilidades de busca por emancipação.

É importante enfatizar que a necessidade de reconhecimento, como já citamos anteriormente, faz parte do desenvolvimento da identidade humana, e a ausência ou distorção desse reconhecimento tem como consequência o aprisionamento à “mesmice”, que impede a concretização do sentido emancipatório da identidade.

Segundo Lima (2010, p. 147), “O jogo do reconhecimento faz com que a identidade seja sempre pressuposta, abrindo o precedente para que ela seja repostas”. Essa posição e reposição da identidade mencionadas pelo autor podem ser tanto positivas quanto negativas, uma vez que é o resultado da articulação que o indivíduo faz com o que fizeram/fazem dele em todos os momentos de sua vida, podendo constituir movimentos de *mesmice* ou *mesmidade*, levando o indivíduo a movimentos que podem ser emancipatórios ou a um aprisionamento em *personagens-mito*:

Daí a expectativa generalizada de que alguém deve agir de acordo com suas predicções e, conseqüentemente, ser tratado como tal. De certa forma, reatualizamos através de rituais sociais, uma identidade pressuposta, que assim é vista como algo dado (e não como se dando continuamente através da reposição). Com isso retira-se o caráter de historicidade da mesma, aproximando-a mais da noção de um mito que prescreve as condutas corretas, reproduzindo o social. (Ciampa, 2001, p 163).

Na obra de Ciampa, podemos perceber a importância do reconhecimento do outro para o desenvolvimento da identidade quando Severina, que sempre foi considerada não-humana por todos e é tratada com respeito e credibilidade, primeiro por um patrão e depois pelos colegas de uma organização budista. Ao ser reconhecida em sua humanidade, Severina pode abandonar seus personagens fetichizados e reconhecer-se como humana; ao abandonar a mesmice, pode metamorfosear-se em outra pessoa sem deixar de ser ela mesma.

Pudemos perceber, até o momento, que a questão do reconhecimento encontra-se fortemente presente nas teorias de George Mead e Antônio da Costa Ciampa, no entanto, podemos visualizar que se trata de uma presença indireta; portanto, para que possamos nos aprofundar na questão do reconhecimento como teoria, faremos a partir de agora uma exposição das idéias de Axel Honneth, na atualidade um dos principais teóricos, do Reconhecimento.

## **5.2 A luta por reconhecimento: A gramática dos conflitos sociais**

Honneth, em sua obra “Luta por Reconhecimento”<sup>17</sup>, propõe um modelo teórico de análise da identidade fundada na concepção de reconhecimento de Hegel e na teoria da sociabilidade desenvolvida por Mead. Nessa obra o autor sistematiza uma teoria do reconhecimento buscando fundamentar solidamente, a partir dos escritos do jovem Hegel, a ideia de que é a luta por

---

<sup>17</sup> HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luis Repa, São Paulo: Editora 34, 2003.

reconhecimento que constitui a verdadeira gramática dos conflitos sociais. Honneth constrói a hipótese de que é a experiência de não-reconhecimento (ou desrespeito) que leva à resistência social.

Nesse sentido, Honneth (2003) define as lutas sociais como

(...) o processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento. (Ibid, p. 257).

Segundo essa perspectiva as lutas por reconhecimento ganham a dimensão de fundamento para os avanços normativos sociais.

Esse autor propõe, a partir das proposições de Hegel, uma tipologia progressiva de formas de reconhecimento: amor, direito e solidariedade. A esfera do amor permite ao indivíduo uma confiança em si mesmo; na esfera jurídica, a pessoa individual é reconhecida como autônoma e moralmente imputável, desenvolvendo uma relação de autorrespeito; na esfera da solidariedade, a pessoa é reconhecida como digna de estima social, potencializando os projetos de autorrealização.

A esses três padrões de reconhecimento intersubjetivo correspondem três maneiras de desrespeito: a violação, a privação de direitos e a degradação; e é em resistência a essas formas de não-reconhecimento que se desencadeiam os conflitos sociais, tendo-se muitas vezes como resultado sua gradativa superação ao longo da história.

A teoria de Honneth, assim como a de Ciampa conflui com as idéias de Mead acerca do reconhecimento e da sociabilidade, nessa perspectiva Honneth nos traz a seguinte afirmação:

Em nenhuma outra teoria, a idéia de que os sujeitos devem sua identidade à experiência de um reconhecimento intersubjetivo foi desenvolvida de maneira tão conseqüente sob os pressupostos conceituais naturalistas como na psicologia social de George Herbert Mead. (*Idem*, 2003, p. 125).

Esse autor enfatiza que, em sua análise Mead, deixa claro que a consciência de si mesmo só pode surgir em um sujeito à medida que ele aprende a perceber sua própria ação da perspectiva de uma segunda pessoa, ou seja, é a partir do reconhecimento do outro que surge a autoconsciência.

Como já afirmamos, Honneth desenvolve sua teoria do reconhecimento com base em três formas: amor, justiça (ou direito) e solidariedade (ou estima social). Exporemos a seguir mais detalhadamente cada uma delas.

Poderíamos sintetizar a esfera do reconhecimento afetivo (amor) dizendo que se trata de uma simbiose intersubjetiva quebrada pela individuação recíproca com a confiança mútua de que, mesmo não havendo mais a simbiose, há a confiança afetiva na continuidade da dedicação comum, com a segurança de que a pessoa amada preserva sua afeição, mesmo depois da autonomização mútua. Honneth (2003) afirma que “o reconhecimento nessa esfera designa o duplo processo de uma liberação e ligação emotiva simultâneas da outra pessoa”.

Para chegar a essa proposição, o autor foi buscar nos escritos de Donald W. Winnicott, pediatra e psicanalista, o que ele chamou de “condições suficientemente boas” da socialização de crianças pequenas.

Um dos pontos mais importantes da teoria winnicottiana diz respeito à relação entre o bebê e sua mãe, sobre a qual o autor afirma que, nos primeiros meses de vida, a criança não tem noção de que ela é algo independente do ambiente, há uma fase de intersubjetividade indiferenciada entre a mãe e o bebê, portanto, uma simbiose, sendo que ambos percebem-se como a mesma pessoa e o papel da mãe nessa fase é fundamental. Winnicott (1999) afirma que “o apoio do ego materno facilita a organização do ego do bebê. Com o tempo, o bebê torna-se capaz de afirmar sua própria individualidade, e até mesmo experimentar um sentimento de identidade pessoal”.

Em função desse estado simbiótico, o amadurecimento infantil somente pode ocorrer de forma satisfatória por meio de uma cooperação intersubjetiva de mãe e filho, que devem aprender como diferenciar-se em seres autônomos.

Com o passar do tempo, mãe e bebê vão deixando a fase simbiótica, e o bebê passa a perceber a mãe como parte do ambiente, não mais uma extensão de seu próprio corpo; então, a mãe volta a ampliar seu campo de atenção social, porque sua identificação primária e corporal com o bebê começa a fluidificar; nessa fase, a qual Winnicott chama de “dependência relativa”, ocorrem todos os passos decisivos para o desenvolvimento da capacidade infantil.

O autor afirma que, nessa fase, a criança já percebe que a mãe já não pode estar à sua disposição o tempo todo, o que resulta em um processo de desilusão. No entanto, a criança é capaz de suportar a ausência da mãe e vai gradativamente percebendo que o ambiente e a mãe escapam de seu controle onipotente, também a criança é capaz de reconhecer o objeto como um ser com direito próprio. Aqui, o bebê passa a desenvolver uma disposição para atos agressivos, dirigidos primariamente à mãe, como se estivesse se rebelando contra a perda da onipotência, então procura destruir o corpo dela aplicando-lhe golpes, mordidas e empurrões, quer dizer, o bebê busca “testar” se a mãe sobrevive a seus ataques destrutivos sem revidar, e esses atos destrutivos são meios que a criança utiliza para chegar a um reconhecimento da mãe como um ser “com direito próprio”.

Para Winnicott, o desligamento gradativo da mãe só é possível por meio da substituição do objeto “mãe” por outros objetos para os quais a criança transfere parte de sua afetividade, os “objetos transicionais”. Honneth assim sintetiza essa fase:

O fenômeno empírico que Winnicott tem em vista consiste na forte inclinação das crianças de poucos meses de idade para contrair uma relação afetiva investida com objetos de seu ambiente material; tais objetos, sejam partes de brinquedos, pontas de traveseiros ou próprio dedo polegar, são tratados como uma posse exclusiva, amados temporariamente com ternura, mas também destruídos com paixão(...) Winnicott crê poder concluir daí que os objetos transicionais seriam de certo modo elos de mediação ontológica entre a vivência primária do estar fundido e a experiência do estar separado (Honneth, 2003, p. 170).

Nesse aspecto, Honneth (2003) afirma ainda que o conceito de “objetos transicionais” pode ser compreendido como uma ampliação direta da

interpretação do amor nos termos da teoria do reconhecimento, conforme se encontra nos escritos de Winnicott, pois, segundo ele, a criança só está em condições de estabelecer um relacionamento com os objetos escolhidos quando pode demonstrar que, mesmo após a separação (simbólica) da mãe, é capaz de ter confiança na continuidade da dedicação desta a tal ponto que pode sentir uma proteção intersubjetiva e, portanto, torna-se capaz de estar a sós. A criatividade infantil e até mesmo a faculdade humana da imaginação em geral está ligada a uma capacidade de estar só, que, por sua vez, apenas é possível através da confiança na disposição da pessoa amada para a dedicação.

Winnicott atribui a capacidade da criança pequena de estar a sós, no sentido de que ela começa a descobrir de maneira descontraída “sua própria vida pessoal”, à experiência da “existência contínua de uma mãe confiável” só na medida em que “há um bom objeto na realidade psíquica do indivíduo” ele pode se entregar a seus impulsos internos, sem o medo de ser abandonado, buscando entendê-los de um modo criativo e aberto à experiência.” (Honneth, 2003, p, 173).

Podemos afirmar, portanto, que a criança pequena, quando segura do amor materno, alcança um estado de confiança em si mesma, que lhe possibilita estar a sós despreocupadamente.

Com base nessas proposições de Donald Winnicott, Honneth (2003) entende que toda ligação emotiva forte entre seres humanos abre mutuamente a capacidade de relacionar-se consigo próprio de maneira descontraída, e que é possível utilizar o modelo de relação bem-sucedida entre mãe e filho como padrão interativo cuja recorrência madura na vida adulta seria um indicador de êxito das ligações afetivas com outros seres humanos.

A partir dessa análise, o autor relaciona às idéias de Winnicott acerca do amadurecimento na primeira infância a estrutura comunicativa que faz do amor uma relação particular de reconhecimento recíproco:

(...) o reconhecimento designa aqui o duplo processo de uma liberação e ligação emotiva simultâneas da outra pessoa; não um respeito cognitivo, mas sim uma afirmação de autonomia, acompanhada ou mesmo apoiada pela dedicação, é ao que se visa quando se fala do reconhecimento como elemento constitutivo do amor (Honneth, 2003, p. 178).

Ao desenvolver a ideia da esfera afetiva do reconhecimento, Honneth apoia-se em Hegel, que, por sua vez, supõe que no amor reside o cerne estrutural de toda eticidade, pois só essa ligação simbioticamente alimentada é capaz de criar a medida de autoconfiança individual, que é a base indispensável para a participação autônoma na vida pública.

A segunda esfera do reconhecimento descrita por Honneth (2003) está diretamente ligada à dimensão jurídica, com que o autor discute as formas de reconhecimento jurídico a partir da diferenciação entre as sociedades tradicionais e as sociedades modernas.

Segundo Saavedra & Sobottka (2008), Honneth em sua obra pretende demonstrar que o tipo de reconhecimento característico das sociedades tradicionais é ancorado na concepção de *status*<sup>18</sup> e, portanto, nesse tipo de

---

<sup>18</sup> O estatuto social ou *status* social é o "posto", a honra ou o prestígio anexados à posição de alguém na sociedade. O *status* social é influenciado pela posição social. Nas sociedades pré-modernas, a diferenciação do *status* é extremamente variada. Em alguns casos ela pode ser bem rígida, em outros casos, o *status* tem uma importância relativamente pequena ou pode sequer existir. Nas sociedades modernas, a ocupação é geralmente considerada como a principal dimensão do *status*. *Status* é uma ideia-chave na estratificação social. Max Weber distingue *status* de classe social, mas alguns sociólogos empíricos contemporâneos fundiram as duas idéias num "*status* socioeconômico".

sociedade, um sujeito só consegue obter reconhecimento jurídico quando ele é reconhecido como membro ativo da comunidade em função da posição que ele ocupa nessa sociedade.

Já nas sociedades modernas, há uma mudança estrutural que inclusive afeta as relações de reconhecimento jurídico, onde o sistema passa a não mais permitir a atribuição de exceções e privilégios às pessoas em função do seu *status*, pelo contrário, o sistema jurídico passa a combater tais privilégios e exceções. O direito nas sociedades modernas deve, portanto, ser geral o suficiente para levar em consideração os interesses de todos os participantes da comunidade. Para fundamentar essa concepção acerca do reconhecimento jurídico, Honneth (2003, p. 181) apoia-se nos escritos de Hegel, dizendo que:

(...) a estrutura da qual Hegel pode derivar suas determinações da pessoa de direito só assume a forma de reconhecimento do direito quando ela se torna dependente historicamente das premissas dos princípios morais universalistas. Pois, com a passagem para a modernidade, as categorias pós-convencionais, que já antes foram desenvolvidas na filosofia e na teoria política, penetram no direito em vigor, submetendo-o à pressões de fundamentação associadas à idéia de um acordo racional acerca de normas controversas; o sistema jurídico precisa ser entendido de agora em diante como expressão dos direitos universalizáveis de todos os membros da sociedade, de sorte que ele não admita mais, segundo suas pretensão, exceções e privilégios.

Ao postular que as relações jurídicas modernas devem contemplar princípios morais universalistas e que, portanto, devem garantir a proteção aos direitos fundamentais, assim como garantir a liberdade dos indivíduos de forma igualitária. Honneth (2003) afirma também que a disposição para a obediência às normas jurídicas só pode ser esperada dos parceiros de interação quando

---

eles puderem assentir a elas e “obedecendo à mesma lei, os sujeitos de direito se reconhecem reciprocamente como pessoas capazes de decidir com autonomia individual sobre normas morais.” (*idem*, p. 182).

A forma de reconhecimento do direito contempla não só as capacidades abstratas de orientação moral, mas igualmente as capacidades concretas necessárias para uma existência digna, portanto, para o autor a esfera do reconhecimento jurídico cria as condições que permitem ao sujeito desenvolver *autorrespeito*.

(...) o autorrespeito é para a relação jurídica o que a autoconfiança era para a relação amorosa é o que já se sugere pela logicidade com que os direitos se deixam conceber como signos anonimizados de um respeito social, da mesma maneira que o amor pode ser concebido como a expressão afetiva de uma dedicação, ainda que mantida à distância: enquanto este cria em todo ser humano o fundamento psíquico para poder nos confiar próprios impulsos carenciais, aqueles fazem surgir nele a consciência de poder se respeitar a si próprio, porque ele merece o respeito de todos os outros. (*idem*, p. 194-195).

Enquanto na forma de reconhecimento do direito o que é posto em evidência são as características universais do ser humano, na terceira esfera do reconhecimento postulada por Honneth (2003), a da solidariedade (ou estima social), as propriedades evidenciadas são aquelas que tornam o indivíduo diferente dos demais, ou seja, após trabalhar a igualdade na esfera do reconhecimento jurídico, o autor aponta agora para o reconhecimento da singularidade.

Segundo Saavedra & Sobottka (2008), Honneth procura mostrar que, ao contrário do que aconteceu com o Direito na transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna, surge um tipo de individualização que não pode ser

negado. A terceira esfera do reconhecimento deveria, portanto, ser vista como um meio social a partir do qual as propriedades diferenciais dos seres humanos venham à tona de forma genérica, vinculativa e intersubjetiva.

Para Honneth (2003), as sociedades modernas sofreram uma dissolução da tradição hierárquica de valoração social e deram espaço para o reconhecimento do desempenho individual, sendo que a conquista desse espaço ocorreu após a dissolução das sociedades feudais, fato que marcou o início da modernidade. Como o próprio autor afirma:

(...) daí a luta que a burguesia começou a travar, no limiar da modernidade, contra as concepções feudais e aristocráticas de honra não ser somente a tentativa coletiva de estabelecer novos princípios axiológicos, mas também o início de um confronto em torno do *status* desses princípios em geral; pela primeira vez, dispõe-se agora de uma resposta à questão se a reputação social de uma pessoa deve se medir pelo valor previamente determinado de propriedades atribuídas a grupos inteiros, tipificando-os. Só agora o sujeito entra no disputado campo da estima social como uma grandeza biograficamente individuada". (*Idem*, p 204).

Honneth(2003) parte do princípio de que uma pessoa desenvolve a capacidade de sentir-se valorizada somente quando suas capacidades individuais não são mais avaliadas de forma coletivista. Para o autor, a transição para a modernidade é marcada pela abertura desse horizonte valorativo que permite variadas formas de autorrealização pessoal; no entanto,

(...) em função dessa mudança estrutural existe, porém, no centro da vida moderna uma permanente tensão, um permanente processo de luta, porque nesta nova forma de organização social há, de um lado, uma busca individual por diversas formas de auto-realização e, de outro, a busca de um sistema de avaliação social (Saavedra & Sobottka, 2008, p. 13).

Para Honneth, essa tensão social oscilante entre a ampliação de um pluralismo valorativo que permita reconhecer a concepção individual de boa vida sem perder de vista um pano de fundo moral a servir de ponto de referência para a avaliação social da moralidade faz da sociedade moderna uma espécie de arena na qual se desenvolve uma luta por reconhecimento e onde os diversos grupos sociais buscam influenciar a vida pública a fim de que sua concepção de boa vida encontre reconhecimento social e passe, então, a fazer parte do sistema de referência moral da comunidade em que estão inseridos.

Além disso, com o processo de individualização das formas de reconhecimento, surge a possibilidade de um tipo específico de autorrelação, o que Honneth chama de autoestima. O autor afirma que, na sociedade moderna, a solidariedade está vinculada às condições das relações sociais, e é por meio dessas relações que os atores sociais adquirem a possibilidade de vivenciarem o reconhecimento de suas capacidades numa sociedade não-coletivista.

Para que os atores sociais possam desenvolver um autorrelacionamento positivo e saudável, eles precisam ter a chance de desenvolver sua concepção de boa vida, independentemente das concepções coletivas. Nessa concepção particularizada, quando um ator social faz uma experiência de reconhecimento, ele adquire um entendimento positivo sobre si mesmo, e quando, ao contrário experimenta uma situação de desrespeito, conseqüentemente sua autorrelação positiva, adquirida intersubjetivamente, adoece.

Nesse sentido, Nancy Fraser, em seu artigo “Reconhecimento sem ética?”<sup>19</sup>, discorre sobre várias discordâncias acerca dessa análise de Axel Honneth, em especial da esfera do reconhecimento da estima social (solidariedade). Para essa autora, o caminho para a justiça social não seria a busca pelo reconhecimento de individualidades de grupos, mas a garantia de uma paridade participativa a todos os membros da sociedade. O grande problema, segundo essa autora, não seria o não-reconhecimento das individualidades e, sim, alguns padrões institucionalizados socialmente e que constituem algumas categorias como inferiores e, portanto lhes negam a paridade de participação e tornam a relação da sociedade para com esses indivíduos injusta, então, a busca não seria apenas por reconhecimento, mas principalmente por justiça. A autora propõe a compreensão do reconhecimento como uma questão de *status*, para que seja viável aproximá-lo da moralidade (que é universalizável) e distanciá-lo da ética (que é individualizada).

Entender o reconhecimento com uma questão de *status* significa examinar os padrões institucionalizados de valoração cultural em função de seus efeitos sobre a posição relativa dos atores sociais. Se e quando tais padrões constituem os atores como parceiros, capazes de participar como iguais, com os outros membros, na vida social, aí nós podemos falar em reconhecimento recíproco e igualdade de status. Quando, ao contrário, os padrões institucionalizados de valoração cultural constituem alguns atores como inferiores, excluídos, completamente “os outros” ou simplesmente invisíveis, ou seja, como menos do que parceiros integrais na interação social, então nós podemos falar de não reconhecimento e subordinação de *status*. (Fraser, 2007, p 108).

Consideremos que os conceitos expostos por Fraser (2007) de paridade participativa e de reconhecimento como uma questão de *status* sejam muito importantes em nosso trabalho; no entanto, entendemos que, embora a autora

---

<sup>19</sup> FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?**. São Paulo: Lua nova, 2007.

discorde de alguns pontos da teoria do reconhecimento do Axel Honneth, ambos em muitos aspectos serão complementares em nossas análises.

Fraser (2007) diz que, embora não contemple em seus estudos a questão dos impactos psicológicos das situações de não-reconhecimento (ou desrespeito social), ela afirma que isso não significa que tais impactos não existam, ela apenas se utiliza de argumentos que não necessitam considerá-los para justificar a necessidade da luta pela paridade participativa:

Como já apontei, o modelo de status evita a psicologização. O que isso significa, entretanto, requer algum esclarecimento. O modelo não supõe que o falso reconhecimento jamais tenha os efeitos psicológicos descritos por Taylor e Honneth, mas ele sustenta que a condenação do falso reconhecimento não depende da presença de tais efeitos.

Entendemos, portanto, que a busca de Fraser (2007) é por um modo um tanto mais pragmático para viabilizar a luta por reconhecimento no âmbito da justiça. A autora não nega, portanto, as consequências psicológicas do não-reconhecimento (ou falso reconhecimento) descritas por Honneth, das quais falaremos a partir de agora.

Para Honneth, cada uma das esferas de reconhecimento, quando não atendidas de alguma forma, possuem consequências, o que significa um equivalente negativo ao autorrelacionamento estabelecido subjetivamente pelo ator social.

À primeira esfera de reconhecimento, o amor, correspondem as formas de desrespeito descritas por Honneth, como *maus tratos* e *violação*, e o autor descreve essas formas de desrespeito com situações onde “são tiradas violentamente de um ser humano todas as possibilidades da livre disposição

sobre seu corpo, representam a espécie mais elementar de rebaixamento pessoal.” (Honneth, 2003 p. 215). Nessas situações, a pessoa experimenta não apenas a dor física, mas também o sentimento de estar indefesa e à disposição de outro sujeito. É essa a forma de desrespeito que produz os impactos mais profundos sobre a pessoa, abalando a autoconfiança que ela conquistou gradualmente por meio da experiência de poder coordenar seu corpo autonomamente.

No segundo tipo de desrespeito, cuja manifestação mais radical é a submissão de um indivíduo à escravidão, verificamos a *negação ou privação dos direitos* da pessoa. Tal negação leva às experiências de rebaixamento que afetam seu *autorrespeito* moral, já que ela como membro de igual valor de uma coletividade deveria participar em pé de igualdade de sua ordem institucional, e se lhe “são denegados certos direitos dessa espécie, então está implicitamente associada a isso a afirmação de que não lhe é concedida imputabilidade moral na mesma medida que aos outros membros da sociedade” (*idem*, p 216). Nessa esfera, o componente que é ameaçado é o da integridade social, e o sentimento vinculado a esse tipo de privação é o de injustiça, pois, ao comprometer o *autorrespeito*, há um comprometimento da habilidade de relacionamento consigo como um parceiro de interação com iguais direitos em relação aos demais.

Por fim, a forma de reconhecimento da solidariedade corresponde à forma de desrespeito da *degradação moral e da injúria* e ocorre quando há desrespeito e depreciação de modos de vida individuais ou coletivos; nessa situação, a “honra”, a “dignidade” ou o “status” de uma pessoa é desrespeitado,

já que, considerando “algumas formas de vida ou modos de crença como de menor valor ou deficientes, ela tira dos sujeitos atingidos toda a sua possibilidade de atribuir um valor social às suas próprias capacidades” (*idem*, p 217). Há, portanto, um abalo na *autoestima* do indivíduo ou grupo desrespeitado, que acaba prejudicando sua capacidade de ver a si mesmo como possuidor de traços, habilidades e características que sejam merecedores de estima.

Honneth (2003) entende que todo ator social é dependente do reconhecimento social, porque o indivíduo está sempre vinculado a uma complexa rede de relações intersubjetivas e que, portanto, é dependente estruturalmente do reconhecimento de outros indivíduos. A experiência do desrespeito deve fornecer motivação para a luta por reconhecimento, porque as tensões provocadas pelas formas de não-reconhecimento só podem ser superadas quando o indivíduo estiver em condições de voltar a ter uma participação ativa e sadia na sociedade.

O autor afirma que os seres humanos nunca reagem de forma neutra a esse tipo de enfermidade social e, portanto, o sentimento de injustiça acaba sendo o estopim da luta por reconhecimento. No entanto, não há luta individual – Honneth (2003) afirma que é necessária a articulação política para que o sentimento de injustiça do indivíduo passe a ter relevância política, pois “somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política” (*idem*, p. 224).

O autor afirma ainda que “nenhum dos três domínios das experiências de reconhecimento pode ser exposto sem tomar referência a um conflito internamente inscrito” (p 256), ou seja, qualquer das três formas de desrespeito social descritas por Honneth (2003) terá como consequência, em alguma medida, um sentimento de injustiça, que, compartilhado com outros indivíduos, levará a uma luta por reconhecimento.

Todos os confrontos sociais e todas as formas de conflito seriam constituídos em princípio segundo o mesmo modelo de uma luta por reconhecimento: nesse caso, todo ato coletivo de resistência e rebelião seria atribuído, segundo sua origem, a um quadro invariante de experiências morais, dentro do qual a realidade social é interpretada conforme uma gramática historicamente cambiante de reconhecimento e de desrespeito (p. 258).

### 5.3 Estigma, Políticas de identidade e Identidade Política

Em uma pesquisa que envolva pessoas com deficiência, não poderíamos deixar de abordar a clássica questão descrita por Erving Goffman, em 1963, em seu livro “Estigma”<sup>20</sup>. Abordamos separadamente essa questão, pois entendemos que o estigma<sup>21</sup> é algo que deve ser analisado transversalmente nas histórias de vida de nossos sujeitos, uma vez que se trata de um fenômeno frequentemente presente nas relações de uma pessoa com deficiência.

---

<sup>20</sup> GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

<sup>21</sup> Goffmann aborda em sua obra *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* a situação de indivíduos incapazes de se confinarem aos padrões normalizados da sociedade, ou seja, eles são indivíduos que possuem algum estigma, pois apresentam deformações físicas, psíquicas ou de caráter, ou qualquer outra característica que os torne aos olhos dos outros diferentes e até inferiores – tais pessoas lutam diária e constantemente para fortalecer e até construir uma identidade.

Goffman (1988) explica que pessoas com algum tipo de deficiência apresentam necessariamente a condição de *desacreditados*, uma vez que não é possível esconder sua deformidade física, que é uma característica evidente para as outras pessoas.

Segundo o autor, os desacreditados tendem a manipular as tensões oriundas do contato com os demais indivíduos na busca por manusear e controlar as tensões causadas pela evidência do estigma. A busca presente no comportamento do estigmatizado é frequentemente em direção ao atendimento das expectativas sociais, no entanto, a tendência é que seu estigma prevaleça e impeça a atenção das pessoas para qualquer outro atributo pessoal que o indivíduo estigmatizado possa ter. No caso das pessoas com deficiência, a limitação tende a totalizar o indivíduo, já que ele passa a ser “o deficiente” e suas outras características podem não ser percebidas.

(...) um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma (...) (Goffman, 1988, p. 14).

Na obra citada acima, o autor refere-se àqueles que não se afastam negativamente das expectativas sociais, portanto, não possuem estigmas como “normais”. Embora consideremos que a discussão sobre o conceito de “normal” deva ser ampliada, não o faremos nesse momento, por não se tratar de nosso foco; no entanto, para facilitar a compreensão do texto, faremos uso do mesmo termo utilizado pelo autor.

A principal questão, na situação vivenciada pelo indivíduo estigmatizado, é a da “aceitação”, pois os indivíduos “normais” com os quais ele se relaciona

não conseguem lhe dar o respeito e a consideração que ele havia previsto receber, embora ele possa ter a maioria dos atributos esperados socialmente para pertencer a uma determinada categoria social; a presença do estigma não permite que tais atributos sejam reconhecidos.

Nessa condição de não-aceitação ou de não-reconhecimento, a pessoa estigmatizada, segundo Goffman (1988), tende a buscar corrigir diretamente o que considera a base objetiva de seu defeito. Podemos citar, como exemplos dessa busca, uma pessoa com deformidade física que se submete a uma cirurgia plástica ou um analfabeto que busca alfabetização.

Essa busca pela adaptação, ao que seria considerado “normal”, está baseada em padrões e expectativas impostas socialmente, as quais definem a identidade social do indivíduo.<sup>22</sup> Em decorrência de sua expectativa em atender tais padrões e expectativas, o indivíduo estigmatizado passa a manipular sua identidade pessoal, visando sua adaptação à sociedade. Goffman (1988) afirma “que tanto a identidade social quanto a identidade pessoal são parte, antes de mais nada, dos interesses de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão.” (p. 116).

Ciampa (2002), ao tratar do tema políticas de identidade e identidades políticas, analisa as afirmações de Goffman sobre os discursos que podem ser apresentados para o estigmatizado e vê que neles o autor afirma que há um discurso com predominância da fraseologia psiquiátrica (*no exogrupo*) e outro, com predominância de fraseologia política (*no intragrupo*). Goffman (1988,

---

<sup>22</sup> Ressaltamos que, embora Goffman utilize os termos “Identidade Social” e “Identidade pessoal”, Para Ciampa toda identidade é social, nesse caso, entendemos que o que Goffman apresenta como identidade social é o que Ciampa considera identidade coletiva.

p.134)) apresenta a expressão “política de identidade” (p.134) e afirma que nela ocorre uma orientação ao estigmatizado com a qual é dito que “se ele adotar uma linha correta (linha essa que depende da pessoa que fala), ele terá boas relações consigo e será um homem completo, um adulto com dignidade e autorrespeito”. Nesse sentido, Ciampa (2002, p. 3) analisa essa afirmação de Goffman, dizendo que:

Tais observações mostram como essa questão de políticas de identidade desde o início envolve um conflito entre autonomia e heteronomia, em pelo menos dois pontos. Em um, entre a suposta autonomia do discurso do intragrupo (com fraseologia predominantemente política) e a heteronomia do discurso do exogrupo (com fraseologia que Goffman chama de psiquiátrica, mas que poderíamos também chamar de paternalista ou assistencialista, quando não colonizadora).

Em nosso entendimento, fica evidente que, ao impor uma “linha correta” de conduta definida de forma heterônoma – do ponto de vista de outra pessoa, que impõe ao estigmatizado certas condições para que ele possa ser “aceito” socialmente, ocorre uma aceitação perversa que impõe ao indivíduo estigmatizado ocupar lugares previamente definidos pelos “normais”. Esses lugares, muitas vezes, possuem limites muito claros, ou seja, não são lugares onde possa existir a expressão livre da identidade da pessoa estigmatizada, mas apenas a representação de papéis pré-estabelecidos.

Essas políticas de identidade que visam conformar o diferente a uma linha traçada pelos “normais” levam o indivíduo estigmatizado a uma percepção distorcida de si mesmo, ou, como afirma Goffman (1988, p.134): “na verdade ele terá aceito um eu para si mesmo; mas esse eu é (.. .) um habitante estranho, uma voz do grupo que fala por e através dele.”).

Como vimos anteriormente, Ciampa (2001) considera que a identidade pressuposta surge a partir de determinações heterônomas com as quais o indivíduo se identifica, ou seja, a identidade pressuposta surge das expectativas por parte dos outros (sociedade) acerca de como deve ser um determinado indivíduo, então, trata-se de uma determinação externa, no entanto, o autor afirma que o indivíduo sempre pode agir no sentido de reproduzir ou modificar tal pressuposição, pois ele não é apenas um cidadão, um membro da comunidade, ele reage também a essa comunidade e a transforma com suas reações.

No mesmo sentido, Mead também menciona a possibilidade de ação do indivíduo sobre o que lhe é determinado socialmente quando descreve os componentes do *self* – o “Eu” e o “Mim”: enquanto este consiste na reprodução das regras sociais, exprimindo adaptação, o “Eu é a reação do sujeito às ações da sociedade, à expressão de novas atitudes.

Ciampa (2001) lembra que, embora sempre exista a possibilidade de um agir autônomo diante das determinações sociais, há uma possível confusão entre a questão da autonomia e a questão da autenticidade: “como definir quando se trata de uma escolha original e autêntica do próprio indivíduo?” (p. 3); ou quando podemos saber que o discurso (ou ação) do indivíduo não é apenas uma reprodução de algo que pertence a uma determinada massa e, portanto, trata-se de um “ajuste do próprio ego à imagem e semelhança do ‘outro’”? (p. 3).

Esse autor lembra que, ao postular a malignidade das massas, corremos o risco de retirar a legitimidade de qualquer ação ou discurso autônomo do intragrupo, mas, ao mesmo tempo, proclamar a necessidade sempre de um

controle externo é só admitir como legítima a heteronomia decorrente da ação e do discurso do exogrupo.

Ciampa afirma que as políticas de identidade estão presentes em todos os setores da sociedade, embora a maioria dos estudos acerca de políticas de identidade faça menção a grupos com identidades discriminadas, marginalizadas ou oprimidas por setores dominantes. Não podemos ignorar a existência de políticas de identidade também em setores dominantes e/ou elitizados da sociedade, onde apenas os “personagens” (ou psiques de massa) são diferentes entre si, mas a articulação dessas “personagens coletivas” com a noção de identidade pessoal é a mesma em qualquer setor social:

Utilizando uma linguagem dramatúrgica, pode-se dizer que a política de identidade de um grupo ou coletividade refere-se de fato a uma “personagem” coletiva; fala-se tanto de um “branco” ou um “negro”, quanto se pode falar de um “judeu”, um “psicanalista”, um “velho”, um “jovem”, um “corintiano”, um “trabalhador”, um “vagabundo” etc.; como os exemplos estão no masculino, vamos incluir também um “homem”, uma “mulher”, lembrando que podemos fazer várias combinações: um “homem branco”, uma “mulher negra” e assim por diante. (Ciampa, 2001, p 4).

Esse autor ainda afirma ainda que o estudo das políticas de identidade torna possível discutir a especificidade de lutas pela emancipação em diferentes grupos sociais, mas não é suficiente, pois não há como definir previamente o caráter emancipador de qualquer ação coletiva antes da constituição da identidade coletiva.

A identidade coletiva, para Ciampa (2001), é quase sempre referida a uma personagem: “negro”, “trabalhador”, “mulher”, “sem-terra”, etc, a cada um correspondendo um ou mais movimentos, mas a questão que se apresenta

para que possamos determinar o caráter emancipatório do movimento seria a de

(...) como articular múltiplas personagens, algumas com participação ativa, outras não, em ações coletivas, constituindo uma identidade pessoal singular que pudesse também ser considerada uma identidade política? (p. 6).

Para Honneth (2003), o engajamento individual na luta política restitui ao indivíduo um pouco de seu autorrespeito, pensamos que esse engajamento, quando não se trata de um movimento motivado apenas de forma heterônoma, mas também como forma de superação das experiências individuais de desrespeito, pode levar a uma forma de identidade política, que, como afirma Honneth (2003), tem como efeito reforçativo a experiência de reconhecimento que a solidariedade do grupo político propicia, fazendo os membros alcançarem uma espécie de estima mútua.

## 6. ANÁLISE DA ENTREVISTA

Cego é aquele que não vê seu  
próximo morrer de frio, de fome,  
de miséria, e só tem olhos para  
seus míseros problemas e  
pequenas dores

Mário Quintana

Apresentaremos a partir de agora a história de vida de Vito, um trabalhador com deficiência visual, empregado atualmente em uma empresa em função da “lei de cotas,

Sua história é singular mas por sua riqueza, é capaz de representar aspectos universais das relações entre pessoas com deficiência e o mundo do trabalho contemporâneo; portanto, consideramos Vito um sujeito emblemático, que segundo Kolyniak (1996), são aqueles que conseguem exprimir a consciência coletiva de uma forma melhor e de uma maneira mais precisa do que a grande maioria do grupo.

Apresentaremos simultaneamente nesse capítulo, trechos de seu relato e nossa análise acerca desse conteúdo.

## 6.1 A História de Vito

### 6.1.1 *O menino que nasceu sem enxergar*

Vito fez uma apresentação de sua vida de forma linear, com poucas digressões, aparentava saber que estava contando uma história importante e que, portanto, deveria ser explicada em detalhes para que pudéssemos compreendê-la.

Vito contou que nasceu em uma família de “classe média baixa” da zona leste de São Paulo. Nasceu com deficiência visual, e sua primeira menção sobre o assunto nos deu pistas sobre como ele lidou com esse fato: procurou mantê-lo como um mero detalhe em sua vida:

Nasci em uma região pobre da cidade, em um bairro periférico, nasci sem enxergar, então minha família acabou se estruturando um pouco para me ajudar nessa questão.

Vito relata que foi criado em um ambiente basicamente adulto e no qual desde a infância foi muito estimulado a estudar, e, ao contrário de muitas histórias de pessoas que nascem com alguma deficiência, para a família de Vito, a deficiência foi o motivo pelo qual ele passou a frequentar a escola mais cedo que a maioria das crianças, pois, segundo ele, seus pais sempre acreditaram que, por ser cego, Vito deveria dedicar-se mais para aprender.

Devido às diversas dificuldades enfrentadas no que diz respeito ao acesso à educação especial, muitas famílias de pessoas com deficiência passam por dificuldades no que diz respeito à melhor forma de educá-las quando crianças e torná-las adultos autônomos. O relato de Vito demonstra que sua família teve um papel fundamental nesse aspecto, em especial a figura

da mãe, que é apresentada por ele como uma mulher batalhadora e grande incentivadora de sua autonomia. Vito foi muito estimulado a estudar e a participar de ambientes incomuns para uma pessoa cega. A seguir, alguns relatos de Vito sobre a participação da mãe e da família em momentos importantes de sua vida:

A diretora (da escola) pediu uma reunião com a minha mãe, basicamente ela disse que eu não poderia fazer o curso porque eu não iria conseguir acompanhar, aí minha mãe falou: ‘Vai conseguir acompanhar sim e se vocês se recusarem a gente vai colocar vocês *no pau*’.

A minha mãe sempre me leu muito, enquanto eu não sabia ler, ela sempre lutou muito para que eu tivesse acesso a toda informação que eu não conseguiria ter por mim mesmo.

A minha mãe lutava para que eu andasse sozinho e me punha para andar, ia atrás, andando (...).

(...) minha mãe, quando eu pensava em desistir, quando eu reclamava muito da escola, na época da adolescência, ela falava: “Vito, tudo bem você sair da escola, a gente *te* aposenta, você vai ganhar 100, 200 reais por mês e vai viver sua vida, é isso que você quer pra você? O outro jeito é enfrentar, entendeu?”

Toda vez que eu dizia que ia desistir, eles (família) falavam: “ah, vai desistir, a gente *te* encosta ali no cantinho, e tudo bem: você se aposenta, e tudo bem!; por outro lado, quando eu ia mesmo, eles iam comigo.

Minha família não queria me colocar em colégio interno (...) – por um lado, a escola tem muitos recursos, é adaptada, coisa que eu não tive; por outro lado, as crianças não convivem com quem enxerga (...), não saem preparados para o mundo de quem enxerga.

Com base na teoria proposta por Donald Winnicott, Honneth (2003) afirma que a existência de uma mãe<sup>23</sup> confiável permite ao indivíduo alcançar um estado de confiança em si mesmo, necessário para o desenvolvimento de sua autonomia. Nesse sentido, podemos perceber no relato de Vito que as

---

<sup>23</sup> Winnicott faz menção à mãe como figura materna, não há obrigatoriedade de que o papel de “mãe suficientemente boa” seja exercido necessariamente pela mãe, trata-se da representação da mãe, que pode ser outra pessoa, ou vários membros da família que exerçam essa função.

figuras da mãe e da família sempre foram muito importantes nos aspectos relacionados ao desenvolvimento de sua autonomia; há evidências, em todo o seu relato, da existência de uma (ou mais) mãe(s) “suficientemente boa(s)” em sua vida, e tais evidências permitem nossa inferência acerca da existência do reconhecimento afetivo, descrito por Honneth (2003) como a primeira das três esferas do reconhecimento necessária à autoconfiança.

### **6.1.2 O menino incompreendido**

Os trechos do relato de Vito transcritos abaixo nos confirmam em muitos pontos a existência dessa autonomia desde muito cedo para os padrões de uma criança cega, talvez por isso possamos perceber que seu principal personagem na infância, como ele próprio definiu, era um “menino incompreendido”:

Eu não era uma criança agitada, era uma criança quieta, sempre questionei muito as coisas.

No *pré* fui tratado como um anormal, as crianças não gostavam de mim. A *tia* pedia para alguém ficar comigo, pois eu não podia ficar sozinho, então eu era passado de mão em mão porque as crianças queriam pular, correr, fazer um monte de coisas que não era o meu “esquema”.(...) Era péssimo, eu tinha cinco anos e meio, era péssimo porque meus focos de interesse eram outros, eu queria aprender a ler, ouvir história, brincar com brinquedos de montar (...).

As crianças falavam que eu era idiota porque eu não corria, e o *legal* era correr (...). Os professores não usavam essas palavras, mas davam a entender que eu não conseguiria *me encaixar* (...).

Na terceira série, peguei uma turma que não tinha se acostumado comigo, e tive dois anos de muita solidão. Eram crianças educadas ao extremo, faziam rodízio pela ordem de chamada para me ditar a matéria, mas era assim: o professor acabava de passar a matéria, a criança colocava a cadeira do meu lado, ditava o que tinha que ditar e saía.

Vito afirma que foi uma criança cujos focos de interesse eram diferentes dos de outras crianças, é muito provável que tal diferenciação de interesses também esteja relacionada ao fato de que ele não enxergava, portanto, sua percepção do mundo e das próprias brincadeiras era necessariamente diferente.

Nesses relatos fica evidente o despreparo da sociedade para receber uma pessoa “diferente”, é possível identificar que as crianças com as quais ele conviveu não foram educadas para conviver com a diversidade de interesses e, portanto, o excluía de seu grupo, ora de forma explícita, ora de forma velada, como é o caso das “crianças educadas ao extremo”, que, embora cumprissem o protocolo, fossem obedientes e ditassem a matéria para Vito, não se aproximavam dele afetivamente.

O grupo de professores de Vito também se mostrou despreparado para lidar com uma criança cujos focos eram diferentes, pois esses profissionais deveriam, entre outras coisas, ter sido preparados para exercer o papel de mediadores entre Vito e as outras crianças, a fim de facilitar a convivência e demonstrar a importância e o valor de cada ser humano em sua especificidade, no entanto, omitiam-se diante do sofrimento do garoto, em especial por considerarem que ele não era capaz de integrar-se.

A análise desse contexto merece uma reflexão acerca das condições precárias da formação e da atuação dos professores nas escolas públicas brasileiras. Vito foi aluno de escolas públicas na periferia de São Paulo e, portanto, esteve exposto a questões que permeiam não apenas as crianças

com algum tipo de deficiência ou dificuldade, mas também a todas as crianças educadas nessas escolas.

A grande maioria dos professores das escolas públicas brasileiras são expostos a formas degradantes de trabalho, com baixos salários e salas de aula lotadas. É preciso refletir ainda sobre o fato de que a formação dos professores nem sempre contempla a preparação para o atendimento a alunos com necessidades especiais, portanto, em nosso entendimento, a situação vivenciada por Vito é também fruto da ausência de políticas públicas adequadas que contemplem a educação de modo geral.

Esse movimento de exclusão de Vito dos grupos e de descrédito sobre sua capacidade mostra que nosso entrevistado, desde a infância, sofreu o tipo de desrespeito que Honneth (2003) descreve como *degradação moral*, pois há demonstrações de que a forma de ser individual de Vito não era respeitada. Esse tipo de desrespeito social, segundo o autor, leva a um abalo na autoestima do indivíduo e pode prejudicar sua capacidade de ver a si mesmo como possuidor de traços, habilidades ou características que sejam merecedores de estima.

Essa forma de desrespeito se repetiu ao longo da vida de Vito, pois se trata de um modelo de sociabilidade que tornou permanente a condição de desacreditado em várias instâncias de sua vida.

Vito, em seu personagem “menino incompreendido”, sofreu precocemente um tipo de desrespeito social capaz de prejudicar seriamente o desenvolvimento de sua identidade, no entanto, também há em seu relato a

presença de momentos importantes de reconhecimento que possivelmente serviram como base para que fosse possível o surgimento de outros personagens em sua vida.

### **6.1.3 O aluno desacreditado x o aluno querido**

Ao falar sobre sua vida escolar, Vito nos apresenta dois personagens antagônicos, um deles é uma variação do já mencionado “menino incompreendido” que agora surge em seu relato como o “aluno desacreditado”:

Um dia, no final do *prezinho*, eu falei para a minha mãe que eu não queria ficar, um dia veio um moleque grande correndo e me derrubou no chão, e minha mãe viu que era muito complicado, tudo muito misturado, não era *legal*.

Fui para a escola para ser alfabetizado em Braille, mas a professora me deixava picando papel e saía, eu tinha seis anos, aí um dia eu falei: “eu não vou, não quero ficar sem fazer nada”.

Não tinha ninguém para preparar o material para mim (na escola), e a professora reclamava que eu não trazia material, eu não levava porque não estava pronto. Minha mãe teve que intervir.

Mais uma forma de desrespeito descrita por Honneth (2003) pode ser identificada nesses relatos: a privação de direitos, que leva às experiências de rebaixamento, as quais, por sua vez, afetam seu *autorrespeito* moral.

(...) o autorrespeito é para a relação jurídica o que a autoconfiança era para a relação amorosa; é o que já se sugere pela logicidade com que os direitos se deixam conceber como signos anonimizados de um respeito social, da mesma maneira que o amor pode ser concebido como a expressão afetiva de uma dedicação, ainda que mantida à distância: enquanto este cria em todo ser humano o fundamento psíquico para poder nos confiar próprios impulsos carenciais, aqueles fazem surgir nele a consciência de poder se respeitar a si próprio, porque ele merece o respeito de todos os outros. (ibid, p. 194-195).

Vito, como um estudante regular, deveria ter assegurado o direito a um ambiente acessível às suas necessidades e também a realizar atividades que viabilizassem seu desenvolvimento como estudante. A ausência de material acessível e de professores capacitados é uma demonstração dessa privação de direitos. Essa realidade só torna possível verificar novamente falhas relacionadas à ausência de políticas públicas eficientes para o atendimento de estudantes com necessidades especiais.

Apesar das dificuldades encontradas por Vito, é possível identificar outro personagem coexistindo com o “aluno desacreditado”: o “aluno querido”, que nos ajuda a compreender a forma pela qual Vito aparentemente foi conseguindo superar as dificuldades impostas pelas formas de desrespeito sofridas em sua infância e adolescência:

(...) fui para uma escola em Santo André, conheci uma professora que teve um papel fundamental na minha primeira formação, uma professora de educação especial, conversou um pouco comigo, com a minha família e foi me ensinar (...) – com ela fui aprender a ler Braille, a fazer contas sozinho.

(primeira e segunda série) minha integração na sala de aula foi boa, fui muito bem aceito pelas crianças, elas me perguntavam o que eu fazia, brigavam para ver quem ia me ditar a matéria.

Na escola de informática: eles falaram “a gente vai tentar”. *Me puseram* em uma primeira aula normal, mas a professora precisava ficar muito em cima de mim, aí eles falaram: “não vai dar, mas a gente vai tentar dar aula pro seu filho na hora do almoço”; aí eu fui fazendo (...).

O reconhecimento de sua família, que ocupou a função de “outro significativo” na vida de Vito, foi muito importante para que ele pudesse seguir em frente com segurança, mesmo diante de situações difíceis.

Embora a presença de “outros significativos” tenha auxiliado Vito em seu processo de socialização, existem muitos momentos em seu relato que

demonstram que os personagens socialmente pressupostos para um menino cego – *incapaz, coitado, dependente*, etc. – foram representados por Vito em muitos momentos de sua vida:

Eu fui muito discriminado, na sexta série, eu entrei em uma turma em São Bernardo, e a turma nunca tinha visto um cego na vida, eu era *zoadado* e o culpado de tudo na sala de aula, eles odiavam ditar a matéria para mim, eu então não consegui ter uma identidade, pessoas para conversar comigo, de novo as pessoas tinham interesses muito diferentes dos meus.

Os meus amores platônicos não se realizavam, enquanto a molecada estava tendo uma iniciação amorosa, dando os primeiros beijos, eu tava *largado*(...), tive um amor platônico por uma menina que nem olhava para minha *cara*, ao mesmo tempo ela ficava com meninos mais velhos que não estudavam, eu não entendia, eu era estudioso, e ela ficava com uma molecada decadente, que repetia de ano.

Minha namorada terminou comigo de uma maneira muito ruim (...), ela levantou e começou a me falar um monte de coisas, que ia comprar uma mamadeira para mim, que era um absurdo ela namorar um cego, que não tinha nada a ver.

Ciampa (2001) afirma que o indivíduo cuja identidade é pressuposta pela sociedade e, portanto, determinada de forma heterônoma não ocupa necessariamente um lugar passivo diante dessas pressuposições, podendo agir autonomamente no sentido de reproduzir ou modificar tal pressuposição. Nesse sentido, percebemos pelo relato de Vito que, em muitos momentos, houve uma reação no sentido de confrontar suas pretensões identitárias às determinações sociais. É nesse confronto que podemos perceber um outro personagem na história de Vito: o desbravador.

#### **6.1.4 O desbravador**

Os relatos abaixo demonstram que Vito, ao longo de sua história, foi capaz de superar as determinações sociais ao demonstrar uma capacidade

autônoma em buscar a inovação e desbravar lugares incomuns, não esperados socialmente para uma pessoa com deficiência visual, em especial oriunda de uma classe social desfavorecida.

Nessa época eu já tinha inglês fluente, eu estudava sozinho, basicamente lendo.

Ainda na quinta série foi *um cara* de uma escola de computação *na* minha sala para sortear uma bolsa(...), aí ele sorteou o meu número, e um *cara* que sentava do meu lado, meu amigo, falou assim na inocência: “põe outro que ele não enxerga, ele não consegue”, e eu que *não ‘tava nem aí*; quando ouvi aquilo, falei: “não, deixa que eu vou tentar ver”(...); na época a gente não conhecia ninguém que usava o computador, não sabíamos que era possível, a gente não conhecia ninguém que usava o computador (cego).

Eu fui fazendo, fazia informática na hora do almoço, o editor de texto eu fazia no escuro, não existia leitor de telas; se eu me perdesse, tinha que fazer tudo de novo.

Passei no exame para ingressar na ETE, para fazer curso técnico em informática (...). A diretora pediu uma reunião com a minha mãe, basicamente ela disse que eu não poderia fazer o curso, pois não ia conseguir acompanhar, aí minha mãe falou: “Vai conseguir acompanhar, e, se vocês recusarem, a gente vai colocar vocês *no pau*.” *Tinham* alguns cegos que tentaram fazer o curso e não acompanhavam. Comecei o curso, fiz amizade com a molecada, tive dificuldades no começo, mas os meus amigos me ajudavam muito, descreviam desenhos, os professores me ajudaram, a gente conseguiu instalar um leitor de telas, continuei meus estudos.

A gente ouve muito que a gente não pode, sabe? Tem muito isso: “Ah, seu filho não vai conseguir acompanhar a escola técnica; ah, ele não vai conseguir fazer isso, ah, ele não consegue fazer aquilo; ah, tem que fazer procuração porque você não vai conseguir assinar o papel”; principalmente quando você está em um local fazendo uma coisa que outro cego não teve uma *performance legal*, que não conseguiu fazer a coisa *legal* ou que não ‘tava a fim de fazer a coisa *legal*.

Com o incentivo da família e de alguns professores, Vito seguiu estudando, sozinho ou acompanhado, em busca de formação profissional. Encontrou na informática uma possibilidade de formação profissional, embora ainda pouco utilizada por deficientes visuais na época. Na informática, Vito encontrou mais uma vez um “outro significativo”, representado por um professor, que, ao reconhecer nele habilidades e competências para seguir em frente, tornou possível a Vito vislumbrar uma carreira na área:

Um professor que me deu aula, o Ermínio, falou: “Você vai trabalhar com isso um dia, você faz perguntas pertinentes de quem vai trabalhar com isso”.

Esse reconhecimento de sua competência demonstrado pelo professor foi de extrema importância para que Vito pudesse sentir-se merecedor de estima. Honneth (2003) afirma que o reconhecimento da *estima social (ou solidariedade)* permite ao indivíduo sentir-se valorizado pelas suas capacidades individuais.

Embora Vito tivesse consciência de suas capacidades, o reconhecimento do outro se faz necessário para viabilizar a certeza dessas capacidades. O professor exerceu nesse momento um papel muito importante na vida de Vito, que pôde então generalizar a atitude de reconhecimento do professor para outras esferas de sua vida, tornando viável sua autonomia na busca de possibilidades de existência diferentes daquelas impostas socialmente a pessoas com deficiência.

#### **6.1.5 O estudante que deseja ser profissional**

Vito ingressou em uma escola técnica com o objetivo de tornar-se profissional na área de informática. Ainda no início do curso, ele decidiu inscrever-se para um estágio, no entanto, optou por não informar à empresa sobre sua deficiência:

Fui lá, peguei a ficha, um cara ‘tava preenchendo para mim, e eu estava dando informações para ele, e então ele me falou: “*Tem um campo aqui para outras informações, quer que eu coloque que você é cego?*” Eu disse “não, deixa em branco!” Mandei a ficha, fui viajar; quando cheguei e fui ver meus *e-mails*, *tinha* um da TV Ocular, aí eu olhei e vi que era sobre o estágio, *tinha* prova para dali a dois dias, não tinha um telefone de contato no email, aí comecei a ligar para a Ocular, *deu um trampo* para conseguir falar com alguém, aí consegui e

expliquei que era cego e que precisaria da prova em Braille, o *cara* falou assim: “Por que você não colocou isso nas informações, *tem* um campo para informações relevantes aqui na ficha?” Eu falei: “Bom, eu sou cego, mas o fato de eu ser cego não é uma informação relevante minimamente para essa vaga”. Aí a moça ficou quieta, e falou “Ok”. *Me* ligou depois e avisou que não conseguiu a prova em Braille, mas eu iria fazer uma prova com ledor, ela pediu para que eu levasse uma testemunha.

Assim como no início de seu relato, mais uma vez Vito deixou claro que sua pretensão era tratar sua deficiência como um mero detalhe em sua vida: se não é uma informação relevante, por que oferecer a informação?

Percebemos aqui que a pretensão identitária de Vito é ser, antes de tudo, uma pessoa “normal”. Vito aparentemente busca desvencilhar-se do personagem “rapaz cego” que a sociedade insiste em enfatizar, e ao mesmo tempo pretende ser “o profissional competente”.

Lima (2010) afirma que, quando um indivíduo é exposto a uma forma de reconhecimento desumanizadora, há uma possível vivência de aprisionamento à mesmice, ao fetiche de uma personagem que pode impedir a concretização do sentido emancipatório da identidade.

Vito demonstra que, ao tentar se desvencilhar do personagem “rapaz cego”, que tende a tornar-se um personagem fetiche, para buscar um reconhecimento que vá além de sua deficiência, está caminhando no sentido da busca pela emancipação.

O entrevistado segue relatando os resultados de sua busca pelo estágio:

Fiz a prova, passei, fiz a prova de Inglês, passei. Eram 190 pessoas, ficaram 16. Fiz a dinâmica em grupo e passei, ficaram 8, aí ela falou assim: “Vito, você está numa fase adiantada na seleção, o seu supervisor disse que *te* aceita, mas ele nunca trabalhou com cegos e

ele quer saber se você faz o que diz que faz. Então você vai passar por uma prova, que ninguém mais vai passar: você vai ter que fazer um programinha para ele; se você for aprovado, você segue na seleção". Eu falei: "faço, o máximo que pode acontecer é eu não passar." Ele me ligou e perguntou: "O que você sabe programar?" Eu respondi. Fui fazer a prova e me deram um computador com outro programa, diferente daquele que eu dominava, eu dominava muito pouco daquele programa, sabia um pouquinho. Aí eu falei: "Eu domino o outro programa, não vou conseguir fazer, mas, como estagiário posso, aprender. Sei fazer programa; se vocês colocarem alguém do meu lado para me ajudar com a linguagem, que eu não domino, eu faço". Ele falou: "Então, tá, vou ficar do seu lado, se você precisar perguntar". Fiz o programa, rodou. Aí me chamaram para uma entrevista de grupo, passei, ficaram quatro candidatos. Chamaram para a entrevista individual, passei, graças a Deus fiquei com a vaga!

Vito foi exposto a mais provas do que o restante dos candidatos que não possuíam deficiência. Ele foi convidado a provar que é capaz e que sua deficiência não o impediria de trabalhar da mesma forma que outras pessoas. É importante ressaltar que, aparentemente, para o entrevistado, esse fato não é vivenciado como um problema, pois para ele parece ser natural provar com mais frequência suas habilidades do que o exigido para pessoas que não possuem deficiências. Não podemos esquecer que, desde a infância, ele e sua família acreditavam que ele deveria dedicar-se mais do que as outras crianças para aprender, é possível que essa crença familiar ainda esteja presente em sua vida profissional.

Situações como essa – em que Vito é obrigado a provar que tem capacidade, de forma mais intensa que as pessoas que não possuem deficiência – confirmam o fato de que há um grande estigma prevalecendo sobre todos os outros atributos pessoais que ele possui, ou seja, Vito é desacreditado e, portanto, precisa provar constantemente que é capaz de trabalhar para que possa ser visto como profissional.

Vito conseguiu o estágio, passou a encarar o trabalho como uma extensão da escola, buscou formação e experiência profissional.

Fui trabalhar na Ocular. Sou programador “C” e a primeira coisa que fui trabalhar foi com PHP, não sabia nem o que era isso, aprendi muito, muito. Quando você trabalha, você aprende *muuito* (...); uma boa escola *te* ensina o que você precisa saber para aprender as outras coisas sozinho: foi isso que a ETE me ensinou.

Com a finalização do curso técnico, o estágio também foi encerrado, no entanto, logo depois Vito foi convidado pela mesma empresa a assumir uma vaga efetiva, tornando-se um trabalhador da área de tecnologia.

#### **6.1.6 A identidade de trabalhador construindo-se com a tecnologia**

Em nossa análise, a tecnologia – e principalmente a internet – foram ferramentas fundamentais para o desenvolvimento da autonomia de Vito em vários aspectos.

O acesso à rede mundial de computadores tornou possível a Vito e a muitas outras pessoas com deficiência visual o acesso a informações que até então não estavam disponíveis para eles. Além disso, as redes de relacionamento virtual aproximaram Vito de sua atual esposa, a quem conheceu e com quem se relacionou inicialmente por meio da internet.

O acesso à tecnologia também foi responsável pelo surgimento do personagem “trabalhador” na vida de Vito que foi fundamental para que outros personagens pudessem surgir. As famílias que condicionavam a aceitação do namoro ao fato de ele ter um emprego e ganhar dinheiro passaram a reconhecê-lo como alguém que poderia se responsabilizar por um

relacionamento mais sério, o “trabalhador” abriu as portas para o “chefe de família”.

Aqui podemos pensar que as condições materiais proporcionadas pelo trabalho tornaram o “mundo da vida” de Vito mais viável, podemos avançar em nossa análise e relacionar o acesso à tecnologia como algo que não faz parte apenas da vida profissional de Vito, mas também, em seu caso, abriu portas para experiências da boa vida: informações, bons relacionamentos, amizades, namorada, esposa.

Além das condições materiais, podemos perceber que o acesso de Vito à seu “mundo da vida” foi viabilizado também pelo acesso à tecnologia, aparentemente os recursos tecnológicos são para ele ferramentas que lhe permitem interagir com o mundo de forma autônoma, como podemos perceber nos trechos abaixo:

(...) Surgiu o primeiro leitor de telas que rodava em Windows no Brasil, chamava-se DOS VOX (...) passei a ter acesso à informação, já que não era tão difícil, era só pegar algo em formato “ponto doc” e mandar o leitor ler, comecei também a ter acesso à internet, comecei a ampliar meus horizontes fora do que eu conseguiria fazer se não tivesse esse tipo de ajuda.

(...) depois começaram a usar um leitor chamado JAWS, esse sim era excelente, e aí eu realmente passei a ter acesso à informação.

Hoje, por exemplo, eu tenho um notebook minúsculo; se eu *pôr* [sic] na bolsa, ninguém sabe que tem um notebook lá, eu consigo mandar o notebook ler pra mim, pôr o livro na bolsa e andar de ônibus, mas isso não existia.

É possível perceber que Vito, ao interagir com a tecnologia, conquista formas autônomas de participar do mundo, viabilizando sua capacidade de agir e falar por si mesmo, tornando possível seu caminho em direção à emancipação.

### **6.1.7 Um trabalhador empregado, mas sem trabalho**

Embora seu início no trabalho tenha sido satisfatório, Vito relata que logo começou a perceber um tratamento diferenciado por parte das pessoas com quem dividia seu ambiente de trabalho; assim como acontecia na escola, ele sentia que havia divergências de interesses entre ele e os demais companheiros de trabalho:

(...) as relações que no começo não eram ruins, eram pessoas que (de novo) tinham um padrão muito diferente do meu, um padrão de pensamento muito diferente do meu, então eu fiquei muito tempo quieto, *na minha*, e elas não interferiam – não ajudavam, mas não interferiam.

Além da solidão vivenciada em meio aos colegas de trabalho, Vito também deparou-se com o fato de que, depois de encerrado o primeiro projeto para o qual ele foi contratado inicialmente, não havia mais trabalho para ele:

(...)eu fiquei um tempo sem fazer nada, não tinha trabalho para mim. Na Ocular tinha épocas que tinha trabalho, outras que eu não tinha trabalho, basicamente demorei uns seis meses para concluir esse projeto, depois mais uns seis meses sem fazer muita coisa.”

Vito, que já havia experienciado situação semelhante quando criança – os professores o deixavam sem fazer nada, picando papel à toa, enquanto as outras crianças estavam ocupadas –, novamente se vê em uma situação que simula falsamente sua interação com a sociedade. Vito é trabalhador, mas não há trabalho para ele. Além do esvaziamento de suas funções, Vito também passou a enfrentar muitos problemas de relacionamento:

Na Ocular as coisas estavam começando a se deteriorar, *tinha* vários problemas de relacionamento, às vezes eu chegava e meu computador não estava lá. As pessoas não queriam... diziam que não tinham tempo de ver onde estava o meu computador, uma vez *um cara* pegou uma

placa de som, uma peça [de] que eu preciso porque meu computador fala, ele levou para a máquina dele para ouvir música...

A situação descrita por Vito mostra muitas afinidades com casos clássicos de assédio moral no trabalho por meio da deterioração proposital das condições de trabalho, algo que Freitas et al. (2008 p 33) descrevem da seguinte forma:

Retirar da vítima sua autonomia; não lhe transmitir as informações úteis para a realização de tarefas, contestar sistematicamente as suas decisões; criticar seu trabalho de forma injusta e exagerada; privá-la do acesso aos instrumentos de trabalho: telefone, fax, computador; retirar-lhe o trabalho que normalmente lhe compete (...); atribuir a vítima trabalhos incompatíveis com sua saúde, causar danos em seu local de trabalho, dar-lhe deliberadamente instruções impossíveis de executar; não levar em conta recomendações de ordem médica indicadas pelo médico do trabalho; induzir a vítima ao erro.

Assim como a forma de desrespeito definida por Honneth (2003) como degradação moral, o assédio moral também afeta diretamente a dignidade do indivíduo, nesse sentido, é possível verificar nos relatos de Vito que a situação vivenciada provocou abalos em sua autoestima.

(...) primeiro eu me sentia pressionado, discriminado, mas ao mesmo tempo eu não 'tava contente, era como se eu estivesse em déficit com a empresa porque eu não tinha trabalho, então o que eles me deixavam entender claramente é que eu estava lá ganhando dinheiro à custa da empresa sem fazer nada, e, apesar de que não é culpa minha, eu realmente tinha essa sensação incômoda; então isso era uma coisa que me incomodava, me deixava sem moral também para pressionar a chefia a que tomasse alguma atitude, afinal de contas, eu era a única pessoa para quem eles não arranjavam coisas para fazer lá.

Vito relata que se sentia em “débito” com a empresa, o fato de não ter trabalho para ele o levava a acreditar que não era merecedor de seu salário,

embora tivesse clareza de que não era culpado por isso, sentia-se “sem moral” para pressionar a chefia, em sua percepção, Vito não era merecedor dos mesmos direitos que os outros funcionários. Nesse relato podemos perceber os efeitos do assédio moral no indivíduo, conforme descrevem Freitas et al (2008):

(...) trata-se de uma conduta abusiva e intencional, frequente e repetida, (...) que visa diminuir, humilhar, vexar, constranger, desqualificar e demolir psiquicamente um indivíduo ou um grupo, degradando as suas condições de trabalho, atingindo a sua dignidade e colocando em risco sua integridade pessoal e profissional. (p 52)

Em nossa análise, o assédio moral vivenciado por Vito pode ser compreendido como a expressão de mais uma forma de *desrespeito social* que expôs Vito a uma vivência de rebaixamento moral e, portanto, aparentemente estava afetando seu autorrespeito. Vito assumiu outro personagem, o “trabalhador sem trabalho”, que o acompanharia durante quase toda a sua permanência como funcionário na empresa em que era empregado.

Chegamos *no* [sic] ano de 2007, basicamente não *teve* [sic] muitas novidades, exceto que a *deteriorização* [sic] na Ocular acabou atingindo padrões insuportáveis, minhas relações lá estavam muito ruins, eu 'tava ficando muito estressado, não conseguia mais relaxar, 'tava bem complicada essa parte. Era um *lance* muito complicado esse da Ocular, eu 'tava sem atividades para fazer, não tinha nada, paralelamente a isso esse negócio da lei de cotas começou a *rolar* forte, aí sim, eu estava como lei de cotas, era cota.

Na Ocular era assim: *tinha um lance* que era o seguinte: por um lado, eu estava sem projeto para fazer; por outro lado, a maioria dos projetos que *tinham* lá eram de computação gráfica, e eu não podia trabalhar; *tinham* alguns projetos que eu poderia trabalhar, e eles não me punham para trabalhar. Depois que eu passei para a lei de cotas, começou a aparecer muito *trampo*, projetos em que eu poderia trabalhar, mas simplesmente não era posto para trabalhar, e amigos de outros funcionários eram contratados como terceirizados para fazer coisas que eu poderia fazer, entendeu?

*Teve um lance* assim: *tinha* um projeto Web que eu perguntei por que eu não podia trabalhar nele, e me disseram que era porque eu não podia fazer a interface visual da página e puseram uma menina para

fazer, namorada de alguém que 'tava lá. Primeiro, que eu poderia fazer a parte da lógica pura, e alguém poderia fazer a parte visual, mas tudo bem, né? Só que eu descobri depois que, além da menina, eles contrataram um Webdesigner pra fazer a parte visual, ou seja, a menina estava fazendo só a parte da lógica.

Vito continuou em seu emprego vivenciando o personagem “trabalhador que não trabalha” e sofrendo com as demonstrações explícitas de desrespeito que surgiram de todas as partes, pois a adesão da empresa à “lei de cotas” trouxe consigo a possibilidade de reconhecimento, ainda que na condição de trabalhador deficiente, mas, ainda assim, para Vito não havia trabalho, ou seja, o reconhecimento legal não foi suficiente para que a conduta de assédio moral já instalada se desfizesse, e ele continuou preterido.

O “trabalhador que não trabalha”, que agora passou a fazer parte da identidade de Vito, passou a interferir em outras esferas de sua vida, como consequência dessas vivências constantes de humilhação e desrespeito, Vito começou a ter problemas em casa, em seu relacionamento com sua esposa, e ela o pressionou a tomar uma providência:

Na metade de 2007, eu estava numa situação em que minha esposa falou assim: “Vito, ou você procura outro emprego, ou você vai se virar sozinho, porque não dá mais pra você ficar *zoad* desse jeito e não fazer nada!”

Estava deprimido, sem perspectivas de crescimento profissional e achando basicamente que eu não era competente porque me faltava experiência, mas não havia modo de obter experiências, porque eu não tinha oportunidades de aprender; como eu não tinha oportunidades de aprender, o tempo estava passando, as probabilidades de alguma outra corporação me contratar tenderiam a diminuir dia a dia com aquela situação. Dessa forma, me sentia mais desvalorizado e impotente com o tempo passando.

Quanto à saúde, estava cada vez mais cansado e também irritadiço.

Os relatos acima demonstram que Vito vivenciou intensamente a insignificância e falta de sentido de seu trabalho, pois era trabalhador, mas não

tinha trabalho; buscava desenvolvimento por meio da experiência, mas não lhe era permitido experienciar atividades que pudessem lhe proporcionar qualquer desenvolvimento.

Aqui, podemos perceber que, da mesma forma que os trabalhadores da época da Revolução Industrial sofriam mutilações em seus corpos, Vito passou a sofrer constantes mutilações psicológicas, já que o conflito de ser um “trabalhador que não trabalha” passou a afetar sua saúde mental e, conseqüentemente, sua vida familiar.

#### **6.1.8 O profissional que busca um emprego com trabalho**

Diante da interferência da esfera do trabalho em sua vida pessoal, Vito decidiu livrar-se do personagem “trabalhador que não trabalha” e foi buscar outro espaço para trabalhar, dessa vez ele utilizou sua experiência anterior para colocar limites à próxima contratação:

Aí eu fui procurar outro emprego e eu comecei a conversar com a Wrist, que é a empresa [em] que eu estou atualmente. Fiz uma negociação longa com eles, eles queriam me contratar de *tudo quanto é jeito*, porque eles queriam preencher vagas da lei de cotas; eu não deixei, exigi ser entrevistado, passar pelo processo seletivo, para que eles não tivessem como alegar que não sabiam o que eu conseguiria ou não fazer, então demorei uns 6 meses para negociar a vaga; quando finalmente eles me contrataram, o *lance* é: o *cara* foi me entrevistar, um *cara* técnico, eu falei para ele: você quer contratar cego? Você sabia que não dá para fazer isso, aquilo. E expus todas as limitações, depois expus tudo o que dava para trabalhar junto com a equipe, para fazer.. Falei: “Agora você pergunta o que você quiser! Porque, se você me aprovar, você vai estar sabendo exatamente quem você está contratando.

A postura de Vito diante da empresa contratante demonstra que, mesmo diante de tantas situações de desrespeito, a autoconfiança adquirida no decorrer de sua vida, em especial por meio da base familiar “suficientemente

boa”, tornou possível que ele buscasse reconhecimento ao colocar limites, desde o início, na relação com a empresa.

Vito não afirmou que não queria ser contratado sem antes deixar claro à empresa contratante suas habilidades e limitações, não permitiu que o tratassem como “cota”, negou-se a preencher uma vaga qualquer sem antes negociar o lugar que ocuparia como profissional. Vito aparentemente buscava livrar-se do personagem “trabalhador que não trabalha” e dar lugar ao “profissional que sabe o valor do seu trabalho”.

Enfim, fiz as entrevistas, consegui uma vaga que era um cargo mais compatível com meu conhecimento técnico. Na Ocular, eu estudei muito, então meu nível técnico subiu muito, eu acabei *pegando* dois cargos acima do meu cargo na Ocular, mas a empresa não paga bem, é uma realidade da empresa: *tem* pontos legais, mas não paga bem. Bom, eu falei: “Beleza! Vou para onde *tem* trabalho para mim”. E aí liguei para o *cara* da Wrist; em março eles me chamaram. Saí da Ocular, não saí *brigado*; as pessoas que me discriminavam.. todo mundo falava que queria sair e ninguém conseguia, eu acabei conseguindo sair para uma empresa de grande porte na área de TI, que *te* ensina muito.

Embora sem vantagens financeiras imediatas, Vito fez a opção por trocar de emprego, por buscar um lugar onde de fato pudesse sentir-se produtivo e valorizado.

#### **6.1.9 O trabalhador que deseja produzir**

Vito deixou claro que vivencia o trabalho como algo importante em sua vida e que não pretende voltar a interpretar o antigo personagem “trabalhador sem trabalho”. A marca mais evidente da humilhação vivenciada por Vito foi, sem dúvida, a percepção de não ser produtivo como seus pares, de que na empresa não havia trabalho para ele.

Em seu relato, o entrevistado marcou com clareza esse incômodo:

Aí, de março até maio de 2008, fiquei “desalocado” (em casa aguardando demandas de trabalho), comecei a ficar incomodado, e, quando eu ia sair, dar um ultimato, eu ‘tava recebendo para ficar em casa, mas ia dizer: “ou vocês me põem para trabalhar, ou eu *saio fora* [sic]!” Eu fui alocado em um projeto para trabalhar com Qualidade.

Aí, então eu cheguei lá e fiquei “desalocado” por um tempo, mas, como eu havia saído da Ocular e estava traumatizado com essa história de receber e não trabalhar, eu falei para a minha esposa: “eu entendo que isso é uma coisa natural da empresa, mas eu não ‘tô a fim de entrar nesse esquema, então eu vou continuar enviando currículo e vou chegar para os *caras* e dizer ‘ou vocês me alocam ou ‘tô indo embora’”. Porque eles quiseram me contratar de qualquer jeito, falaram que tinham urgência de me contratar, quase não *deixaram eu* descansar, e agora me contratam e me deixam “desalocado” aí por tanto tempo.

O relato de Vito deixou claro que o sentido de ser trabalhador, para ele, ultrapassa questões materiais, ele mostra que não trabalha apenas pelo salário, isso ficou claro quando ele trocou de emprego sem qualquer vantagem financeira e também quando ele se mostrou disposto a “dar um ultimato” na empresa dizendo que queria trabalhar, quando estava temporariamente em casa recebendo seu salário e aguardando ser alocado em um projeto.

É importante ressaltar que, segundo Vito, essa situação de “desalocação” do trabalhador é uma prática da empresa com todos os funcionários da área de TI, portanto aparentemente não se tratava de algum tipo de discriminação com relação à deficiência.

Vito finalmente passou a fazer parte de um projeto na empresa, que, de acordo com seus relatos, oferece um ambiente favorável e no qual ele se sente como uma pessoa “normal”:

Eu acho que sou tratado como uma pessoa normal, *tem umas coisas* que demorou um pouco mais para eu conseguir, *tipo* um *laptop*, eu faço auditoria, não posso levar papel e caneta para anotar e não posso ficar instalando leitor de tela em todas as máquinas, então o *laptop* veio depois de um tempo, mas tudo o que eles puderam fazer para me ajudar eles fizeram.

### **6.1.10 O deficiente é reconhecido como trabalhador**

A história de vida de Vito mostra-se marcada por inúmeras situações em que sua capacidade é colocada em dúvida, e os relatos do entrevistado demonstram que ele vivenciou o papel de *desacreditado* em vários contextos, já desde a escola e ao longo de toda a sua trajetória.

Embora Vito afirme que, em seu novo emprego as pessoas buscavam colaborar com ele, podemos identificar que, mesmo com a provável boa intenção de seus novos colegas, em alguns momentos Vito também foi desacreditado nesse ambiente de trabalho, como podemos perceber no seguinte relato:

Eu recebi a informação de que eu ia para um projeto, aí fui para o projeto, um projeto em que as pessoas eram extremamente amigáveis – é importante lembrar que eu ia fazer um trabalho absolutamente operacional, o meu trabalho no projeto ia ser revisar texto, quanto a erro de português, etc., era isso que eles tinham planejado para mim: um trabalho bem básico, como é de costume para pessoas com deficiência. Eles precisavam que alguém fizesse o trabalho, mas era algo bem pequenininho, trabalho de estagiário, mas era melhor do que ficar parado em casa.

Vito foi convidado a fazer um trabalho que estava aquém de suas capacidades, “trabalho de deficiente”, um trabalho pequeno e simples. É importante lembrar que o entrevistado havia sido contratado formalmente para ocupar um cargo mais complexo, cujo salário, inclusive, seria incompatível com uma atividade de “estagiário”.

Quando eu cheguei *no* [sic] departamento, todos ficaram estupefatos, porque eles não olharam o meu currículo, eles precisavam de alguém para fazer o trabalho, e *tinha eu* [sic] lá, e a gerente decidiu arriscar. Ela me falou: “Eu decidi arriscar”. Então, quando os *caras* viram que eu cheguei, que eu sabia falar inglês, que eu tinha efetivamente experiência com desenvolvimento de *software*, que eu sabia lidar com o

computador muito bem, então, quando eles viram que meu currículo era verdade, eles mudaram de ideia.

Os responsáveis pela alocação de Vito em um trabalho inferior às suas capacidades não olharam seu currículo, ele foi contratado, porém os contratantes não tinham conhecimento sobre suas capacidades. Esse fato sugere que a empresa provavelmente realizou a contratação de Vito inicialmente em função do preenchimento das vagas destinadas à lei de cotas, deixando de observar as competências individuais do profissional e atribuindo a ele um único personagem que totalizaria sua identidade, ou seja, tornando-o apenas “o deficiente”.

O personagem-mito “o deficiente” é a representação do estigma de Vito. Seu relato demonstra que seu empregador visualizou, antes e acima de qualquer coisa, a deficiência, impedindo que outros atributos pessoais fossem percebidos inicialmente. Essa situação de descrédito é algo recorrente na história de vida de Vito, trata-se de uma repetição dos relatos acerca de suas vivências na escola, onde diretores, professores e alunos desacreditavam de suas capacidades.

Ao entrar em contato com Vito e com seu currículo, os gestores ficaram surpresos, pois aparentemente não era o currículo esperado para um profissional com deficiência, houve um estranhamento com relação à qualificação e à competência de Vito, pois as informações ali contidas não eram compatíveis com os papéis pré-estabelecidos para um “deficiente”.

Por meio de seu desempenho no trabalho diário, Vito foi demonstrando suas capacidades, e é possível identificar que, segundo seus relatos, as

barreiras relacionais foram gradativamente se dissolvendo, assim como seus superiores puderam perceber novas competências no funcionário:

*Tinha* outra vaga aberta, era uma vaga de auditor, e essa vaga, não *tinha* ninguém pra fazer, porque é um serviço *chato pra caramba*(...), ninguém quer auditar, (...) ninguém tem paciência pra ficar vendo errinho aqui, errinho lá, então essa vaga estava aberta por um longo tempo, eles não conseguiam preencher (...) E aí chegou uma hora que ele falou assim pra mim: “*Cara*, você vai parar de trabalhar com processo, você vai virar auditor, porque a gente achou o *cara* de perfil certo!”. Porque eu sempre tive uma postura muito crítica. Bom, aí ele falou: “Você vai virar auditor, a gente ’tá precisando de um *cara* que tenha senso crítico, maduro, e não tinha. *Cara*, não vou *te* deixar aqui, procurei por quatro, cinco anos, alguém no *teu* perfil e não encontrava”.

Vito assumiu o cargo oferecido, passou a ser auditor da fábrica de *software* e vivenciou essa oportunidade como um reconhecimento de suas capacidades; no entanto, é importante perceber, em seu relato, que havia, antes de tudo um autorreconhecimento: Vito afirma que sabia que tinha competência para assumir as novas responsabilidades, estava seguro disso e mais uma vez deu demonstrações de autoconfiança em seu relato:

Eu ’tava *com o c... na mão*, eu ’tava assumindo um *trampo* grande, a fábrica inteira vinha conversar comigo, eu era programador sênior, bem novinho na empresa, e auditar gerente, analista sênior e conflitos de interesses!... (...) Eu ’tava bem nervoso, mas ao mesmo tempo, graças a Deus, eu sabia que eu tinha condições de fazer, sabia que eu tinha competência. De uma certa forma, eu estudei e me preparei para isso.

A autoconfiança demonstrada por Vito também permitiu que ele realizasse projetos mais ousados na empresa, por exemplo, mesmo sem a autorização formal de seus superiores ele decidiu criar novas soluções tecnológica que viabilizassem a automação do trabalho realizado por ele e por outros colegas de trabalho:

Passei dois finais de semana fazendo uma coisa que não queriam me deixar fazer, mas eu falei: “Vou fazer porque não quero mais fazer esse trabalho idiota; se não me deixarem usar, vou usar escondido. Vou fazer meu trabalho de dois dias em meia hora e vou passar o resto do tempo *enchendo o saco*”. Então, trabalhei muito *de* [sic] final de semana em casa, ninguém sabia. Esse foi o primeiro protótipo que eu fiz lá, e logo depois desse encaixei um outro, bem mais complexo. Esse protótipo gerou euforia, ele automatizava um trabalho que era um *pé no saco*. A automação que eu fiz melhorou, fui fazendo uma atrás da outra.

Fiz algumas automações que facilitaram a vida dos projetos das pessoas que eu auditava. As pessoas que eu auditava começaram a me ligar para agradecer, uma menina me ligou em uma sexta-feira, 9 horas da noite, para me agradecer porque ela ia passar o final de semana trabalhando e não ia precisar mais, “por causa da tal coisa que você desenvolveu”. Eu não sabia o que falava para ela: “Então 'tá... de nada!”

Depois disso, eu fui avaliado de novo, fui promovido, eu encontrei várias pessoas que disseram: “Vito, por mim, a gente *te* alocava para trabalhar aqui com a gente”.

Vito aparentemente buscou surpreender as pessoas com seu trabalho, demonstrou sentir prazer com isso, realizou-se ao provar e superar suas capacidades. Podemos afirmar que Vito buscou constantemente o reconhecimento das pessoas com quem convive no trabalho, e essa necessidade de reconhecimento, como já citamos anteriormente, faz parte do desenvolvimento da identidade humana e viabiliza a concretização do sentido emancipatório da identidade. Vito realizou um movimento de reposição de sua identidade por meio da afirmação constante de seu personagem “profissional surpreendente”. Podemos perceber que muitas das metamorfoses vivenciadas por Vito foram direcionadas à emancipação, pois ele buscou negar as limitações impostas pela identidade pressuposta de “deficiente limitado”.

#### **6.1.11 O trabalhador cego**

Vito buscou desvencilhar-se dos personagens pressupostos socialmente para um profissional que não enxerga, seu relato demonstra um sentimento de

realização pessoal quando alguma barreira foi superada; no entanto, podemos identificar em sua entrevista que ainda existem muitas barreiras no caminho de Vito e dos demais profissionais com deficiência no Brasil.

O esforço do entrevistado em tornar sua deficiência irrelevante para o processo produtivo em muitos momentos torna-se um fator dificultador na vida de Vito, que acreditou, com base em suas vivências que o ideal seria que as pessoas “esquecessem” sua deficiência.

E aí eu tive um desafio enorme, grande mesmo, porque no projeto [em] que eu estava as pessoas ficaram meio impressionadas comigo, e depois elas acostumaram que eu não enxergava, e depois elas até começaram a esquecer que eu não enxergava. Isso acontece, e, quando isso acontece, quer dizer que a coisa está indo da maneira certa, porque, por experiência de vida, a gente convive com vários grupos, e vários grupos reagem, pelo fato de você ser um deficiente visual, de várias maneiras. Por experiência de vida, eu posso dizer que os grupos em que você não tem mais barreira são grupos que passam invariavelmente por três etapas: a primeira, todo mundo tem ideia, uma ideia até real, de que os cegos são muito limitados, [e] a reação é a admiração: “nossa, você fala inglês, nossa, você entende de música, nossa, você programa computador! Como você faz isso sem enxergar? Você é o cara!”

Segundo Satow (1994), quando as pessoas deficientes mostram capacidade de se inserir na sociedade em que vivem, apesar das dificuldades, são vistas como seres extremamente capazes, extremamente esforçados, superdotados de qualidades, enfim, são considerados uma espécie de super-homens, mas, segundo a autora, isso não elimina a sombra do sub-humano imposta pelo estigma que estará sempre com elas. A autora afirma ainda que essas pessoas vivem formas de reificação, pois, segundo ela, jamais são vistas apenas como seres humanos comuns: ou estão na categoria de “super” ou de “sub”-humanos.

Vito relata sua vivência acerca das questões colocadas por Satow (1994), no entanto sua forma de compreensão da evolução dessa percepção social acerca de suas potencialidades – ora desacreditadas (sub-humano), ora supervalorizadas (super-homem) – proporciona-nos outra possibilidade de leitura dessa dinâmica relacional entre os grupos sociais e a pessoa com deficiência.

Para Vito, existem fases evolutivas do relacionamento entre pessoas que não têm deficiência e pessoas com deficiência que envolvem: primeiramente, um estranhamento que pode levar ao descrédito acerca de suas capacidades (“sub-humano”), mas que, quando superado, tende a transformar-se em uma admiração excessiva acerca de suas capacidades (“super-homem”) e, por fim, superada a fase do deslumbramento com o “super-homem”, as pessoas tendem a “esquecer” a deficiência e passam a relacionar-se com o ser humano, e não mais com a deficiência:

Depois dessa fase, vem a fase que elas não estão mais tão preocupadas com isso, mas ainda estão preocupadas, empurram as cadeiras, afastam moveis em que você pode tropeçar; toda vez que você precisa de ajuda, sempre alguém vem ajudar, mas já é uma coisa normal, elas já não estão mais admiradas, é nessa fase que elas começam a ver também os seus defeitos, que você tem mau humor, você *peida*, às vezes não está em um dia muito produtivo ou às vezes em um dia produtivo demais, elas começam a ver seus defeitos, e começam a dar uma estressada, porque, de certa forma, a expectativa que elas mesmas criaram cai. Mas essa fase também passa, a próxima fase é a fase [em] que as pessoas nem sequer lembram que você não enxerga, elas simplesmente não lembram, não é demagogia, elas não lembram mesmo, e aí elas começam a deixar cadeira no meio do caminho; se tiver coisa quente em cima da mesa, elas deixam.”

Ao definir essas fases de relacionamento social da pessoa com deficiência, Vito deixou claro que, em sua compreensão, é possível que a deficiência seja tratada como “algo irrelevante”, no entanto as dificuldades de

acessibilidade continuam existindo no ambiente de trabalho, o que demonstra que ainda existem muitas barreiras a serem superadas:

Tenho as dificuldades de sempre: não tinha treinamento, os materiais não eram adaptados; então, tive que fazer tudo *meio que* sozinho, *tem* coisas visuais e tal, as dificuldades de sempre, como sempre foi, né? Enfim, mas eu 'tô trabalhando.

Com relação ao esforço de Vito por tornar a deficiência “irrelevante”, há ainda outra questão a ser analisada: É realmente possível e justo que um trabalhador com deficiência seja tratado de forma exatamente igual a outros trabalhadores sem deficiência? Isso é uma forma de reconhecimento? Seguimos com os relatos de Vito acerca de suas vivências a esse respeito:

Hoje, eu tenho exatamente as mesmas atribuições que o resto do pessoal da equipe, o fato de eu ser cego dificulta a mais pra mim, mas eles não levam isso em conta. Dificulta porque eu sou um pouco mais lento que a maioria das pessoas, *tem* coisas que eu não consigo olhar, *tem* desenho, isso, aquilo, mas eles não consideram isso, as minhas metas são exatamente as mesmas, as minhas responsabilidades são exatamente as mesmas, eles não acham ruim quando alguém pára pra me ajudar, mas eu diria que eu tenho que trabalhar mais *pilhado*, às vezes, sim, eu tenho que trabalhar mais, mas eu não reclamo porque, de uma certa forma, eu pedi isso, foi uma atitude ousada minha: eu encostei o *cara* na parede e falei: “é isso ou não é?”

Eu acho que esse foi o preço que eu tive que pagar para mostrar para eles o quanto eu sou capaz, não é um preço justo, mas a vida não é justa, eu penso assim. Eu poderia estar em um esquema um pouco mais assistencialista.

Não, acho que ela poderia ter um pouquinho mais de tempo e estrutura para fazer as coisas, mas infelizmente, hoje, com o nosso conceito social, as coisas não funcionam assim. Não é uma questão de opção, é uma questão de estratégia. Infelizmente hoje, para eu provar que sou tão capaz quanto as outras pessoas, eu tenho que fazer exatamente as mesmas coisas que elas fazem e, tecnicamente, eu não preciso provar para ninguém, mas, para ter as mesmas oportunidades, eu acabo precisando provar, porque a gente ainda tem uma sociedade, com modelo de visão muito imaturo.

Para conseguir o espaço que eu ganhei, eu tive que trabalhar muitas vezes acima do meu limite. Quando fui para o Canadá, agora nas férias, eu não estava conseguindo mais ouvir direito, de tanto que eu estava com o fone de ouvido na orelha, trabalhando. Eu não levantava para ir ao banheiro. Eu trabalho a mais que uma pessoa que enxerga, trabalho a mais, sob uma condição de estresse maior também. Não é só questão de tempo, a questão do estresse maior também é uma questão de

dificuldade, às vezes eu levo o mesmo tempo para fazer uma determinada coisa, mas quem enxerga tem menos dificuldade. Se for fazer uma comparação, se for pensar em programação, quem programa, o compilador *te* mostra por cores todas as variáveis que você usou, todas as funções. Se você digitou alguma coisa que ele não sabe, o que é ele *te* mostra em uma determinada cor imediatamente, para você achar os erros é muito mais fácil. Você só bate o olho e já sabe o que pode estar errado. Eu tenho que ficar me matando, fiz uma automação que tinha 2.300 linhas, imagine achar um erro no meio de 2.300 linhas, o *cara* que enxerga vai rolando o *mouse*, boa parte desses erros o próprio compilador pinta, *tem* outras facilidades que [eu] não tinha. Tive que aprender tudo sozinho.

Ao pensarmos sobre a questão do reconhecimento das potencialidades individuais no trabalho, verificamos que as situações descritas por Vito levantam algumas controvérsias. O esforço do entrevistado em busca de reconhecimento pessoal, da valorização de suas capacidades individuais, não é totalmente contemplado no que diz respeito à sua relação com o trabalho.

O entrevistado afirma que insistiu em diversas oportunidades para ser tratado com igualdade no que diz respeito a seus deveres como trabalhador, buscou ocupar o mesmo espaço profissional que outros profissionais que não possuem deficiência e aparentemente foi atendido em suas solicitações.

Atualmente, Vito "*tem as mesmas atribuições do resto do pessoal da equipe*" e é cobrado pelos seus superiores da mesma maneira que os outros, no entanto, como podemos perceber em seus relatos subsequentes, Vito não tem as mesmas condições para executar suas tarefas no trabalho, o que caracteriza essa situação como uma falsa igualdade.

Honneth (2003) afirma que uma pessoa desenvolve a capacidade de sentir-se valorizada somente quando suas capacidades individuais não são mais avaliadas de forma coletivista e que é através do processo de individualização das formas de reconhecimento que surge a possibilidade de

um indivíduo desenvolver a autoestima. Para o autor, a solidariedade está vinculada às condições de relações sociais nas quais os atores sociais adquirem a possibilidade de vivenciar o reconhecimento de suas capacidades numa sociedade não coletivista.

O que ocorreu com Vito foi um reconhecimento baseado em padrões coletivistas, e isso fica claro quando o entrevistado afirma que *“para eu provar que sou tão capaz quanto as outras pessoas, eu tenho que fazer exatamente as mesmas coisas que elas”*, ou seja, para Vito ser reconhecido como um profissional competente e capaz de concorrer em nível de igualdade com outros profissionais, sua deficiência deve ser ignorada, não pode ser um fator que prejudique seu desempenho nas atividades profissionais, ainda que, para isso, ele tenha que trabalhar muito mais do que os outros profissionais que ocupam a mesma função na empresa; não há, portanto, o reconhecimento de suas potencialidades dentro do escopo de suas possibilidades individuais; ou seja, o “reconhecimento” trata-se de algo obtido em uma relação sem as características de solidariedade descritas por Honneth (2003) e sem paridade participativa entre os elementos envolvidos.

Fraser (2007) nos auxilia na compreensão dessa situação ao afirmar que o caminho para a justiça social é a garantia da paridade participativa entre os membros da sociedade. Entendemos que na situação vivenciada por Vito não há paridade participativa, pois as condições de Vito não são as mesmas que a de seus colegas de trabalho que não possuem deficiência.

Nesse sentido, Fraser (2002) afirma que, para que a paridade participativa seja possível, são necessárias duas condições: a primeira diz

respeito à distribuição de recursos materiais que garantam a independência e a “voz” dos participantes, impedindo, entre outros fatores, disparidades que levem à negação de oportunidade de interação do indivíduo com outros como pares; a segunda condição requer que os padrões institucionalizados de valor cultural expressem igual respeito por todos os participantes e garantam iguais oportunidades para alcançar consideração social.

Com base nas proposições de Fraser (2002), podemos afirmar que o ambiente de trabalho de Vito atualmente não oferece condições de paridade participativa a ele pois, segundo seu relato, não há condições de acessibilidade suficientes para o exercício de seu trabalho com total autonomia. Vito relata que atualmente participa com igualdade de todas as atividades em seu trabalho, no entanto relata também que para isso é necessário que ele dedique muito mais tempo e esforço físico e mental para o exercício das mesmas atividades que seus pares.

Vito também deixa claro em seu relato que, para ser tratado com igualdade por seus pares e superiores, precisa fazer exatamente as mesmas coisas que eles, ainda que seu esforço seja muitas vezes maior em decorrência de sua limitação física. Em nossa análise, essa situação denota que não há respeito à suas características individuais e, portanto, não há condição de igualdade de oportunidades para o alcance da consideração social.

É importante considerarmos, em nossa análise, que a empresa na qual Vito trabalha atualmente, como todas as outras empresas da atualidade, responde à lógica vigente da produção e da competitividade, portanto sua

conduta com relação a Vito é coerente com o fato de que a empresa também é cobrada pela sociedade capitalista para ser competitiva e lucrativa acima de qualquer outro fator. Essa cobrança é repassada aos funcionários e dificulta as relações de solidariedade dentro da instituição.

#### **6.1.12 Futuro: ser um referencial de vida, não de resultados**

Atualmente, Vito ocupa um cargo de coordenação, foi promovido e possui uma equipe pela qual é responsável. No entanto, ao ser questionado acerca de suas pretensões identitárias, Vito demonstra que, apesar de sua dedicação ao trabalho, sua busca mais intensa é, na realidade, por personagens cujos valores habitam necessariamente o mundo corporativo:

Infelizmente, eu não posso levar a minha vida pelos objetivos que a sociedade me impõe, eu não quero ser gerente, presidente, entendeu? Eu quero ser um profissional feliz, eu quero ser um *cara* que olhe para trás e diga: “p.. que pariu, fiz isso aqui, *meu, da hora, show!*”. Eu quero ser um *cara* que é *amável* [sic] pela equipe dele, as meninas me falam: “Vito, a gente gosta de você!”. Eu sou um referencial para elas, um referencial de vida, não de resultados. Significa que eu faço a vida delas melhor porque eu sou educado, eu consigo meus resultados envolvendo a minha equipe. Hoje eu faço diferença para elas, e elas se importam comigo, elas não se importam com os outros chefes, mas se importam comigo. Se eu pedir ajuda, elas vão me ajudar; em compensação, quando alguém fica doente, a gente cobre o *trampo* de quem 'tá doente e não cobra hora extra, porque a gente faz isso um pelo outro.

“Eu sempre tive essa característica de liderar e tal mas isso nunca me subiu a cabeça, eu sempre estive mais preocupado com outras coisas, minha luta diária para conseguir informação, pra resolver meus problemas e tal, mas muito mais importante que qualquer *status* que eu possa ter.

Vito aparentemente busca vivenciar outros personagens, o trabalhador quer ser “um profissional feliz”, e, em sua concepção, isso inclui ser alguém que faz a diferença na vida das pessoas.

Novamente Vito demonstra que sua relação com o trabalho ultrapassa as questões meramente instrumentais, ele não busca apenas sua sobrevivência financeira, busca relacionamentos pessoais sinceros, quer ser “um cara amável”, “um referencial de vida”. O relato de Vito nos leva a pensar que sua busca no ambiente de trabalho está ligada a elementos que pertencem ao “mundo da vida” habermasiano, onde impera a razão comunicativa, as sensações, sentimentos e relações sociais.

Embora muitos autores (Gorz, 2007; Sennett, 1999; e Habermas, 2009) afirmem que há um desvinculamento entre a esfera do trabalho e o mundo da vida, o relato de Vito nos mostra que, em muitos aspectos, suas vivências como trabalhador guardam uma aproximação com a razão comunicativa apresentada por Habermas, pois Vito aparentemente busca vivenciar seu ambiente de trabalho, especialmente no que se refere ao contato com os colegas de profissão, como um espaço onde imperam as sensações, sentimentos e entendimento entre os sujeitos

Além disso, Vito demonstra em seu relato que tem consciência de que entrar na lógica da competição proposta pelo capitalismo pode não ser uma boa opção para ele, os trechos a seguir mostram que ele busca satisfação nas conquistas pessoais proporcionadas pelo seu trabalho atual, já que há nele uma tentativa de transformar o trabalho em um instrumento para sua satisfação pessoal:

Se eu perco hoje o emprego, não sei o que vai ser, mas, se eu me desenvolvi pessoalmente, isso eu não perco, isso me dá muito mais chances de sucesso, isso me realiza, eu nunca gostei de *status*. Isso faz *eu* [sic] me sentir realizado, não o cargo que eu ganhei, isso não é o importante – o cargo que eu ganhei foi *legal*, mas não é o mais importante.

Eu tive esse desgaste pelo meu desenvolvimento pessoal, é esse o ponto: isso justifica esse desgaste a mais, eu nasci cego, eu não tenho escolha. Para eu me desenvolver pessoalmente, eu tenho que pegar o touro pelo chifre e chacoalhar, a minha vida inteira foi assim, não era diferente da escola: os *caras* não me ditavam matéria, eu tive que me virar para aprender, eu também tive desgaste a mais.

Agora, para o meu desenvolvimento pessoal, com tudo que não seja justo, isso se justifica, porque eu 'tô ficando bom... eu não 'tô subindo de cargo, eu estou fazendo o que ninguém conseguiu fazer durante anos, isso é desenvolvimento pessoal (...).

Vito demonstra que é conhecedor de suas próprias potencialidades, é capaz de se autovalorizar e reconhecer a importância de suas conquistas, no entanto seu relato também demonstra que ele tem consciência das injustiças e das diversas formas de desrespeito sofridas por ele ao longo de sua história; sua luta, por enquanto é solitária, ele “pega o touro pelo chifre” sozinho, mas faz questão de continuar buscando dignidade e autonomia:

Acho que também por isso eu não tenho tanta expectativa em termos de cargo, senão, eu enlouqueço; não é justo todos os treinamentos que eu tenho que fazer não serem acessíveis, eu nunca tive livros de inglês para aprender inglês, eu nunca tive livro para aprender as coisas da escola. A empresa não é diferente da escola: *tem* um monte de coisas não acessíveis. Se eu penso em cargo, *puta*, eu perco a cabeça, não é justo, entendeu?... não é justo, não é mesmo.

Quando eu aprendi inglês, *na raça*, graças a Deus, eu não parei para pensar. Quando eu vou para o coral, onde eu 'tô apanhando *igual* criança, porque não *tem* partitura, não *tem* estrutura, eu não penso nisso, porque *tem* um monte de gente que entrou lá e 'tá cantando melhor que eu, mas tem partitura. Quando eu conseguir cantar tão bem quanto eles, se eu ficar pensando: “é, mas eles têm partitura, quer dizer eles, estão em um cargo acima do meu, porque eles cantam melhor do que eu”, eu enlouqueço. Eu tenho que pensar assim: “*Cara*, eu vou aprender a cantar sozinho e, quando eu aprender, eu vou cantar melhor que esses *caras*, porque eles estão aprendendo a ler, e eu estou aprendendo na raiz da coisa, isso é desenvolvimento pessoal.

A minha vida precisa de outros direcionamentos, porque, se eu for ficar me comparando, eu enlouqueço, não *tem* condições, então eu oriento a minha vida pelas coisas pessoais. O fato de eu ser um *cara* que não estudou em escola superior, mas que pode conversar sobre ciências sociais e políticas em nível de que[m] está em mestrado, isso é desenvolvimento pessoal! Isso é o que vai me auxiliar em uma entrevista que eu for dar para um emprego, ou para um jornal, ou em algo que eu escreva daqui a pouco. Isso me compensa.

Quando eu fui mexer com computador, eu não entendia nada de leitor de telas, nada. Todos os cegos [para] que[m] eu perguntei me negaram

informação, seguraram informação. Hoje eu sou, se não o maior, um dos três maiores especialistas sobre tecnologia assistiva e leitores de tela no Brasil, eu sou referência. Quando os *caras* chegam *em* [sic] um estado em que eles não sabem mais o que fazer, dão uma *ligadinha* para mim. Isso é desenvolvimento pessoal. Porque eu posso trabalhar em qualquer coisa hoje, qualquer coisa, e, quando surgir um desafio realmente grande da área de computação, eu vou ter uma chance enorme de ter sucesso, essa barreira eu tirei da minha frente, e isso vai me ajudar onde quer que eu esteja, nunca segurei uma informação, sempre passei tudo o que eu sabia pra todo mundo. Isso é desenvolvimento pessoal.

Diante dessas últimas narrativas de Vito, podemos pensar que, embora exista em sua história muitas situações de injustiça e desrespeito social, há também, durante todo o trajeto, muitos momentos de transformação, de metamorfoses ocasionadas principalmente por reações de Vito àquilo que fizeram dele, são metamorfoses provocadas principalmente por situações onde há uma ruptura com os personagens pré-determinados socialmente para um sujeito cego.

Vito não deixou de ser um representante das políticas de identidade propostas pela sociedade a um deficiente visual, mas também criou e tem criado outras possibilidades identitárias com autonomia e, com isso, tem sido capaz de modificar a teia social. Como ele mesmo afirma: após sua chegada a seu atual ambiente de trabalho, outros profissionais com deficiência são recebidos de forma mais amigável; e uma de suas pretensões é modificar a imagem que a sociedade tem da pessoa cega. Pelos conteúdos de seus relatos, é possível que ele esteja realmente modificando essa imagem, ao menos nos locais por onde teve a oportunidade de passar.

Segundo Siebeneichler (2003), para Habermas a emancipação está diretamente relacionada ao processo de conquista e manutenção de autonomia, e é com base nessa premissa que consideramos que muitas das

metamorfoses vivenciadas por Vito e apresentadas em seu relato são direcionadas à emancipação; consideramos ainda que o jogo do reconhecimento e não-reconhecimento presentes ao longo de sua história proporcionou a ele condições para que tais metamorfoses ocorressem dessa forma.

Ao ser reconhecido, Vito adquiriu forças para enfrentar as situações de não-reconhecimento (ou desrespeito), que, por sua vez, foram fundamentais para que houvesse determinadas rupturas com personagens que não contribuíam para um movimento emancipatório, como era o caso do “menino incompreendido”, “aluno desacreditado” e do “trabalhador que não trabalha”. De fato, todos esses personagens vivenciados em decorrência de situações de desrespeito social foram fundamentais para que Vito se movimentasse de alguma forma, lutando por seu reconhecimento e superando-os, ou seja, dando espaço para o surgimento de novos personagens em sua vida.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Deficiente é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino(...)”

Mário Quintana

Primeiramente, destacamos que não temos, nem de longe, a pretensão de esgotarmos a discussão sobre o assunto abordado, pois entendemos que a pesquisa em questão foi o início de uma discussão que deverá aprofundar-se com outras pesquisas sobre o mesmo assunto, uma vez que a produção científica acerca da questão do reconhecimento do trabalho da pessoa com deficiência é quase inexistente dentro das abordagens psicológicas e sociais, como vimos neste estudo.

Como pudemos perceber no decorrer desta pesquisa, após anos de desrespeito social, as pessoas com deficiência, ao longo da história, organizaram-se em movimentos sociais e lutaram por seu reconhecimento perante a sociedade, e, em função dessa luta, obtiveram muitas conquistas; no entanto, ainda há muitas situações de desrespeito, e é evidente que a luta por reconhecimento das pessoas com deficiência está muito longe de chegar ao fim.

Com a criação de leis que regulamentam a participação social das pessoas com deficiência, em especial a garantia da inclusão de crianças com deficiência em escolas comuns e da inserção de trabalhadores com deficiência nas empresas, verificamos uma situação que chamaremos aqui de “reconhecimento perverso”, termo também utilizado por Lima (2009), ao

discorrer sobre a questão do reconhecimento da doença mental como uma forma desumana de reconhecimento. Segundo o autor, quando o reconhecimento é ausente ou feito de forma desumana, a consequência para o sujeito é uma experiência de aprisionamento à “mesmice”, ao fetiche de uma personagem que impede a concretização da identidade.

É esse reconhecimento, realizado de forma desumana, que identificamos a partir de nossa pesquisa como sendo predominante na relação atual da sociedade com as pessoas com deficiência. Para comprovar esta nossa afirmação, destacamos a história de Vito, pela qual vimos que o ingresso da pessoa com deficiência no mercado de trabalho ocorre na forma de um reconhecimento perverso, uma vez que, apesar de existir o reconhecimento legal garantindo as vagas de emprego, as empresas em geral reservam apenas vagas operacionais e básicas, ou seja, aquelas para as quais não há necessidade de capacitação. O reconhecimento jurídico não é capaz de garantir outras formas de reconhecimento fundamentais para o indivíduo em sua relação com a sociedade.

O relato de nosso entrevistado, Vito, demonstra que, apesar das situações de desrespeito impostas pelo mercado de trabalho, a atividade em si é algo que pode viabilizar ao indivíduo possibilidades de metamorfoses emancipatórias.

Vito busca sentido para sua atividade produtiva, busca realização por meio do trabalho e, em muitos aspectos, aparentemente consegue encontrar o que procura, em especial quando vincula ao trabalho aspectos relacionados às relações com outras pessoas, como a afetividade e até alguns momentos de

solidariedade, ou seja, elementos pertencentes à Razão Comunicativa descrita por Habermas. E é neste sentido que podemos afirmar que a realização de Vito no âmbito do trabalho tem ocorrido em virtude de aspectos relacionados ao *Mundo da Vida* habermasiano, algo que habita todas as esferas da sociedade, inclusive o mundo do trabalho.

As situações de desrespeito vivenciadas por Vito no decorrer de sua vida são marcos que, embora tenham provocado situações de aprisionamento a personagens fetichizados, aparentemente em outras situações também provocaram importantes rupturas do entrevistado com algumas situações. Em nossa análise, essa capacidade do entrevistado em romper com personagens aos quais estivera aprisionado decorre de situações de reconhecimento ocorridas no decorrer de sua vida, que lhe ofereceram recursos internos para realizar suas metamorfoses em busca de emancipação.

O reconhecimento vivenciado por Vito em momentos importantes de sua vida, como o apoio e a preocupação de seus familiares em torná-lo uma pessoa autônoma, bem como o empenho de alguns professores em viabilizar sua formação nas mesmas condições em relação às demais crianças de sua idade, tornou possível o desenvolvimento de sua capacidade para enfrentar as situações de não reconhecimento (ou desrespeito) que surgiram em sua trajetória de vida.

Não foi por acaso que Honneth (2003) afirmou que a experiência do desrespeito fornece motivação para a luta por reconhecimento, embora o autor afirme que tal luta é política e surge a partir do sentimento de injustiça compartilhado entre diversos indivíduos. Em nossa análise, a história de vida

de Vito demonstra que há também uma luta solitária do indivíduo em busca de reconhecimento. Pensamos que o sentimento de injustiça provocado pelas formas de desrespeito vivenciadas por Vito foi fundamental em algumas situações para que ele provocasse rupturas com personagens que não contribuía para movimentos emancipatórios.

Nesse sentido, podemos citar as personagens “menino incompreendido” e “aluno desacreditado”, as quais, em nossa análise, mostraram-se com potencial para transformar-se em personagens *fetichizados* e provocarem movimentos de mesmice, mas que, diante do reconhecimento oferecido pelos familiares e por alguns professores, foram superados por Vito e deram espaço a novos personagens, como o “desbravador”, o “estudante que deseja ser profissional” e, finalmente, o “trabalhador”.

Identificamos o mesmo movimento de ruptura quando Vito, já em sua fase “trabalhador”, vivenciou novas (e antigas) formas de desrespeito, diante de personagens pressupostos socialmente e que não estavam permitindo seu movimento em busca de autonomia (e conseqüentemente de emancipação), e, diante disso, teve um posicionamento ativo no sentido de confrontar suas pretensões identitárias à identidade pressuposta socialmente para um trabalhador cego.

No entanto, destacamos que, embora exista um movimento individual de Vito por emancipação, isso tende a não ser suficiente diante da insistência da sociedade em mantê-lo na personagem destinada a ele, “o trabalhador sem trabalho”. Aqui, podemos perceber com clareza a insuficiência das atuais políticas de inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, como já mencionamos, pois, embora as ações afirmativas existentes sejam

fundamentais para a criação de um movimento de inserção dessas pessoas como empregados nas mais diversas instituições, não são capazes de garantir que esses empregados tenham de fato um tratamento digno como seres humanos ou mesmo que sejam considerados como trabalhadores de fato e não como meros objetos destinados a cumprir uma formalidade legal – nesse caso, a cota estabelecida por lei.

Dessa forma, pensamos que, de fato, a luta por reconhecimento, embora se apresente, como no caso de Vito, como algo que pode surgir a partir de sentimentos e vivências do indivíduo, necessita de elementos coletivos para de fato tornar-se um fator de mudança social.

Como vimos nas análises desta pesquisa, há um movimento individual de Vito que, de fato, tende à emancipação, mas que, em decorrência de diversos fatores sociais vivenciados por ele e pela grande maioria das pessoas com deficiência em nossa sociedade, esse movimento individual não é suficiente para garantir reconhecimento e emancipação, de fato.

Nesse aspecto, este trabalho abre perspectivas para novas pesquisas, as quais poderiam, por exemplo, justamente estudar as políticas de identidade que precisam ser estabelecidas socialmente para que os trabalhadores com deficiência possam romper com as personas predeterminadas pela sociedade, criando, assim, opções para que a emancipação possa ocorrer para esses trabalhadores e também para os outros trabalhadores que lutam por reconhecimento e emancipação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Juracy Armando Mariano de. **Sobre Anamorfose: Identidade e Emancipação na Velhice**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2005,
- ARAUJO, Silvia Maria; & CINALLI, Daniel Lopes. Trabalho e Mundo da Vida: a racionalidade capitalista presente na técnica, ciência e tecnologia. **Revista Gestão Industrial (RGI)**. Ponta Grossa (PR): Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade de Tecnologia Federal do Paraná [UTF/PR], v.. 1, n. 4.: 42-59, 2005.
- BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1998. 164 p. (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v.16).
- CIAMPA, Antonio da Costa. Políticas de identidade e identidades políticas. In: DUNKER, Cristian. I.L. & PASSOS, M.C. (orgs). **Uma psicologia que se interroga: ensaios**. São Paulo: Edicon, p. 241, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A Estória do Severino e a História da Severina: Um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- CLEMENTE, Carlos Aparício. **Trabalho Decente para a pessoa com deficiência: Leis, mitos e práticas de inclusão**. Osasco: Espaço da Cidadania, 2008.
- COSTA, Cláudia de Lima. O Feminino e o pós modernismo/pós estruturalismo: indeterminações da identidade nas (entre)linhas do (com)texto. In: PEDRO, Joana Maria; & GROSSI, Miriam Pilar (orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis (SC): Editora das Mulheres. 1998.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio: Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil.** São Paulo: Giz Editorial. 2009.

FRANCO, João Roberto e DIAS, Tércia Regina da Silveira. A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso. **Revista Benjamin Constant/MEC (Ministério da Educação e Cultura) /Centro de pesquisa e documentação e informação**, ano 11, n.30, Rio de Janeiro: IBCENTRO, p. 8, 2005.

FRASER, Nancy. A justiça Social na Globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** Coimbra (Portugal): **Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra**, n. 63: 7-20, out. 2002.

\_\_\_\_\_ Reconhecimento sem ética? In: SOUZA, J. & MATTOS, P. (org.). **Teoria crítica no século XXI.** São Paulo: Annablume, p. 113-14, 2007.

FREITAS, Maria Ester; HELOANI, Roberto & BARRETO, Margarida. **Assédio Moral no Trabalho.** São Paulo: Cengage learning, 2008.

FONSECA, Tadeu Marques da. O Trabalho Protegido do Portador de Deficiência. **Revista de Direitos Difusos.– Proteção Jurídica dos portadores de deficiência.** São Paulo: IBAP – Instituto Brasileiro de Advocacia Pública / Editora Esplanada: 481-486, dez. 2000.

GALLINO, Luciano. **Dizionario di sociologia.** Torino: TEA, 1993.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GORZ, André. **Metamorfoses do Trabalho: Crítica da Razão Econômica.** São Paulo: Annablume, 2007.

HELOANI, José. Roberto. **Gestão e Organização no Capitalismo Globalizado: História da Manipulação Psicológica no Mundo do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2003.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. Luís Repa, São Paulo: Editora 34, 2003.

LANE, Sílvia T.M. Prefácio. In: CIAMPA, Antonio C. **A Estória do Severino e a História da Severina: Um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo, Brasiliense. 1987.

LIMA, Aluísio Ferreira de. **Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: A identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica**. São Paulo: FAPESP – EDUC, 2010.

\_\_\_\_\_ Da produção do não-existente ao reconhecimento perverso: uma discussão sobre a persistência da racionalidade instrumental (politicamente correta) e a utopia do reconhecimento pós-convencional. São Paulo: ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), Anais do XIV ENABRAPSO (Encontro Nacional da ABRAPSO), 2009.

Disponível em:

<[http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais\\_XVENABRAPSO/332.%20da%20produ%C7%C3o%20do%20n%C3o-existente%20ao%20reconhecimento%20perverso.pdf](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/332.%20da%20produ%C7%C3o%20do%20n%C3o-existente%20ao%20reconhecimento%20perverso.pdf)>, Acesso em: 10-12-2010.

MEAD, George .Herbert. **Espiritu, Persona y Sociedad**. Barcelona: Paidós. 1973.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996

MORROW Allen Raymond & TORRES, Carlos Alberto. **Teoria Social e Educação: Uma Crítica das Teorias da Reprodução Social e Cultural.**

Porto: Edições Afrontamento, 1997.

NERES, Celi Correa & CORREA, Nesdaete Mesquita: O trabalho como categoria na análise da educação do deficiente visual. **Cadernos CEDES.**

Campinas: CEDES (Centro de Estudos Educação & Sociedade), v. 28, n. 75:149-170, mai./ago. 2008.

PESSOTI, Isaías. **Deficiência mental: da superstição à ciência.** São Paulo: EDUSP, 1984.

QUINTÃO, Denise Terezinha da Rosa. Algumas reflexões sobre a pessoa portadora de deficiência e sua relação com o social. **Revista Psicologia & Sociedade.**

São Paulo: ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), v. 17, n. 1: 75-80, jan./abr. 2005.

ROSSETO, Elisabeth et al. Aspectos Históricos da pessoa com deficiência.

**Educere et educare - Revista de Educação,** Cascavel (PR):Unioeste Universidade Estadual do Oeste do Paraná), v. 1, n. 1: 103-108, 2006.

SAAVEDRA, Giovani Agostini; & SOBOTTKA, Emil Albert: Introdução à teoria do reconhecimento, de Axel Honneth. **Civitas Revista de Ciências Sociais.**

Porto Alegre: EDIPUCRS (Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), v.8, n. 1: 9-18, 2008.

SASS, Odair. **Crítica da Razão Solitária: A psicologia Social segundo George Herbert Mead.**

Bragança Paulista (SP): Editora Universitária São Francisco, 2004.

SATOW, Sueli H. **O projeto de ser gente: construção da identidade na exclusão.** Tese de doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1994.

SAWAIA, Bader. **As Artimanhas da Exclusão – Análise psicossocial da ética da desigualdade social.** Petrópolis(RJ): Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_ Prefácio. in SATOW, Sueli Harumi. **Paralisado cerebral: construção da identidade na exclusão.** Taubaté: Cabral, 1995.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: Consequências pessoas do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 1998.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. **Jürgen Habermas: Razão Comunicativa e emancipação.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

SILVA, Otto Marques da, **A Epopéia Ignorada – A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje.,** São Paulo: Cedas, 1986.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Gofmann, discípulo de Mead? **Intermeio – Revista do programa de pós graduação em Educação,** Campo Grande (MS): Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), v.13, n.25: 116-133, jan./jun. 2007.

SOUZA, Renato Ferreira de. **George Herbert Mead: Contribuições para a psicologia Social.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2006.

TESSARO, Anelise. **Aborto, bem jurídico e direitos fundamentais.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

TURECK, Lucia Terezinha Zanato, **Pessoas com deficiência na política da assistência social: refletindo sobre concepções**. Seminário Nacional Estado e políticas sociais no Brasil. Cascavel (PR): UNIOESTE (Univesidade Estadual do Oeste do Paraná), 2003. Disponível em:

<[\[php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario1/trabalhos/Assistencia%20Social/  
eixo5/40luciaterezhazanatotureck.pdf\]\(http://cac-<br/>php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario1/trabalhos/Assistencia%20Social/<br/>eixo5/40luciaterezhazanatotureck.pdf\)> Acesso em: 13/12/2010.](http://cac-</a></p></div><div data-bbox=)

WINNICOTT, Donald W, **Os bebês e suas mães**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

XAVIER, Alexandre Guedes Pereira. **O trabalho (D)eficiente: uma anatomia política**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2004.